

SEPTEMBER 2023

# URBAN AGRICULTURE

# UA MAGAZINE

39



## Enabling Multiple Benefits of Urban Agriculture

[www.ruaf.org](http://www.ruaf.org)

**RUAF**



39

Urban Agriculture  
magazine

## In this issue



12

Ninewells Community Garden:  
mainstreaming health and wellbeing

Credit: Ninewells Community Garden

Food neighbourhoods, productive foodscapes and  
healthy food linkages

Credit: ACORN

53



63

Development of a draft monitoring tool for  
the Nairobi Food System Strategy

Credit: Mazingira Institute

Cover

Photo by Daniel Mwendem

Editorial <i>Henk Renting, René van Veenhuizen e Jess Halliday</i>	4	Reforçando a voz da juventude para melhorar os sistemas e políticas alimentares das cidades <i>Gigi Wing-Davies e Runyararo Esther Chibota</i>	45
Introdução ao Projeto EFUA: objetivos, abordagem, desafios e resultados previstos <i>Ian Whitehead e Daniel Munderlein</i>	7	<i>Urban Futures – Futuros Urbanos</i> : ação dos jovens para sistemas alimentares urbanos inclusivos e resilientes ao clima	51
Os múltiplos benefícios da Agricultura Urbana <i>Enrico Gottero</i>	11	Aprendendo lições dos Laboratórios de Sistemas Alimentares Urbanos na África <i>Harrison Esam Awuh, Henk Renting and René van Veenhuizen</i>	52
A horta comunitária de Ninewells: privilegia a saúde e o bem-estar na agricultura urbana e nos espaços verdes <i>Ian Whitehead</i>	15	<i>AfriFOODlinks</i> : cidades africanas liderando uma nova era de colaboração no sistema alimentar	54
A estufa urbana ONZE: cultivando conexões e colhendo sucessos <i>Darleen van Dam</i>	17	<i>Food System Lab</i> : uma abordagem para construir sistemas alimentares centrados nos cidadãos em Lusaka e Chongwe, Zâmbia <i>Mangiza Chirwa Chongo</i>	56
Os muitos benefícios da horta urbana Van Tuin Tot Bord <i>Lenneke Vaandrager, Marthe Derkzen, Mellany van Bommel e Emma Spoor</i>	19	O <i>Food System Lab</i> de Fort Portal, Uganda: o papel da governança na melhoria dos sistemas alimentares <i>Bwambale Benard</i>	60
Aplicando novas lentes à agricultura urbana: metabolismo urbano, ligações urbano-regionais, e sistemas alimentares urbanos <i>Darleen van Dam, Enrico Gottero, Jan Eelco Jansma, Lucie Sovová e Lenneke Vaandrager</i>	21	Barreiras e facilitadores institucionais e políticos para a mudança do sistema alimentar: aprendendo com os <i>Food System Labs</i> do programa <i>Healthy Food Africa</i> <i>Harrison Esam Awuh, Henk Renting, and René van Veenhuizen</i>	63
Ecossistemas vivos ajudam a agricultura urbana em Bruxelas <i>Nele Lauwers</i>	25	Bairros alimentares, paisagens comestíveis produtivas e ligações alimentares saudáveis <i>Alain Santandreu, Ernesto Ráez, and Oscar Betancourt</i>	67
Políticas europeias de agricultura urbana: o estado-da-arte, suas limitações e oportunidades <i>Henk Renting e Claudia Segreto</i>	27	O papel das hortas urbanas na paisagem produtiva de Quito <i>Alain Santandreu</i>	72
Ferramentas políticas para a agricultura urbana. Uma revisão das soluções experimentadas <i>Claudia Cassatella</i>	33	Biofeiras e alimentos agroecológicos em mercados tradicionais de alimentos em Lima, Peru <i>Alain Santandreu</i>	76
Mapeando as políticas de agricultura urbana: as lições de Nova York <i>Entrevista com Sara Smaal</i>	36	Desenvolvimento de uma ferramenta de monitoramento para a Estratégia do Sistema Alimentar de Nairóbi <i>Samuel Ikua e René van Veenhuizen</i>	79
A experiência da "agricultura urbana": de um processo europeu de aprendizado para outro, global <i>Claudio Bordi e Patricia Hernandez</i>	39	<i>Toolkit for People</i> , capacitando a mudança através de soluções multidimensionais <i>Bianca Minotti, Francesca La Rocca, Andrea Calori</i>	81
O EFUA como uma comunidade de prática e aprendizado <i>Daniel Munderlein e Ian Whitehead</i>	42	Segurança alimentar para mulheres marginalizadas: complementando a agricultura urbana com iniciativas de proteção social <i>Deepa Joshi e Jess Halliday</i>	85
Lançamento do novo Manual de Avaliação e Planejamento de Sistemas Alimentares da Cidade e Região			91

## Editorial

# Viabilizando a agricultura urbana e periurbana para um mundo em crise

Henk Renting  
René van Veenhuizen  
Jess Halliday

**Com o mundo nas garras da crise climática, enquanto ainda se recupera do impacto da pandemia de COVID-19, os sistemas alimentares estão fortemente presentes na agenda global. As políticas e práticas nos níveis local e municipal estão, em muitos lugares, a liderar o caminho para sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes e justos. A agricultura urbana e periurbana (AUP) está a ressurgir à medida que se acumulam evidências dos seus benefícios multifuncionais – sociais, ambientais e econômicos – para além do seu papel como fonte de alimentos.**

Neste momento crucial, é fundamental apoiar o diálogo e a troca de experiências entre as partes interessadas nas diversas cidades, inclusive entre nações com geografias, contextos sociopolíticos e faixas de renda semelhantes – mas também entre as muito dissemelhantes...

Esta edição da Revista de Agricultura Urbana promove e apoia esse intercâmbio. Ela está dividida em duas partes distintas, mas complementares. A primeira parte consiste em contribuições de parceiros do Fórum Europeu de Agricultura Urbana (European Forum for Urban Agriculture - EFUA), um projeto de quatro anos (2020-2024) financiado pelo *Programa de Pesquisa e Inovação Horizonte 2020* da União Europeia, no qual a RUAF é participante.

A segunda seção consiste em atualizações e *insights* de vários projetos nos quais a RUAF ou seus parceiros estão envolvidos, que fornecem lições sobre experiências de políticas públicas que envolvam a agricultura urbana e periurbana (AUP) e a governança de sistemas alimentares no Sul Global.

## O EFUA libera o potencial da AUP

O Fórum Europeu de Agricultura Urbana - EFUA desempenha uma ação de coordenação e apoio. Como tal, faz um balanço dos conhecimentos e experiências existentes e visa reforçar a aprendizagem e o intercâmbio de conhecimentos e, até certo ponto, realizar novas pesquisas. Mais especificamente, o principal objetivo do EFUA é desbloquear o potencial da AUP pela criação de redes mais propiciadoras, de mais conhecimentos, e de políticas públicas mais efetivas e bem implementadas.

Ao estabelecer este Fórum, o projeto promove novos níveis de envolvimento das partes interessadas para informar tomadas de decisões melhores e integrar a AUP nas políticas europeias, regionais e locais. O EFUA está mapeando estudos de caso de agricultura urbana em toda a Europa, analisando os seus benefícios e fazendo recomendações aos decisores políticos europeus e noutras comunidades dos atores envolvidos nas principais agendas e programas da AUP.

Esta edição da Revista de Agricultura Urbana apresenta os objetivos e o trabalho do EFUA a um público global e descreve algumas das realizações e atividades durante os primeiros dois anos do projeto.

A ideia é incentivar uma maior participação e envolvimento das partes interessadas envolvidas na AUP, especialmente aquelas fora da Europa e no Sul Global, onde a RUAF tem extensas redes de contato.

Na verdade, fortalecer a comunidade fora da Europa e aprender lições com experiências políticas noutros lugares é o papel da RUAF dentro do EFUA.





A seção dedicada ao EFUA é introduzida por Daniel Munderlein e Ian Whitehead, fornecendo mais detalhes sobre a parceria e suas principais atividades e realizações até agora.

Em seguida, Enrico Gottero e Claudia Cassatella apresentam uma visão geral das evidências dos múltiplos benefícios da AUP, coletadas para o EFUA, ilustradas por histórias que mostram a sua contribuição para transformações positivas na alimentação por meio de seus benefícios sociais, econômicos, ecológicos e para a saúde.



© EFUA

A seguir, Darleen van Dam, Jan-Eelco Jansma e Enrico Gottero analisam as ligações entre a AU e outros conceitos relacionados, como o *metabolismo urbano*, as *ligações rurais urbanas* e os *sistemas alimentares urbanos*.

Outros artigos da seção sobre o EFUA centram-se em estratégias e políticas para apoiar o desenvolvimento da AUP e valorizar os seus múltiplos benefícios potenciais.

Lauwers analisa o papel das organizações-mentoras no desenvolvimento de um ecossistema de inovação na AU em Bruxelas. Claudia Cassatella apresenta uma visão geral das ferramentas políticas para a agricultura urbana com base em uma pesquisa das políticas de agricultura em diversas cidades do mundo.

Henk Renting e Claudia Segreto analisam as (deficientes) políticas atuais da União Europeia para a agricultura urbana e as possíveis direções e oportunidades para desenvolvê-las ainda mais.

Essa primeira seção também inclui alguns exemplos inspiradores de políticas e estratégias de AU fora da Europa. Numa entrevista, Nevin Cohen descreve diferentes vertentes das políticas de AU na cidade de Nova Iorque.

Por fim, Claudio Bordi e Patricia Hernandez mostram como programas de aprendizagem e intercâmbio – neste caso entre as cidades de Roma (Itália) e Baranquilla (Colômbia) – podem propagar o desenvolvimento de estratégias de AU.

Estes artigos são um prelúdio ao trabalho da RUAF na próxima fase do EFUA, que se concentrará na troca de experiências e lições sobre práticas e políticas de AUP. Uma atividade importante prevista será organizar uma reunião de peritos onde decisores políticos europeus e não europeus poderão encontrar-se, trocar ideias e interagir.

## A RUAF baseia-se no passado para seus novos programas

A segunda seção desta edição da Revista de Agricultura Urbana antecipa o papel da RUAF em sua nova fase. Fornece informações sobre projetos em andamento envolvendo-a e a seus parceiros – incluindo alguns novos programas que começaram neste ano, mas que se baseiam em experiências anteriores da Parceria Global da RUAF – como os programas Urban Futures (com foco na juventude e na transformação dos sistemas alimentares) e AgriFOODLinks (de intercâmbio ligando cidades africanas com financiamento da União Europeia).

Esta seção também inclui um conjunto de artigos sobre o projeto *Centros de Alimentação Saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito*, liderado por Rikolto. Este projeto fornece provas claras de que as iniciativas comunitárias – incluindo hortas urbanas e mercados locais – são uma estratégia eficaz para combater a inação do Estado diante das emergências alimentares.

Voltando-se para a África, a segunda seção inclui uma contribuição do projeto *Healthy Food Africa*, financiado pela UE (Hivos em colaboração com a Universidade Aeres), que visa aumentar a resiliência dos sistemas alimentares e ligar a produção alimentar ao desempenho nutricional através dos *Laboratórios de Sistemas Alimentares* (Food System Labs – FSLs) multitorais, em dez cidades e seis países na África Oriental, Ocidental e Austral.

Simultaneamente o *Projeto de Ação Alimentar Juvenil*, coordenado pela Hivos Southern Africa em parceria com a RUAF e a UNICEF Zimbabwe, teve como objetivo melhorar o ambiente alimentar aumentando a disponibilidade e acessibilidade de alimentos saudáveis para crianças e adolescentes em idade escolar nas áreas urbanas de Harare e Bulawayo.

Um artigo sobre a iniciativa CGIAR Resilient Cities multi-cidades (IWMI e RUAF) centra-se no trabalho com a Fundação Mazingira para desenvolver alguns indicadores iniciais para a Estratégia do Sistema Alimentar da Cidade de Nairóbi. Por último, foram incluídas informações sobre a colaboração recentemente finalizada da RUAF com a FAO sobre Indicadores para a Iniciativa Cidades Verdes, o novo “Manual de sistemas alimentares urbano-regionais” e o kit de ferramentas online atualizado.

Todos os artigos contêm experiências de construção de incidência cidadã e de influência política participativa que podem inspirar os parceiros do EFUA e de leitores que promovem a transformação dos sistemas alimentares em todo o mundo.

# Introdução ao Projeto EFUA: objetivos, abordagem, desafios e resultados previstos

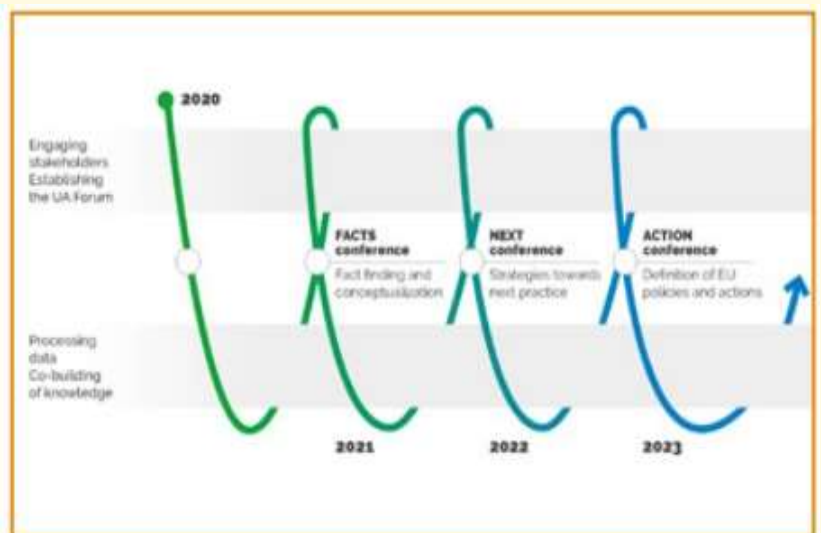
Ian Whitehead  
Daniel Münderlein

O Fórum Europeu sobre Agricultura Urbana (European Forum on Urban Agriculture – EFUA)  um projeto de quatro anos financiado pelo ‘Programa de Pesquisa e Inovação Horizonte 2020’ da União Europeia. O projeto, previsto para ser desenvolvido entre 2020 e 2024, tem o objetivo de desbloquear o potencial da Agricultura Urbana através da criação de uma rede mais efetiva e de uma troca de conhecimento mais eficaz e da sua implantação mais abrangente e de melhores políticas na prática.

Com sua criação, o EFUA pretende promover novos níveis de envolvimento das partes interessadas para ajudar a informar as tomadas de decisões e integrar a agricultura Urbana nas políticas europeia, regional e local.

O fluxo de trabalho do EFUA é organizado em torno dos princípios da ‘hélice quádrupla’, incluindo conferências públicas e culminando na concepção de uma visão da UA partilhada em conjunto.

A nossa **conferência online ‘FACTS – Live from Rome’** deu início ao processo em 2022. Seguiu-se, no início de 2023, a bem-sucedida conferência ‘NEXT’, realizada em Sfia, Bulgária. A conferência final ‘ACTION’, a ser realizada em Bruxelas em 2024, irá estabelecer uma aliança de longo prazo entre as partes interessadas envolvidas na agricultura urbana especialmente na Europa.



## Objetivos do EFUA

O EFUA estabeleceu objetivos ambiciosos que envolvem a identificação e a resolução de lacunas no conhecimento, na conscientização e nas melhores práticas de AU. Através do apoio ao projeto *EFUA Horizonte 2020*, a União Europeia destacou a importância da Agricultura Urbana e a necessidade de investir mais neste setor em expansão.

O EFUA defende o desenvolvimento de uma abordagem sinérgica envolvendo sociedade civil, empreendimentos agrícolas, pesquisadores e governo trabalhando em conjunto para alcançar objetivos comuns através da participação no Fórum, que se destina a alcançar:

### 1) Melhorar a interatividade em rede dos atores envolvidos na agricultura urbana

Desde a sua criação, o EFUA tem desenvolvido o trabalho da *COST<sup>1</sup> Action Urban Agriculture Europe (COST UAE)*, financiado pela Comissão Europeia (CE) durante o período 2012-2016.

Um desafio fundamental para o EFUA tem sido consolidar essas conquistas anteriores e ligá-las às atividades mais amplas de outras redes de pesquisa na Europa visando estabelecer uma comunidade europeia e global das partes interessadas no setor da agricultura urbana.

O objetivo do EFUA é garantir a permanência deste recém-criado Fórum para além da vida útil do projeto. Isto dará  AU uma voz forte e uma presença permanente no contexto europeu.

Em especial, o EFUA tem desenvolvido o potencial das:

- redes de cidades para a agricultura urbana que se baseiam e expandem as parcerias existentes e a partilha de melhores práticas entre os diferentes grupos interessados e municípios (a este respeito, o EFUA aspira a ser uma “rede de redes”); e
- redes de empreendimentos agrícolas com objetivos comerciais, para desenvolver o potencial das micro e pequenas empresas e de iniciativas individuais que enfrentam as realidades comerciais e difíceis decisões empresariais cotidianas.

## 2) Melhor conhecimento em Agricultura Urbana

O EFUA tem revisto pesquisas e publicações relacionadas com AU para determinar o estado do conhecimento consolidado. Além disso, os parceiros consultam e cooperam com projetos de pesquisa em curso e ajudam a influenciar novos programas futuros que podem ajudar a coordenar melhor a pesquisa e fazê-la chegar à realidade prática.



© Daniel Munderlein

Neste contexto, o projeto tem também ajudado: a identificar lacunas de conhecimento que atualmente dificultam o desenvolvimento da AU; definir atividades de Pesquisa e Inovação (P&I) para preencher estas lacunas; e fornecer às partes interessadas conhecimentos atualizados.

Além disso, o EFUA fornece um quadro geral dos tipos de AU, seus benefícios, desafios e riscos. Os resultados específicos que o EFUA tem procurado incluir:

- desenvolver uma tipologia própria do EFUA para a Agricultura Urbana;
- identificar os benefícios da AU de acordo com os diferentes tipos;
- examinar como a AU se articula com conceitos de urbanismo e orientação urbana;
- desenvolver diretrizes de planejamento para a agricultura urbana;
- desenvolver uma série de estudos de caso de AU, disponíveis em seu site.

## 3) Melhor implantação da Agricultura Urbana

O EFUA tem revisto pesquisas, publicações e relatórios com o objetivo de recolher exemplos de melhores práticas e suas formas de governança em toda a Europa. A governança diz respeito às formas de planejar, concretizar e sustentar as práticas de AU a nível municipal. Leva em conta a interação com os contextos sociais, econômicos, políticos e ambientais locais.

Os parceiros do EFUA identificam barreiras que dificultam o desenvolvimento da AU e definem estratégias e ações que irão superar esses constrangimentos. O EFUA também está a identificar desafios futuros, potenciais fatores de mudança e as “próximas práticas” que serão necessárias.

Os exemplos práticos e estudos de caso a seguir ilustram todo o potencial da Agricultura Urbana e os seus múltiplos benefícios sociais.

## 4) Melhores políticas para a agricultura urbana

Esta será uma abordagem multiescalar – desde o nível europeu até o nível de cada cidade ou município – reconhecendo ao mesmo tempo a natureza cada vez mais globalizada da AU, inclusive nos Países Menos Desenvolvidos (PMD).

O Fórum de UA ajudará a definir uma visão abrangente para a Agricultura Urbana, garantindo que as políticas e ações sejam adaptadas às necessidades de todas as partes interessadas locais.



Ao aumentar a compreensão entre os tomadores de decisões de políticas públicas, o EFUA ajudará a definir a agenda da AU para as próximas duas décadas e aconselhará de forma proativa sobre o desenvolvimento de políticas desde a UE até o nível das cidades. O EFUA pesquisará tanto as políticas que têm impacto na AU como aquelas que poderão se beneficiar da inclusão da AU como um tema adicional.

Ao fazê-lo, o EFUA pretende criar sinergias entre as principais agendas e prioridades da União Europeia para melhorar o apoio e o financiamento para a AU.

O Fórum ajudará a definir uma visão abrangente para a Agricultura Urbana, garantindo que as políticas e ações sejam adequadas às necessidades das várias partes interessadas no desenvolvimento da Agricultura Urbana.



© Daniel Münderlein

## A abordagem do EFUA

O EFUA reúne uma rede de pesquisadores, profissionais e cidadãos interessados de toda a Europa com o objetivo de aumentar o conhecimento e a sensibilização para a disciplina da Agricultura Urbana e o seu potencial para proporcionar benefícios multifuncionais que contribuam para vários ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ (ODS). Os parceiros do EFUA trabalham em estreita colaboração para partilhar os conhecimentos mais recentes através de redes e publicações e do desenvolvimento de diretrizes de melhores práticas.

O Fórum está criando a *Plataforma AU*, uma interface baseada na web que visa aumentar a participação e o diálogo das partes interessadas. Ela promove uma visão sustentável a longo prazo para a AU que incorpora firmemente o setor nas principais políticas públicas urbanas da UE.

Além disso, os membros do EFUA esperam alcançar e envolver novos grupos de atores interessados de todo o mundo, incluindo os PMDs da África, Ásia e América Latina, criando assim uma voz de fato global para a AU.

## Desafios que o EFUA pode ajudar a enfrentar

Nos últimos anos tornou-se evidente que os sistemas do nosso planeta estão sob pressão demasiada e as fissuras estão agora se tornando bastante óbvias para todos verem.

Os desafios globais prementes – incluindo o crescimento da população mundial, a urbanização, as mudanças climáticas, as crescentes desigualdades sociais e a perda da biodiversidade global – tornaram necessário reconsiderar a forma como se alimentam as populações de nossas cidades.

Isto exige a necessidade de procurar soluções mais inteligentes, mais sustentáveis e mais inclusivas sobre a forma como reimaginamos as nossas cidades em expansão e como os centros urbanos interagem com os padrões existentes de agricultura, produção alimentar local e mercados globalizados.

O setor-disciplina emergente da agricultura urbana pode fornecer algumas respostas aos desafios que enfrentamos, através da entrega de múltiplos benefícios sociais, econômicos e ambientais.



© EFUA

Embora a AU tenha se tornado recentemente um importante tema global – especialmente depois que a COVID-19 aumentou a consciência para a fragilidade do nosso sistema alimentar global – ela ainda não foi plenamente integrada no cerne das políticas públicas e da prática nas cidades da Europa. A colaboração de pesquisas envolvidas na “*COST-Action Urban Agriculture Europe*” foi o ponto de partida deste processo.

Esta Ação reuniu cerca de 200 especialistas de renome de toda a Europa para pesquisar temas relacionados com a AU. Embora a iniciativa tenha feito progressos iniciais, ainda existem enormes lacunas no conhecimento, na sensibilização comunitária e nas melhores práticas de AU. Muitas iniciativas locais foram estabelecidas, porém não fizeram parte de alguma visão coordenada e em rede para a AU.

A necessidade de promover e desenvolver conexões é, portanto, fundamental, incluindo chegar aos principais especialistas em AU na Ásia, África e América Latina. Existe uma necessidade urgente de alargar o círculo de participação e representação na AU a profissionais, pesquisadores e cidadãos empenhados em toda a Europa.

Este é o principal desafio e o maior objetivo do EFUA.

***Ian Whitehead** é pesquisador em abordagens transversais para silvicultura urbana, soluções baseadas na natureza, infraestrutura verde e participação cidadã.*

***Daniel Münderlein** é Coordenador do EFUA e está interessado no desenvolvimento de paisagens urbanas.*

## Maiores informações

- European Forum on Urban Agriculture <https://www.efua.eu>
- COST-Action Urban Agriculture Europe <http://www.urban-agriculture-europe.org>

# Os múltiplos benefícios da agricultura urbana

Enrico Gottero

Após uma revisão sistemática da literatura, entrevistas e questionários, o Instituto Politécnico de Turim e seus parceiros no projeto EFUA identificaram os principais benefícios da agricultura urbana (AU) e confirmaram seu potencial para abordar muitas questões urgentes nas agendas urbanas em todo o mundo. Em algumas cidades, contudo, a consciência deste potencial ainda é baixa, e há uma necessidade urgente para aumentar o conhecimento, acelerar a implantação da AU e apoiar os decisores na remoção das barreiras para promovê-la e concretizar seus benefícios multifuncionais.

## Agricultura urbana para superar problemas urbanos

Certamente a AU não é a solução para todos os problemas de uma cidade, mas se for bem realizada pode dar uma contribuição notável para resolver uma série de questões urbanas e periurbanas, tais como a baixa qualidade dos espaços públicos; a falta de espaços verdes; os impactos das alterações climáticas; as desigualdades sociais; as lacunas de conhecimento sobre temas alimentares, ambientais e agrícolas; a insegurança alimentar; e o medíocre bem-estar e a deficiente habitabilidade dos ambientes urbanos. A AU também está fortemente ligada a outros conceitos, como *metabolismo urbano*, *sistemas alimentares urbanos* e *ligações urbano-rurais* (ver artigo de van Dam et al., pág. 21).

Nos últimos anos a AU tornou-se uma atividade complexa que pode envolver horticultores e agricultores profissionais e não profissionais – além dos consumidores.

A AU é praticada em áreas intraurbanas, nas periferias das cidades e no espaço urbano-regional, em fazendas urbanas, hortas comunitárias, fazendas sociais, produção “sem solo” ou de “área zero” (Zero Area Farming – ZAF), bem como em praças e parques (ver Jansma et al., 2021).

Os praticantes da AU cultivam hortaliças em vários locais – no solo, em telhados, no interior de edifícios, em varandas – e utilizando vários métodos de produção, incluindo biológico, convencional, em solo aberto, hidropônico, etc., e se esforçam por cultivar produtos alimentares e não alimentares, bem como oferecer outros serviços (educação, lazer, cuidados de saúde, etc.).

Ela pode ser realizada com ou sem fins lucrativos, para consumo dos próprios produtores ou para venda, em terrenos privados ou públicos.

Diversas partes interessadas podem estar envolvidas na criação e gestão de projetos de AU: agricultores, hortelões amadores, cidadãos, autoridades municipais, ONGs, associações, setores público e privado, autoridades locais. Uma série de fatores – incluindo o meio ambiente e a morfologia do solo, o contexto socioeconômico, as políticas públicas e outras condições específicas do local – podem moldar *como, onde, por que e por quem* a AU é praticada.

As várias formas de AU podem proporcionar benefícios diferentes, mas apesar de numerosos estudos sobre os seus benefícios multifuncionais, a importância da agricultura nas cidades parece ser plenamente percebida apenas pelos estudiosos, pelos utilizadores finais e por aqueles que a praticam.

Por outro lado, os decisores políticos de todos os níveis parecem estar consideravelmente menos conscientes do potencial da AU (e dos possíveis riscos). No contexto europeu, esta lacuna reflete-se na pouca consideração da AU nas diversas políticas setoriais onde poderia ser útil.

Para ajudar a preencher esta lacuna, o projeto EFUA H2020 visa destacar os benefícios da AU, fornecendo informação, melhorando o conhecimento e a divulgação, envolvendo redes de atores e partes interessadas, e fortalecendo e integrando a AU nas políticas setoriais urbanas em diferentes níveis.



## As cinco dimensões e os principais benefícios da Agricultura Urbana

Para captar o valor multifuncional da AU, o Instituto Politécnico de Turim e seus parceiros do projeto EFUA identificaram cinco dimensões dos benefícios da AU: i) sociocultural; ii) ambiental e climático; iii) na alimentação; iv) na saúde e bem-estar; e v) na economia.

Esta classificação baseia-se principalmente na revisão da literatura e na consulta aos parceiros envolvidos no EFUA, levando-se em conta as questões urbanas que podem ser abordadas através da AU e dos objetivos de política urbana que ela pode ajudar a alcançar. Foram também considerados os possíveis riscos (tais como gentrificação, introdução de espécies exóticas e invasoras, etc.), bem como sobreposições e ligações entre diferentes categorias e tipologias de benefícios. Essa análise aprofundada permitiu-nos identificar mais de 30 benefícios, muitos deles ligados às esferas social e ambiental (ver Cassatella e Gottero, 2022).

Alguns desses benefícios estão inter-relacionados e, por vezes, também podem produzir efeitos indesejados. Entre esses 30 benefícios, foram identificados alguns decisivos em cada categoria – ou seja, os benefícios mais reconhecíveis e difundidos do que outros (Tabela 1).

<b>Categoria</b>	<b>Benefícios</b>
Sociocultural	Aumento da coesão social e desenvolvimento de sentimentos de pertencimento; Desenvolvimento da educação, conhecimentos, inovação e conscientização sobre alimentação, agricultura e ambiente; Melhoria das atividades de lazer, recreação e atrativos turísticos.
Ambiente e clima	Redução do efeito “ilha de calor urbano”; Aumento da qualidade e quantidade de espaços verdes e infraestruturas verdes; Preservação da biodiversidade urbana.
Alimentação	Melhoria da segurança alimentar; Melhoria da qualidade dos alimentos.
Saúde e bem-estar	Melhoria da saúde física e mental.
Econômico	Criação de oportunidades de emprego.

*Tabela 1: Principais benefícios da AU (Fonte: Cassatella e Gottero, 2022)*

Este estudo também demonstrou que os benefícios da AU podem contribuir para resolver outros problemas específicos encontrados em diversas outras agendas urbanas.

Na dimensão sociocultural, a AU pode contribuir para tornar a cidade mais inclusiva, melhorando a coesão social e desenvolvendo o sentido de lugar, bem como envolvendo vários parceiros inesperados.

As iniciativas profissionais e não profissionais da AU também podem apoiar o conhecimento, a inovação e a sensibilização sobre alimentação, agricultura e ambiente, especialmente através de atividades educativas que muitas delas – com e sem fins lucrativos – promovem.

A oferta de atrações de lazer, recreação e turísticas é outro impacto positivo da AU, especialmente graças à ampla gama de serviços e produtos diversificados que as iniciativas agrícolas urbanas podem oferecer (serviços educativos, venda direta de produtos na propriedade, agroturismo, etc.).

A AU produz diversos benefícios no ambiente e no clima que podem mitigar os riscos climáticos, tornar a cidade mais verde e reduzir o efeito *ilha de calor urbano* – especialmente em zonas densamente urbanizadas e construídas.

A manutenção e o desenvolvimento de espaços e infraestruturas verdes intraurbanas e periurbanas, bem como a proteção de espécies nativas e habitats naturais são outros benefícios ambientais da AU.

Estas iniciativas produtivas também podem promover a conservação do solo, evitando o esgotamento da terra e a impermeabilização do solo, que pode contribuir para alagamentos e enxurradas.

As cadeias de abastecimento curtas (que caracterizam várias práticas de AU e explorações agrícolas urbanas e periurbanas) podem ajudar não só a reduzir a *pegada de carbono* dos alimentos, mas também melhorar a qualidade da comida e a diversidade alimentar.

Iniciativas de AU também podem melhorar a segurança alimentar, ao aumentar a oferta de comida e proporcionar acesso a alimentos mais frescos e saudáveis.

A prática da AU melhora a saúde dos praticantes, promove o bem-estar e a qualidade de vida nas comunidades, e oferece aos cidadãos ambientes urbanos mais verdes e habitáveis. Várias formas de AU, como as fazendas sociais, hortas comunitárias e hortas autogeridas, são particularmente adequadas para fortalecer a saúde física e mental dos praticantes, sejam eles amadores ou profissionais.

Finalmente, a AU comercial pode reforçar as economias locais e gerar novas oportunidades de emprego e renda, alavancando as vantagens dos mercados locais e das relações mais próximas entre consumidores e produtores.

### Todos os tipos de AA geram benefícios.

A Figura 1 resume os objetivos de políticas urbanas que os benefícios da AU podem ajudar a alcançar.

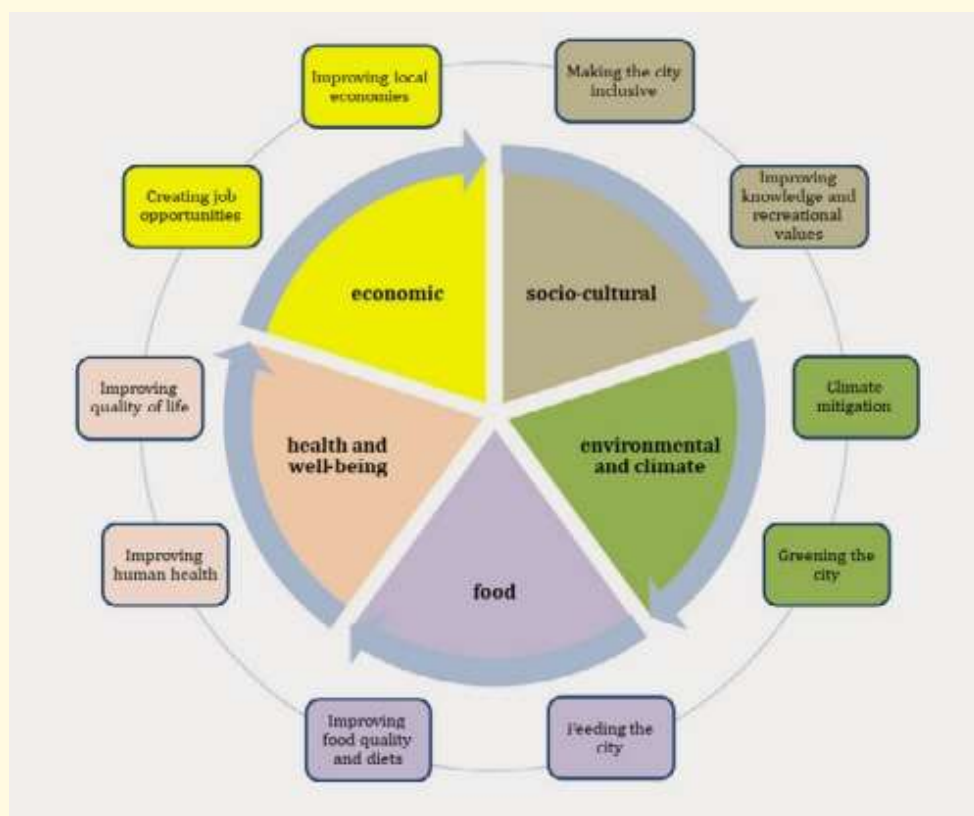


Figura 1: As cinco dimensões dos benefícios da AU e as principais áreas políticas relacionadas com a AU

A pesquisa confirmou que todos os tipos de AU trazem benefícios – como mostram os artigos a seguir nesta edição. De modo geral, nosso estudo verificou que:

- as iniciativas de horticultura urbana amadoras estão mais ligadas aos benefícios socioculturais, e de saúde e bem-estar;
- as explorações agrícolas profissionais parecem produzir mais benefícios ambientais, climáticos e alimentares;
- as fazendas sociais e as hortas comunitárias e em parcelas parecem oferecer mais benefícios socioculturais, de saúde e bem-estar e ambientais;
- as iniciativas agrícolas urbanas profissionais (incluindo técnicas de ZAF, tais como cultivos em telhados e interiores, verticais etc., empregando alta tecnologia) parecem produzir benefícios econômicos associados aos ambientais, climáticos e alimentares.

## Conhecendo e explorando os benefícios da Agricultura Urbana – eliminando barreiras

Reforçar o conhecimento sobre os diversos benefícios da AU foi um dos objetivos deste estudo. Uma maior consciência permite-nos compreender seu potencial e construir políticas e ferramentas urbanas específicas para apoiá-la e monitorá-la – em vez de reprimi-la.

No entanto, algumas áreas de pesquisa ainda não foram totalmente investigadas, como os benefícios culturais e os impactos positivos da AU na saúde humana (mental e física). Há também uma notável falta de estudos quantitativos e de análises dos benefícios devidamente mensurados da AU. Também há poucos estudos sobre os possíveis efeitos indesejados da AU.

Por fim, esta pesquisa confirmou que a AU tem um elevado potencial para abordar muitas questões urgentes nas agendas das cidades e das áreas metropolitanas em todo o mundo. Nos últimos anos, em algumas cidades vêm sendo desenvolvidos instrumentos e testadas várias abordagens (ver artigo de Cassatella, pág. 33); em outras, no entanto, a consciência do potencial da AU é baixa, e é preciso continuar trabalhando para remover barreiras e mitigar possíveis riscos.

As políticas urbanas devem ser orientadas e equipadas para *(re)acomodar* a agricultura na cidade, aproveitando os seus múltiplos benefícios e considerando-a não como um obstáculo ao desenvolvimento, mas como uma ferramenta possível e útil para promovê-lo.

*Enrico Gottero é arquiteto e doutor em ordenamento territorial e desenvolvimento local. Atualmente trabalha como assistente de pesquisa e professor na área de planejamento urbano e paisagístico no Instituto Politécnico de Turim - Departamento Interuniversitário de Estudos e Planejamento Regional e Urbano.*

## Referências

- Cassatella, C., Gottero, E. (2022), Type-benefit matrix, including set of indicators, and benefit leaflets, H2020 project n. 101000681, European Forum for a Comprehensive Vision on Urban Agriculture (EFUA), Deliverable D3.2., available from: <https://cordis.europa.eu/project/id/101000681/results>
- Jansma, J.E., Veen, E.J., Vaandrager, L., Muller, D. & Berg, W. van den (2021). UA typology update, H2020 project n. 101000681, European Forum for a Comprehensive Vision on Urban Agriculture (EFUA), Deliverable 3.1, available from: <https://cordis.europa.eu/project/id/101000681/results>



## Horta Comunitária Ninewells: integração da saúde e do bem-estar na agricultura urbana e nas redes de espaços verdes

*Ian Whitehead*

**Nos últimos anos tem crescido a consciência do potencial da agricultura urbana para proporcionar diversos benefícios para a saúde e o bem-estar. Participar de uma horta comunitária urbana ou em atividades de agricultura social pode contribuir para a saúde de várias maneiras, como, por exemplo, pela melhoria na alimentação e promoção de estilos de vida ativos e ao ar livre. Os benefícios para a saúde mental decorrem do aumento da interação social, da redução dos níveis de estresse e do maior contato com o ambiente natural.**

A Escócia tem trabalhado para promover os benefícios da agricultura urbana para a saúde através de uma ação coordenada ligada a reformas e iniciativas de políticas públicas lideradas pelo governo, incluindo o “Nosso Serviço de Saúde Natural”, que visa fazer maior uso do ar livre para aumentar a capacidade física e o bem-estar mental, e combater as desigualdades em saúde. Um exemplo de projeto bem-sucedido é o “Ninewells Community Garden”, uma iniciativa voltada para a saúde localizada nas dependências do Ninewells Hospital (um grande hospital universitário localizado na cidade escocesa de Dundee).

A iniciativa começou em 2009 através dos esforços de voluntários que trabalharam em conjunto com o pessoal do Serviço Nacional de Saúde (NHS) para planejar e criar uma horta comunitária e terapêutica. A sua missão é promover a atividade física e a boa saúde através da horticultura comunitária num ambiente simpático, onde os cultivos promovem o bem-estar e auxiliam na terapia e na reabilitação. O sucesso tem sido em grande parte devido a uma visão ambiciosa e ao compromisso dedicado dos voluntários.

No início do projeto havia uma base crescente de evidências mostrando que os ambientes verdes também podem ser ambientes terapêuticos. Ninewells teve a sorte de dispor de terrenos extensos, o que proporcionou uma oportunidade de saúde desenvolvida bem na porta do hospital.

Esta oportunidade foi concretizada com a ajuda técnica e o apoio financeiro da Scottish Forestry (anteriormente Forestry Commission Scotland), aplicando uma abordagem em que os espaços verdes externos do hospital complementam as instalações terapêuticas internas. A melhoria na prevenção, tratamento, recuperação e reabilitação de doenças tem sido considerável, em linha com um conjunto crescente de estudos empíricos que demonstram os benefícios gerais da exposição a espaços verdes para a saúde, utilizando-se vários indicadores.

Um dos primeiros desafios importantes para a Horta Comunitária Ninewells foi definir como funcionários, pacientes, visitantes e a comunidade local poderiam aproveitar a área do hospital. Essa definição ajudou a equipe do projeto a entender as mudanças necessárias para encorajar maior acesso às oportunidades favoráveis à saúde, como recreação, socialização, reabilitação e relaxamento.

Após a fase de definição da abrangência das ações, sua implementação começou em 2011 com a criação de caminhos, canteiros elevados, um pequeno pomar e uma área de vida selvagem.

O projeto logo se expandiu para incluir um jardim sensorial, uma horta física e a “Sala Folha” – um espaço de lazer interno. Hoje a horta está aberta para todos desfrutarem, incluindo pacientes, funcionários e a comunidade local.



O projeto é administrado como uma instituição de caridade dirigida por um Conselho de Curadores composto por moradores locais. As competências, o conhecimento, a liderança e a governança que proporcionam permitem que a Horta Comunitária continue a florescer. Os membros do Conselho contribuem com muitas horas de trabalho voluntário e são fundamentais para o sucesso dos subgrupos, onde são feitos os trabalhos operacionais.

Ninewells Community Garden trabalha com uma ampla gama de voluntários e grupos ao longo do ano para oferecer atividades de jardinagem terapêutica para todas as idades e níveis de habilidades, e fornecer um ambiente de apoio onde as pessoas, assim como as plantas, possam se desenvolver.

Em linha com o aumento da produção de frutas e hortaliças orgânicas e de um apiário produzindo mel, a horta oferece oportunidades mensais para os participantes cozinharem e comerem juntos, ao mesmo tempo em que oferece oficinas de alimentação saudável e culinária para os participantes. Para aumentar a sua capacidade de oferecer uma gama de opções de refeições, a horta comunitária desenvolveu uma cozinha e uma área de alimentação ao ar livre, abastecidas com produtos acabados de colher na horta.

O projeto também proporciona formação adicional a voluntários em áreas como cultivo orgânico, higiene alimentar, nutrição, oficinas de mosaico e aspectos de biodiversidade. Para ajudar a aliviar as pressões sobre o pessoal do hospital durante a pandemia da COVID-19, o grupo também criou uma instalação de apoio “Drop In” na horta.

O valor agregado que os voluntários trazem para a Horta Comunitária é substancial. Por exemplo, os voluntários proporcionam aprendizagem continuada ao longo da vida através de atividades, demonstrações e incentivos à participação em boas práticas hortícolas e numa vida saudável. A horta cria um senso de comunidade ao fornecer espaço compartilhado e interações sociais. Muitos dos participantes querem ajudar a criar um local que também seja produtivo; eles estão cientes das questões globais e desejam vincular o cultivo local de alimentos a um ambiente sustentável. Alguns dos voluntários também reconhecem a ligação entre o excesso de peso e seus problemas de saúde, e percebem que participar da horta os ajuda a praticar hábitos de vida mais saudáveis.

No nível estratégico, a Horta Comunitária de Ninewells está trabalhando com colegas do NHS Tayside para implementar localmente o programa “Nosso Serviço de Saúde Natural” do governo escocês. Além disso, como membro da Parceria de Saúde Verde de Dundee e um dos primeiros a adotar as normas da *Prescrição de Saúde Verde*, a horta de Ninewells estabeleceu uma referência clara e simples para intervenções baseadas na natureza.

Através das ligações do projeto com organizações parceiras externas, incluindo a Nature Scot, Keep Scotland Beautiful e Scottish Forestry, o trabalho é amplamente divulgado e celebrado em toda a Escócia.

Após três anos de apoio financeiro concedido pela *Loteria Liderada pela Comunidade*, a equipe da Horta Comunitária de Ninewells prossegue focada no futuro, consolidando o trabalho de conectar as pessoas com a natureza e envolvendo mais crianças, jovens e famílias. A equipe também está construindo parcerias sólidas, especialmente com as hortas e jardins mais próximos, em Charleston e Menzieshill.

*Ian Whitehead é pesquisador em abordagens transversais para silvicultura urbana, soluções baseadas na natureza, infraestrutura verde e participação cidadã.*

### Maiores informações:

- Our Natural Health Service  
<https://www.nature.scot/professional-advice/contributing-healthier-scotland/our-natural-health-service>
- Our Natural Health Service Demonstration Project  
<https://www.nature.scot/professional-advice/contributing-healthier-scotland/our-natural-health-service/nhs-greenspace>
- Ninewells Community Garden: A therapeutic garden for the whole community  
<https://ninewellsgarden.org.uk>

# A estufa urbana ONZE: cultivando conexões, colhendo sucesso

Darleen van Dam

Este artigo explora os benefícios da agricultura urbana, com foco na ONZE, uma estufa urbana que aluga áreas em parcelas para horticultores e jardineiros. A ONZE é um exemplo de como a agricultura urbana pode gerar resultados sociais e econômicos positivos tanto para o proprietário da área como para quem cultiva nela. Ao examinar as características e conquistas exclusivas da ONZE, podemos obter informações valiosas sobre os benefícios das hortas em parcelas dentro de estufas de vidro com base em experiências práticas.

Localizada na cidade de Almere, perto de Amsterdã (Holanda), a ONZE oferece a quem quiser cultivar alimentos a oportunidade de alugar uma área em uma estufa. Os lotes estão disponíveis a uma taxa mensal que varia entre 30€ e 90€, dependendo do tamanho do lote (em geral, cerca de 35 m<sup>2</sup>).



© Darleen van Dam

A estufa serve como um ponto de encontro para os entusiastas da agricultura urbana e promove entre eles as melhores técnicas de cultivo biológico, aumentando os benefícios da atividade para a saúde e a sustentabilidade.

Ron van Zwet é o proprietário da Estufa ONZE, que iniciou há cerca de dez anos. Após alguns anos desafiadores como *start-up*, ele construiu um negócio vibrante, abrigando impressionantes 1400 hortas em parcelas.

Hoje, Ron é um empresário experiente que não apenas supervisiona a estufa, mas também atua como o *rosto* da empresa. Ron aproveita o tempo para passear por entre as parcelas, interagindo com os horticultores, e compartilhando sua experiência em controle biológico e outras práticas da agricultura orgânica.

Ele inspira confiança nos hortelões explicando o papel crucial que os insetos benéficos têm na manutenção de um ecossistema saudável, e controlando eficazmente as pragas sem a necessidade de pesticidas nocivos.

“Sabemos que tudo ficará bem”, diz ele, enfatizando a abordagem orgânica e de autocura empregada na ONZE.

Ron distingue dois tipos de agricultura urbana: a agricultura urbana comercial, que prioriza a rentabilidade; e a agricultura subsidiada, que depende de manutenção e pode levar à diminuição do interesse ao longo do tempo. (??)

Claramente a favor da abordagem comercial, a motivação empreendedora de Ron na ONZE foi estabelecer um negócio lucrativo centrado em horticultura em ambiente controlado - e teve sucesso.

Um fator que contribuiu para o seu sucesso é o cultivo em estufa, que proporciona um clima mais estável e viabiliza o plantio ao longo de todo o ano, mesmo no inverno.



© Ron van Zwet



O grande interesse dos hortelões é impulsionado pela oportunidade de cultivar alimentos durante todo o ano, inclusive plantas de climas tropicais, como a berinjela e o pimentão, que prosperam muito bem no ambiente aquecido da estufa.

Juntamente com os benefícios econômicos, a ONZE também produz os diversos benefícios sociais típicos da agricultura comunitária. As conexões sociais prosperam dentro dessa comunidade, com novas amizades frequentemente florescendo entre indivíduos com ideias semelhantes. *Workshops* e sessões informativas facilitam a aprendizagem entre os participantes, promovendo uma cultura de compartilhamento de conhecimento e colaboração.

Os horticultores aprendem informações valiosas sobre o cultivo de plantas ao conversar com os vizinhos. Além disso, os benefícios financeiros das hortas em parcelas são evidentes, uma vez que o cultivo de hortaliças para consumo próprio revela-se mais econômico do que comprar alimentos no supermercado.



© Darleen van Dam

O que diferencia a Estufa ONZE é o seu ambiente social vibrante e inclusivo, que abraça o multiculturalismo. Para os surinameses, acostumados a ter suas próprias hortas, poder plantar na estufa da ONZE traz uma sensação de alegria e familiaridade. Estes hortelões apreciam a oportunidade de cultivar os seus próprios alimentos (por exemplo, feijões longos, pimentões específicos, abóbora amarga, etc.) durante todo o ano, aplicando as práticas agrícolas tradicionais a que estão habituados.

Além disso, Ron cultiva hortaliças do Suriname e as vende na loja anexa, atendendo às demandas da comunidade surinamesa em Almere. A ênfase da ONZE em vegetais surinameses cultivados organicamente faz dela a única loja na Holanda que oferece esses produtos, atraindo clientes da região. A capacidade de fornecer esses produtos únicos não só criou um nicho de mercado, mas também gerou um fluxo de receitas adicional para o proprietário.

Em suma, o ONZE comprova outra faceta do potencial da agricultura urbana. A motivação inicial de Ron foi criar um negócio em sua estufa que maximizasse os lucros e beneficiasse os consumidores. No entanto, ele ficou agradavelmente surpreso com os benefícios sociais que seu conceito também proporcionou.

Testemunhar o prazer e o contentamento que as atividades de horticultura trazem para a vida das pessoas o deixou imensamente orgulhoso. A energia positiva na estufa é contagiante, o que certamente se deve aos benefícios sociais, incluindo as novas amizades, a aprendizagem disponível entre os frequentadores e o fornecimento de alimentos saudáveis e diversificados.

O sucesso da ONZE levou mesmo à sua expansão para a cidade vizinha de Utrecht, solidificando ainda mais o seu impacto positivo.

*Darleen van Dam é pesquisadora da Wageningen Research que explora processos de transição para sistemas alimentares resilientes e responsáveis.*

## Maiores informações

- ONZE volkstuinten <https://onzevolkstuinten.nl>



© Darleen van Dam

## Os diversos benefícios da horta urbana Van Tuin Tot Bord

*Lenneke Vaandrager*

*Marthe Derkzen*

*Mellany van Bommel*

*Emma Spoo*

**Van Tuin Tot Bord (Da Horta ao Prato; VTTB), uma iniciativa em Nijmegen, Holanda, organizada por e para os residentes poderem cultivar alimentos saudáveis em seus próprios bairros.**

Nijmegen é uma cidade de porte médio (177.000 habitantes) no sudeste da província de Gelderland. Desde a sua fundação em 2015, quando foram inauguradas duas hortas com cozinhas comunitárias, o VTTB desenvolveu um conceito diferente de agricultura urbana, focado na inclusão e na alimentação saudável. O conceito VTTB já foi replicado em três hortas e restaurantes comunitários em outros bairros de Nijmegen e continua a se expandir.

O projeto VTTB visa contribuir para o desenvolvimento de bairros mais sociáveis, verdes e saudáveis. Os cidadãos locais podem voluntariar-se para trabalhar em conjunto num ambiente agradável, realizando atividades que lhes agradam e adequadas às suas competências. Por exemplo, podem ajudar na horta, na cozinha ou integrar a equipe do restaurante do bairro.

No VTTB, os profissionais do projeto criam as condições para que os cidadãos possam realizar as atividades da forma mais independente possível. Há cinco contratados no projeto: o coordenador e quatro gestores locais em tempo parcial (dois dos quais apoiam os grupos nas hortas). O líder do projeto cuida da coordenação geral, planejamento e monitoramento.

Dois estudos recentes, liderados por Emma Spoor (2022) e por Mellany Van Bommel (2022), pesquisaram os benefícios do VTTB.

Para o estudo de Spoor, 18 participantes, educadores e voluntários foram entrevistados sobre o que o VTTB significa para eles. Os resultados mostram que os participantes gostam das atividades do VTTB, da combinação de atividades e do ambiente social. Os participantes também relataram que o VTTB lhes oferece a oportunidade de conhecer novas pessoas e que se sentem parte de uma equipe. Eles apreciam o envolvimento social, sentem-se mais pertencentes à sua comunidade, e o VTTB abre portas para praticarem outras atividades.

Estar ao ar livre e fisicamente ativo enquanto trabalha na horta foi frequentemente mencionado como um benefício para uma vida mais saudável. Todos os participantes afirmaram que adquiriram novos conhecimentos ou melhoraram as suas competências no cultivo e colheita de hortaliças, no controle de ervas indesejadas e na preparação de novos pratos (vegetarianos).

Os educadores do VTTB afirmaram observar uma melhoria na autoconfiança dos participantes e que o VTTB lhes fornece uma estrutura de atividades para toda a semana.

Para o estudo de Bommel, foi aplicado um questionário a 130 participantes do VTTB. Os resultados mostraram que:

- quase 50% dos entrevistados vêm ao VTTB semanalmente;
- mais de 70% estão envolvidos há um ano ou mais
- mais de 90% sentem-se em casa no VTTB e 50% sentem-se parte dele;
- mais de 60% manifestam que têm muito contato com os demais participantes;
- mais de 90% gostam de participar das refeições no VTTB;



- todos os entrevistados estão muito satisfeitos com as refeições e as consideram variadas e saudáveis;
- peixe e carne não fazem falta a 90% dos participantes;
- todos os entrevistados apreciam que os legumes venham da horta e que as refeições sejam preparadas com produtos da estação;
- mais de 76% dos participantes afirmam que aprenderam a apreciar novos tipos de alimentos no VTTB.

No geral, ambos os estudos demonstram que a combinação de atividades nos diferentes locais da VTTB e o seu caráter social trazem muitos benefícios mentais, de saúde e sociais para os participantes.

**Lenneke Vaandrager** é professora associada em Saúde e Sociedade na Universidade de Wageningen, Centro para Espaço, Lugar e Sociedade. A sua pesquisa centra-se na análise e contribuição de ambientes saudáveis para o desenvolvimento.

**Marthe Derkzen** é professora de Saúde e Sociedade na Universidade de Wageningen, Centro para Espaço, Lugar e Sociedade. Ela estuda a natureza urbana a partir de uma perspectiva de justiça social com interesse na adaptação climática, alimentação e saúde locais e administração dos bens comuns.

**Mellany van Bommel** é pesquisadora júnior em saúde e sociedade. Ela estuda iniciativas urbanas verdes e bairros saudáveis.

**Emma Spoor** é estudante de mestrado em Saúde e Sociedade na Universidade de Wageningen, Centro para Espaço, Lugar e Sociedade.

## Maiores informações e referências

- Bommel, van M. (2022). Exploring the sense of place amongst participants of Green Citizen initiatives in Arnhem and Nijmegen: what makes places meaningful? Master thesis Wageningen University
- Spoor, E. (2022). Qualitative Evaluation 'Van Tuin Tot Bord' (From Garden To Plate). A qualitative evaluation study on the experienced benefits of community gardens and community kitchens on social well-being. Master thesis Wageningen University
- PARTIGAN: Participatory Greening of Arnhem and Nijmegen. <https://www.wur.nl/en/project/partigan-participatory-greening-of-arnhem-and-nijmegen-1.html>
- Van Tuin Tot Bord <https://www.vantuintotbord.nl>





# Aplicando novas lentes à agricultura urbana: *metabolismo urbano, ligações urbano-rurais e sistemas alimentares urbanos*

*Darleen van Dam*

*Enrico Gottero*

*Jan Eelco Jansma*

*Lucie Sovová*

*Lenneke Vaandrager*

**Inúmeros conceitos são descritos na literatura científica que podem ser associados à agricultura urbana (AU). No entanto, é importante oferecer uma nova perspectiva que permita aos decisores formular ações e políticas específicas para apoiar o desenvolvimento da agricultura nas cidades e áreas metropolitanas. Neste artigo, exploramos o *Metabolismo Urbano (MU)*, as *Ligações Urbano-Rurais (LUR)* e os *Sistemas Alimentares Urbanos (SAU)* como lentes através das quais podemos observar as suas contribuições para o desenvolvimento urbano e periurbano.**

A relevância destes três conceitos é evidente, uma vez que abordam áreas cruciais nos estudos relacionados com a AU e estão ligados a algumas questões-chave, como a segurança alimentar, a utilização de recursos e o desafio de unir atividades socioeconômicas dentro e entre diversas regiões. Os três conceitos e as suas relações foram discutidos em detalhe no contexto do projeto EFUA (ver Gottero et al., 2022). Neste artigo mostramos como estes conceitos ampliam a nossa compreensão da AU e dos seus impactos, destacando aspectos específicos que vão além dos benefícios discutidos anteriormente nesta Revista e permitindo a contribuição para os debates políticos atuais sobre sustentabilidade urbana.

## **Descobrimo a eficiência dos recursos**

O Metabolismo Urbano (MU) é uma perspectiva que se concentra na utilização eficiente dos recursos e na gestão dos resíduos nas cidades. Ela é particularmente relevante para a AU ao considerar as entradas e saídas de matérias e de energia (ver Destaque 1). A AU contribui para o MU ao reduzir a energia necessária para transportar alimentos, reduzindo assim a dependência de combustíveis fósseis. Além disso, a AU desempenha um papel vital na reciclagem dos resíduos orgânicos através da compostagem. Como tal, as iniciativas de AU promovem a conservação de recursos, a sustentabilidade ambiental e a resiliência das áreas urbanas. Ao integrar os princípios do MU na AU, as cidades podem promover uma relação mais saudável e sustentável entre os sistemas urbanos e a agricultura, beneficiando, em última análise, tanto o ambiente como a comunidade.

### **Destaque 1: Metabolismo Urbano**

A “lente” do Metabolismo Urbano (MU) foca nos fluxos energéticos e materiais dos ambientes urbanos. Promove a economia circular, como a reciclagem e o fechamento dos ciclos de nutrientes, e pode, portanto, ser visto como favorável à eficiência dos recursos e à adaptação climática.

Os modernos tipos de AU classificados como “agricultura com área zero”, como a agricultura de alta tecnologia, em telhados ou em interiores, também têm impacto na MU, tal como a compostagem.

A MicroFlavours, uma exploração agrícola em Bruxelas, é um exemplo de como a AU pode contribuir para o MU. A MicroFlavours é especializada na produção de *microgreens* e brotos comestíveis e está localizada no subsolo de uma antiga cervejaria.

Para estabelecer uma cadeia alimentar sustentável e autossuficiente, a MicroFlavours utiliza sistemas hidropônicos num ambiente controlado, utilizando assim menos recursos e sendo energeticamente mais eficiente.

## Fortalecer as ligações socioeconômicas

O conceito de Ligações Urbano-Rurais (LUR; ver Destaque 2) enfatiza as relações entre as cidades e suas periferias rurais. As iniciativas que promovem a LUR criam oportunidades para os residentes urbanos se envolverem ativamente em práticas agrícolas, promovendo assim o sentido de comunidade e de soberania alimentar, e criando novos negócios para os agricultores urbanos. Ao fortalecer a LUR, a AU ajuda a gerar oportunidades de renda e emprego. A AU também facilita o fluxo de bens, serviços e conhecimentos entre as práticas urbanas e rurais e promove maior coesão social, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável nas cidades e nos campos.

### Destaque 2: Ligações Urbano-Rurais

O conceito de Ligações Urbano-Rurais (LUR) foca nas relações das atividades socioeconômicas entre as cidades e suas periferias. Formas de AU que exploram a proximidade com os consumidores, como as iniciativas agrícolas urbanas, oferecem diversos produtos agroalimentares além de serviços relacionados, como oportunidades para pequenos transportadores locais. Ao manter as características da paisagem e proporcionar oportunidades de emprego, as explorações agrícolas nas cidades também podem abordar outras questões, como o patrimônio cultural e a economia local.

Oogstappel, uma granja orgânica apoiada pela comunidade na região de Antuérpia, na Bélgica, serve de exemplo de como a AU promove a LUR. Oogstappel facilita essa ligação através da venda de hortaliças e frutas diretamente num mercado da cidade. Além disso, a Oogstappel oferece um esquema de entrega semanal de cestas em casa com uma seleção diversificada de produtos sazonais. O modelo de subscrição anual, conhecido como “partilha da colheita”, proporciona uma garantia de rendimento mensal aos agricultores, ao mesmo tempo em que assegura um fornecimento constante de produtos frescos para os moradores urbanos. Esta ligação direta faz a ponte entre a produção e o consumo dos alimentos, bem como entre os meios sociais rural e urbano.

## Nutrindo a segurança alimentar

A “lente” do Sistema Alimentar Urbano (SAU, ver Destaque 3) foca na relação entre vários aspectos do sistema alimentar nas áreas das cidades e suas periferias. Uma reconexão local entre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos reduz a dependência do transporte de comida por longas distâncias, promove o acesso a opções alimentares saudáveis e mitiga os impactos ambientais do sistema alimentar. Portanto, o conceito de SAU destaca a contribuição da AU para a produção agrícola sustentável e os benefícios do consumo de alimentos nutritivos e de origem local. Além disso, a abordagem SAU promove a educação e aumenta a consciência sobre práticas alimentares sustentáveis, estimulando estilos de vida mais saudáveis e viáveis entre os moradores urbanos.

### Destaque 3: Sistemas Alimentares Urbanos

O conceito de SAU está ligado especialmente à AU através da produção de alimentos. As explorações agrícolas urbanas influem na SAU por várias razões, como o autoabastecimento de alimentos, a sua qualidade, as redes alternativas e as cadeias alimentares curtas, bem como a presença de produtos locais e tradicionais. O fornecimento de alimentos cultivados localmente pelas iniciativas da AU também pode ajudar na economia doméstica e para superar problemas sociais como a pobreza nutricional.

A título de exemplo, o consórcio DAM mantém diversas explorações agrícolas na periferia de Milão, dentro dos limites do Parque Agrícola Sul de Milão (Parco Agricolo Sud di Milano). Estas explorações agrícolas urbanas cultivam coletivamente 1.500 hectares caracterizados por uma mistura de propriedades públicas e privadas e pelo cultivo de diversos produtos agroalimentares locais, incluindo arroz, hortaliças, legumes, frutas, carne, ovos, mel e muito mais.

Os produtos agroalimentares são vendidos diretamente no local ou através de canais de varejo, e alguns também são fornecidos às cantinas escolares conforme contratos públicos.

O consórcio DAM é um exemplo bem sucedido da SAU porque integra vários aspectos do sistema alimentar, desde a produção de alimentos frescos e nutritivos até a sua distribuição às populações urbana e periurbana de Milão.

## Conceitos de Agricultura Urbana e sua relação com os benefícios

A Figura 1 resume as relações entre MU, LUR e SAU, por um lado, e os diversos benefícios da AU, por outro (ver Gottero et al., 2022).

Através destas relações podemos verificar uma série de estratégias práticas que podem ajudar a alcançar os objetivos de sustentabilidade das cidades.

Embora exista uma sobreposição inerente entre os três conceitos e os benefícios associados, eles podem servir como pontos de partida quando os decisores procuram abordar questões específicas em ambientes urbanos e periurbanos.

Por exemplo, a melhoria do MU pode ser iniciada concentrando-se nos benefícios ambientais e climáticos (por exemplo, monitorizando os indicadores de emissões de carbono dos sistemas alimentares urbanos).

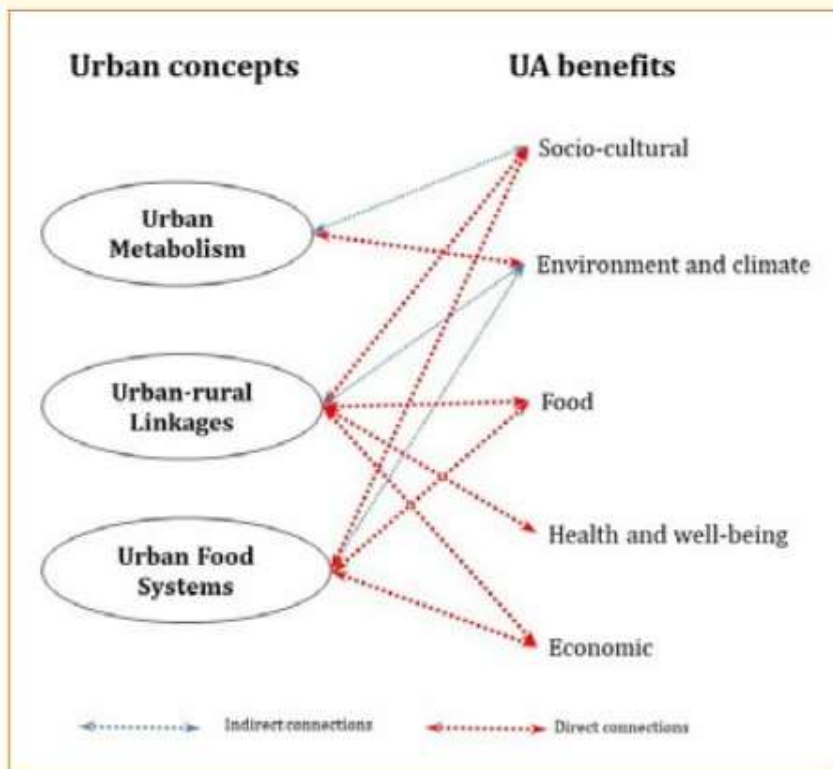


Figura 1: Possíveis conexões, relações e interconexões diretas (principais) e indiretas (secundárias) entre conceitos urbanos e benefícios da AU. (Fonte: Retrabalhado de Gottero et al. 2022)

## Compreender os conceitos relacionados com a AU para alavancar o seu potencial e desenvolver políticas eficientes

Ao incluir a AU nas agendas urbanas, os tomadores de decisões podem aproveitar os seus benefícios para enfrentar vários desafios urbanos ao mesmo tempo. No entanto, os benefícios da AU muitas vezes não estão facilmente aparentes. É essencial explicar aos decisores políticos a interação entre a AU e os conceitos de MU, LUR e SAU. Estes conceitos fornecem um quadro holístico para a compreensão de como questões específicas podem ser abordadas através da AU.

Os decisores políticos que apoiam atividades relacionadas com o uso sustentável da terra, a economia circular, a adaptação climática, o emprego dos recursos e competências disponíveis na economia local, a habitação adequada ou a qualidade do ar, podem avançar muito ao considerar a AU através desses três conceitos.





Conforme nos movemos em direção a um futuro mais sustentável e resiliente, a AU surge como uma força transformadora que não só aborda os desafios relacionados com a alimentação, mas também traz benefícios sociais, econômicos e ambientais para os contextos urbanos e rurais.

Os decisores políticos têm a oportunidade de aproveitar o potencial da AU, integrando-a nas políticas públicas e agendas urbanas, para aproveitar os seus benefícios em vários setores.

Abraçar a AU e considerar os conceitos interligados que ela apoia é outra chave para alcançar o desenvolvimento urbano-rural holístico e construir cidades prósperas e sustentáveis para as gerações vindouras.

***Darleen van Dam** é pesquisadora da Wageningen Research, que explora processos de transição para sistemas alimentares resilientes e responsáveis.*

***Enrico Gottero** é arquiteto e doutor em Ordenamento do Território e Desenvolvimento Local. Atualmente trabalha como assistente de pesquisa e professor na área de planejamento urbano e paisagístico no Instituto Politécnico de Turim, Departamento Interuniversitário de Estudos e Planejamento Regional e Urbano (DIST).*

***Jan Eelco Jansma** é pesquisador atuante na área de planejamento alimentar urbano e agricultura urbana na Wageningen Research e Plant Research Group. Atualmente coordena diversos programas de pesquisa locais, nacionais e da UE sobre inovação alimentar urbana.*

***Lucie Sovová** é professora do Grupo de Sociologia Rural, Universidade de Wageningen, Centro de Espaço, Lugar e Sociedade. A sua pesquisa explora alternativas à teoria e à prática econômicas dominantes, particularmente no domínio da alimentação e da agricultura.*

***Lenneke Vaandrager** é professora associada em Saúde e Sociedade na Universidade de Wageningen, Centro de Espaço, Lugar e Sociedade. A sua pesquisa centra-se na análise e contribuição da AU para o desenvolvimento de ambientes saudáveis.*

## Referências

- Gottero E., Dam van D., Cassatella C., Jansma J.E., Sovova L., Vaandrager L. (2022), Report on links to other urban concepts, H2020 project n. 101000681, European Forum for a Comprehensive Vision on Urban Agriculture (EFUA), Deliverable D3.3, soon available from:  
<https://cordis.europa.eu/project/id/101000681/results> (último acesso: 10/05/2023)

# Ecossistema vivo apoia agricultura urbana em Bruxelas

Nele Lauwers

A região metropolitana de Bruxelas, capital da Bélgica, desempenhou um papel vital no apoio a um setor agrícola urbano dinâmico bem no coração da Europa. Partindo de uma estratégia clara, vários atores e organizações estão colaborando para apoiar os agricultores urbanos – novos e veteranos. Este ecossistema de facilitadores e as ligações entre eles é um grande exemplo que pode inspirar muitas outras regiões urbanas.

## Tudo começa com uma visão clara

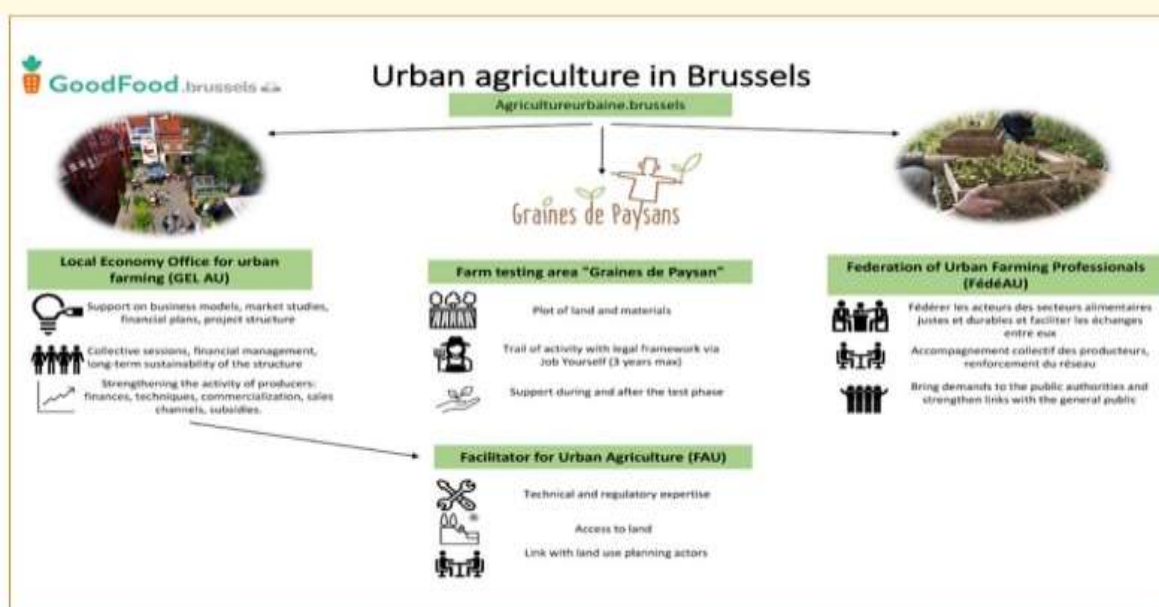
A região metropolitana de Bruxelas compreende 19 municípios, incluindo a capital belga. A região apoia a agricultura urbana dentro de sua política da *Boa Estratégia Alimentar*, que visa a uma transição real para um sistema alimentar sustentável. Entre 2016 e 2020, o número de produtores profissionais duplicou de 20 (com uma superfície de 5 hectares) para 43, dos quais 27 horticultores, um fruticultor, dois criadores de ovinos, um produtor de lúpulo, seis explorações com “área zero” (dois produtores de cogumelos, dois de *microgreens*, dois de ervas) e dois produtores de plantas para chás medicinais.

Considerados os muitos efeitos benéficos que a agricultura urbana pode gerar (alimentos de qualidade, emprego, redução da pegada de carbono, educação ambiental e alimentar etc.), várias organizações foram incumbidas de fornecer orientação personalizada aos profissionais para estarem mais equipados para desenvolver sua atividade.

## Uma plataforma central para lidar com dúvidas

Criado em 2018, o *Facilitador para a Agricultura Urbana* de Bruxelas é um portal que fornece informações e serviços de orientação para o desenvolvimento da atividade <sup>1</sup>. O site é inestimável para coletar informações por meio de fichas temáticas e perguntas frequentes (FAQ). É um importante ponto de partida para todos que desejam iniciar a produção de alimentos em ambiente urbano.

Dado que a disponibilidade de terrenos é o maior desafio, os serviços do portal facilitador mudaram para apoiar os proprietários e promotores de projetos, bem como as autoridades públicas e as comunidades. Uma rede experiente de especialistas e organizações multidisciplinares está disponível para inspirar, informar e orientar estes atores. O objetivo é implementar a produção de alimentos em bairros e edifícios existentes ou planejados já com essa opção, que poderão então fornecer espaço para a produção agrícola profissional e/ou comunitária.



## Secretaria de Economia Local para a Agricultura Urbana

Agricultores profissionais e empresários podem contatar o Village Partenaire <sup>2</sup> do Gabinete de Economia Local, onde podem obter aconselhamento e formação gratuitamente sobre modelos de negócios, estudos de mercado, planos financeiros e apoio de comunicação. A Secretaria de Economia Local colabora com o Portal Facilitador para fornecer conhecimentos especializados em planejamento urbano, questões jurídicas e técnicas de produção.

No caso das explorações agrícolas convencionais, cultivadas no solo, o Village Partenaire também aconselha os novos agricultores a iniciarem o seu negócio na área de testes e treinamento agrícolas de Graines de Paysans, localizada na periferia de Bruxelas (ver Destaque abaixo).

## Federação dos Profissionais de Agricultura Urbana

A Federação dos Profissionais de Agricultura Urbana (FédéAU) <sup>3</sup> foi criada no final de 2020. O seu objetivo é construir uma rede entre os pioneiros de sistemas de produção alimentar mais justos e sustentáveis e facilitar o intercâmbio entre eles, desenvolver serviços coletivos, fazer *lobby* junto das autoridades públicas em seu nome e reforçar os laços com o público em geral na região metropolitana de Bruxelas e periferia.

A FédéAU é um importante mediador na partilha de conhecimentos entre agricultores urbanos profissionais e também uma caixa de ressonância para ser ouvida pelos decisores políticos da Região.

## A área de testes

A área de testes agrícolas em Graines de Paysans <sup>4</sup> permite aos novos agricultores testar a sua atividade profissional num ambiente seguro. Durante o período de teste, os novos agricultores terão acesso a um terreno entre três e 15 hectares, bem como à infraestrutura e às ferramentas necessárias para cultivar e vender os seus produtos. Os agricultores são todos completamente independentes e utilizam diferentes métodos de produção (mas todos são certificados como orgânicos) e variadas formas de venda (por exemplo, diretamente aos consumidores, a restaurantes, ou a lojas, etc.). Teoricamente, os novos agricultores podem passar até três anos em Graines de Paysans, mas muitas vezes permanecem até cinco anos porque não conseguem encontrar outro terreno na região.

Esta área para testes foi criada em 2016 com fundos europeus concedidos no âmbito do projeto BoerenBruxselPaysans <sup>5</sup>. Sua missão é facilitar e aumentar a produção local de alimentos na região metropolitana de Bruxelas, bem como o processamento de acordo com métodos de produção ecológicos, em benefício dos consumidores regionais. Pretende promover o acesso a alimentos de qualidade através de cadeias de abastecimento curtas, aumentar a sensibilização para a alimentação sustentável em todos os seus aspectos, e envolver os consumidores na dinâmica alimentar local.

## Encontrar terrenos é o mais difícil

A escassez de terras é um desafio no ambiente urbano. Os governos locais têm um papel a desempenhar através do seu planejamento urbano, mas também os proprietários de terras podem ser motivados a arrendar as suas áreas aos agricultores. Em Bruxelas, a organização *Terre en vue* é um movimento de cidadãos motivados que leva esta ideia um passo adiante, reunindo dinheiro suficiente para comprar terras agrícolas e depois alugá-las a agricultores para projetos agroecológicos. O movimento também aconselha outros proprietários de terras (por exemplo, os governos) sobre como disponibilizar essas terras para a produção de alimentos.

*Nele Lauwers é especialista em agricultura urbana em Boerenbond.*

## Referências

1. Brussels Facilitator for Urban <https://www.agricultureurbaine.brussels>
2. Village Partenaire <https://www.villagepartenaire.be/>
3. FédéAU <http://www.fedeau.be/>
4. Graines de Paysans <https://espace-test.be/graines-de-paysans/>
5. Terre en Vue <https://terre-en-vue.be>



# Políticas europeias para a agricultura urbana: o estado-da-arte, as limitações e as oportunidades

Henk Renting  
Claudia Segreto

**Uma análise patrocinada pelo EFUA sobre os setores e instrumentos das políticas públicas da União Europeia concluiu que a agricultura urbana ainda não está no radar como sendo uma questão na Europa. Este artigo defende que os vários tipos de agricultura urbana sejam ativamente abordados numa lista de políticas e estratégias da UE, para que seus benefícios multifuncionais sejam aproveitados em uma verdadeira transformação dos sistemas alimentares.**

Tem havido um interesse considerável e crescente na agricultura urbana (AU) e nos seus múltiplos benefícios ao longo da última década. Vários projetos e redes surgiram dentro e entre as cidades. Exemplos dessas redes (inter)nacionais envolvendo várias cidades são o Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, o Grupo de Trabalho Eurocidades sobre Alimentação e as redes nacionais na Holanda, Espanha e Itália.

Entre estas redes e projetos, a AU surge cada vez mais como uma abordagem promissora para tornar a cidade mais verde, ao mesmo tempo em que contribui para a produção de alimentos e para o desenvolvimento da identidade de uma cidade <sup>1</sup>. As iniciativas de agricultura e de horticultura urbanas também têm potencial para contribuir para uma melhor qualidade de vida e reforçar a coesão social.

No nível europeu, porém, a AU parece não estar (ainda) no radar como uma questão de política pública europeia nacional e transnacional. Na Conferência “FATOS EFUA<sup>2</sup>” de março de 2022, foi destacado como a AU (mesmo quando está claramente presente em narrativas e apresentações visuais) não é mencionada explicitamente nas novas políticas ou estratégias relevantes da UE, como a *Estratégia do Campo ao Prato* (F2F). Além disso, a AU (ainda) não é uma categoria explícita na *Política Agrícola Comum* (PAC) da UE. As políticas agrícolas tendem a concentrar-se nas zonas rurais, negligenciando assim a capacidade da AU de contribuir para a produção de alimentos e outros objetivos e desafios importantes da agricultura europeia.

## Mapeando as políticas da UE

Até presentemente quase nenhum estudo investigou a forma como a AU é abordada nas políticas a nível da União Europeia (UE). Além disso, existe uma falta de conhecimento sobre a forma como as políticas atuais poderiam potencialmente apoiar a AU e, em troca, contribuir para diferentes objetivos e desafios políticos da UE.

Para preencher esta lacuna, o projeto EFUA mapeou áreas e instrumentos de políticas públicas da UE que são relevantes para a AU e identificou aqueles que poderiam ser utilizados para apoiar a prática da AU <sup>3</sup>.

Em primeiro lugar, a equipe do EFUA considerou as áreas de políticas públicas mais importantes ao se discutir a AU na UE. Para tal, foi utilizada a própria definição das áreas políticas da UE, ou seja, áreas temáticas específicas onde a UE pode agir porque os países membros autorizaram-na a fazê-lo, através dos tratados específicos <sup>4</sup>.

Com base em entrevistas com peritos, foram identificadas cinco áreas de políticas públicas da UE como prioritárias: (1) saúde pública, (2) agricultura, (3) ambiente, (4) coesão territorial e (5) pesquisa e inovação.



Figura 1: Áreas selecionadas de políticas públicas da UE

Para estas áreas políticas, a equipe baseou-se em conhecimentos especializados e na análise de documentos para pesquisar as seguintes questões adicionais:

- Dentro da área, já existem instrumentos políticos que abordam a AU?
- Quais são os objetivos principais e específicos dos instrumentos políticos?
- Quem são os principais atores envolvidos?
- Quais são as ferramentas de financiamento?
- Como é abordada a AU no instrumento identificado?

Este exercício demonstrou que a AU ainda é muito negligenciada a nível político na UE. Dentro das cinco áreas principais de políticas, a AU nunca é explicitamente mencionada nos objetivos de qualquer de seus instrumentos.

Pelo contrário, quando a AU é abordada, é indiretamente através de atividades relacionadas com a AU, implementadas através de projetos com financiamentos específicos.

Além disso, os instrumentos políticos existentes relacionados com a AU e com os sistemas alimentares urbanos em geral são altamente isolados e fragmentados. Não existe uma visão integrada clara e abrangente da AU que oriente os instrumentos políticos em diferentes áreas.

É evidente a grande lacuna existente entre as experiências diárias de AU de produtores e cidadãos para quem ela é uma realidade local e urbana, por um lado, e os níveis mais elevados de governança, como a UE, que ainda não a reconhecem adequadamente, por outro.

### Áreas de políticas específicas: oportunidades e limitações

Uma análise mais aprofundada de alguns exemplos de instrumentos políticos dá uma imagem mais precisa do panorama atual e das suas limitações na promoção do potencial da AU (ver Figura 2), e serve de base para sugestões de possíveis instrumentos novos ou melhorados (ver Figura 3).

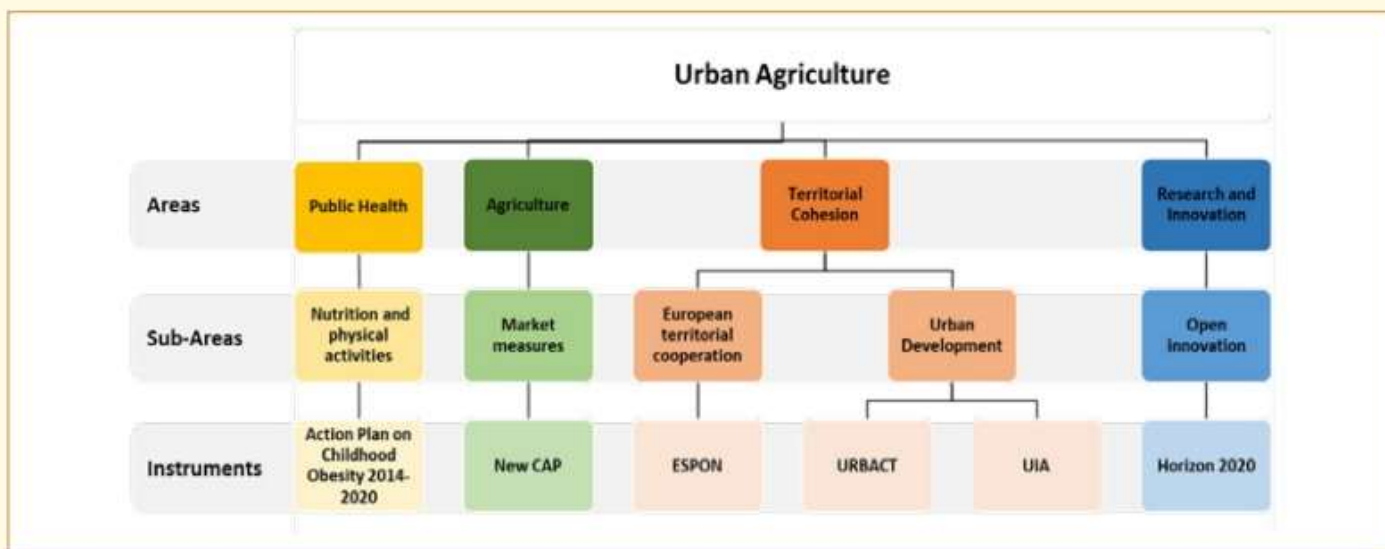


Figura 2: Instrumentos políticos existentes para a agricultura urbana na área política relevante da UE

Para a área de **políticas ligadas à saúde pública**, o Plano de Ação sobre a Obesidade Infantil inclui uma série de intervenções para as quais a AU pode ser relevante visando “contribuir para travar o aumento do excesso de peso e da obesidade em crianças e jovens (0-18 anos) até 2020”. Por exemplo, as intervenções para “promover um ambiente mais saudável, especialmente na escola e na pré-escola” podem incluir a criação de hortas escolares. A área de intervenção para “informar e capacitar as famílias para aumentar a ingestão de alimentos saudáveis (frutas e vegetais, leite e água) entre pais e filhos nas comunidades locais” também é relevante. A UE incentiva a implementação de canais de marketing direto ao consumidor, como mercados agrícolas locais e a agricultura apoiada pela comunidade, e promove a produção doméstica de alimentos através de hortas em telhados/varandas, escolas e da plantação de árvores frutíferas em parques e áreas escolares, bem como o cultivo de paisagens urbanas e áreas verdes, incentivando-se a colheita livre e o consumo grátis de frutas frescas.

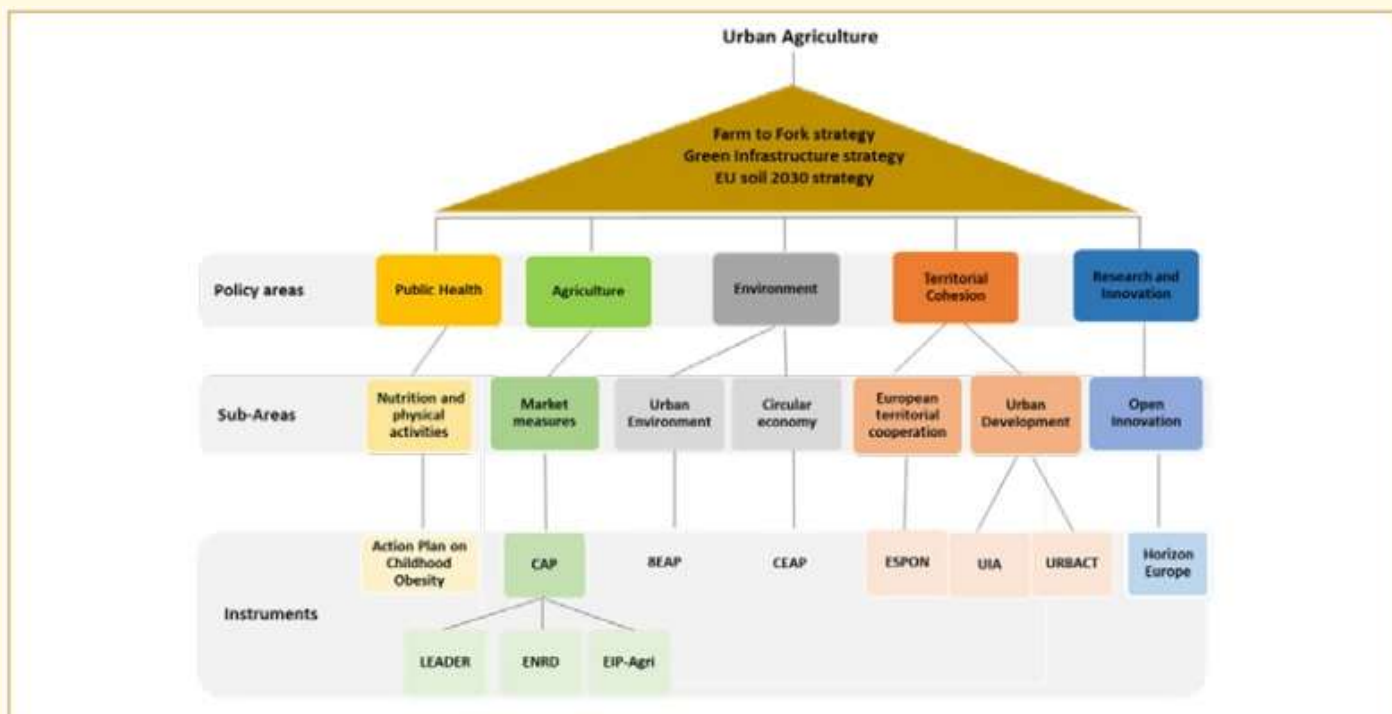


Figura 3: Mapa das políticas com instrumentos identificados e propostos relacionados com a AU

Na área de **políticas ligadas à agricultura**, a pesquisa do EFUA identificou atividades relacionadas no regime das frutas, produtos hortícolas e leite, financiadas pelo programa Política Agrícola Comum – PAC da União Europeia. Estes produtos podem ser fornecidos por explorações agrícolas urbanas e outros produtores locais, com o PAC também apoiando as hortas escolares. Estas medidas abordam o objetivo 9 da CAP (“Responder às exigências da sociedade em matéria de alimentação e saúde”).

Noutros objetivos da PAC onde a UA poderia claramente contribuir, essa possibilidade não é reconhecida. Por exemplo, o objetivo <sup>1</sup> visa “melhorar a segurança alimentar e a diversidade agrícola a longo prazo, bem como garantir a sustentabilidade econômica da produção agrícola”. Para esse efeito, os agricultores da UE podem receber subsídio aos rendimentos como «pagamento direto» para alcançar esse objetivo, mas os produtores de AU são, na maioria dos casos, excluídos. Isto se deve muitas vezes ao não cumprimento do tamanho mínimo da exploração (0,3 a 5 hectares, dependendo do país) e ao não exercício de uma atividade agrícola claramente definida em terras registradas como área agrícola – condição difícil de cumprir nas zonas urbanas.

Além disso, mesmo que recebessem pagamentos diretos, os agricultores da UA receberiam muito pouco porque os pagamentos são calculados com base na superfície produtiva das terras. A produção sem solo (telhados, agricultura vertical, pequenas explorações agrícolas intensivas no centro da cidade, etc.) seria excluída de qualquer apoio.

O «segundo pilar» da PAC, que abrange programas de apoio territorial, oferece potencialmente mais oportunidades para a AU. Embora a AU possa claramente trazer benefícios ambientais e sociais importantes, a agricultura neste pilar da PAC ainda é considerada como um domínio rural.

No entanto, os benefícios sociais e ambientais não devem limitar-se apenas aos ambientes rurais, mas sim garantidos a todos, incluindo aos cidadãos e produtores urbanos.

Os Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) também poderiam incorporar melhor as atividades relevantes da AU. Os PDRs dependem da regulamentação nacional e dos limites territoriais das nações, o que pode excluir as zonas urbanas das suas medidas de apoio. Se a agricultura nas zonas urbanas fosse elegível para PDR, a AU poderia utilizar boas medidas como, por exemplo, o apoio às cadeias de valor regionais e os acordos de mercado cooperativos.

Portanto, a AU deve ser refletida diretamente nos futuros regulamentos de planeamento estratégico e não excluída pela limitação específica de terras aptas para a agricultura como exclusivamente “rurais”. A agricultura deve ser considerada como tal independentemente da localização, e seus benefícios devem ser igualmente promovidos tanto nas zonas rurais como nas urbanas.



Ainda com relação à PAC, três outros instrumentos políticos podem ser utilizados para desenvolver a AU e beneficiar as agendas públicas: o programa de desenvolvimento local a LEADER <sup>5</sup>, a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (REDR) e a Parceria Europeia de Inovação para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícola (EIP-Agri) (ver Figura 3). A abordagem comunitária de desenvolvimento e financiamento de baixo para cima prevista no LEADER seria adequada para programas de AU, que muitas vezes têm um forte componente comunitário, especialmente quando pudessem ser implementados superando os limites urbano-rurais e reforçando as ligações regionais.

A REDR funciona como um centro de intercâmbio de informações sobre como a política, os programas, os projetos e outras iniciativas de desenvolvimento rural funcionam na prática e como podem ser melhorados. Embora a REDR não forneça financiamento direto, existem boas oportunidades para abordar temas relevantes para a AU no intercâmbio de informações e nas atividades de melhoria dos PDRs, apoiando a AU de modo mais equilibrado.

Por fim, o programa PEI-Agri poderia desempenhar um papel mais forte no desenvolvimento da AU. O PEI-Agri foi criado para preencher a lacuna entre as soluções inovadoras criadas pelos pesquisadores e a adoção de novas tecnologias pelo setor agrícola, nomeadamente através da criação de parcerias (Grupos Operacionais) que reúnam múltiplos atores, como agricultores, pesquisadores, consultores, empresas, grupos ambientalistas, grupos de interesse dos consumidores e outras ONGs para promover a inovação. Os Grupos Operacionais do PEI-Agri devem contribuir para o objetivo geral de promover a inovação agrícola que seja mais eficiente em termos de recursos, produtiva, com reduzidas emissões, resiliente ao clima, e que funcione em harmonia com os recursos naturais em que se baseia a agricultura. Diferentes tipos de iniciativas de AU podem abordar claramente estes objetivos. Já existiram alguns grupos EIP-Agri relevantes para o fortalecimento da AU, incluídos em tópicos como “Horticultura circular”, “Novos participantes na agricultura” e “Gestão inovadora de cadeias curtas de abastecimento alimentar”.

Para a área de **políticas para o meio ambiente**, não foram identificados instrumentos políticos que abordem explicitamente as atividades de AU. Ao mesmo tempo, é claro que a AU tem potenciais benefícios ambientais importantes, e há oportunidades para abordar a AU em programas de política pública como o 8.º Programa de Ação Ambiental (8.º PAA), o novo Plano de Ação para a Economia Circular (CEAP), e outros ligados ao clima e à energia no âmbito do Pacto Ecológico e da Estratégia da UE para os Solos para 2030.

Além disso, a Estratégia da UE sobre Infraestruturas Verdes (GI) pode ser relevante para a AU. Ela visa desenvolver, preservar e melhorar infraestruturas verdes saudáveis para ajudar a travar a perda de biodiversidade e permitir a prestação de serviços ecossistêmicos às pessoas e à natureza. Embora tenha evoluído a partir da conservação da natureza, a Estratégia GI está agora mais ligada à escala humana e às necessidades das pessoas. A AU proporciona benefícios semelhantes e pode, portanto, ser considerada um elemento importante da GI. Também pode ser promissor usar estratégias de infraestrutura verde como veículo para dinamizar políticas de AU, uma vez que a infraestrutura verde conecta a AU às discussões mais amplas sobre Cidades Verdes e Serviços Ecossistêmicos.

A área de **políticas públicas ligadas à Coesão Territorial** tem atualmente alguns programas e políticas que podem dar apoio à AU. Estes visam especialmente financiar programas de intercâmbio e aprendizagem entre programas de desenvolvimento territorial e urbano em cidades e regiões de toda a Europa. Um exemplo é o programa URBACT, que visa promover o desenvolvimento urbano sustentável que integre as dimensões económica, social e ambiental e melhorar a capacidade das cidades para gerir a política urbana para este efeito. Através do URBACT, foram financiados vários projetos de intercâmbio relevantes para o desenvolvimento de políticas de AU, como o RU:RBAN e o Agri-Urban.

A RU:RBAN visou transferir os modelos de gestão de regeneração urbana e inclusão social por meio de hortas urbanas em Roma para um grupo de outras cidades europeias. Especificamente, as cidades trocam conhecimentos sobre: 1) capacitação em hortas urbanas, 2) governança e 3) educação sobre gestão de hortas (Gardeniser) <sup>5</sup>.

A Agri-Urban pretendeu “criar uma rede europeia de cidades pequenas e médias com potencial para a criação de empregos nas suas zonas rurais ou periurbanas, através de uma abordagem integrada, combinando as dimensões sociais e ambientais da agricultura de forma inovadora” <sup>6</sup>.

Outros programas de apoio relevantes na área de políticas de Coesão Territorial são as Ações Inovadoras Urbanas (UIA) e o ESPON 2000. O programa UIA financia projetos que testam soluções inovadoras para enfrentar os desafios urbanos nas cidades europeias.

Muitas iniciativas financiadas pelo UIA utilizaram atividades relacionadas com a AU para atingir os seus objetivos. O programa ESPON 2020 financia pesquisas relevantes para políticas com o objetivo geral de reforçar a eficácia de coesão dentro da UE. Muitos projetos no âmbito da ESPON abordaram a AU, incluindo o projeto GRETA que visa promover a infraestrutura verde para o desenvolvimento territorial <sup>7</sup>.

Na área de **políticas ligadas à Pesquisa e Inovação**, diversos projetos financiados pelo programa Horizonte 2020 cobriram atividades relacionadas com a AU e apoiaram o desenvolvimento de redes de aprendizagem e intercâmbio entre governos municipais, universidades e institutos de pesquisa. Isto inclui projetos como: FoodTrails, FoodSHIFT2030, FoodE e o projeto FUSILLI, bem como o projeto EFUA. Vários destes projetos incluem casos de AU, embora não haja qualquer intercâmbio explícito sobre este tema. Em vez disso, os projetos centram-se em sistemas alimentares urbanos mais amplos e em abordagens de política alimentar urbana – dentro dos quais o papel da AU nem sempre é óbvio.

### Rumo ao apoio integrado aos sistemas alimentares urbanos, incluindo a agricultura urbana?

A revisão deixou claro que as políticas da UE para a AU ainda estão muito fragmentadas e incompletas. Embora existam ações relevantes em algumas áreas, elas permanecem isoladas. Não existe uma política global e integrada para a AU. Do lado positivo, as políticas da UE estão a mudar para abordagens mais integradas e menos setoriais das políticas do sistema alimentar, com o desenvolvimento de estratégias temáticas integradoras, como a Estratégia F2F, a Estratégia GI e a Estratégia da UE para os Solos.

A Estratégia F2F é um desenvolvimento particularmente importante no contexto do qual está previsto um novo Quadro do Sistema Alimentar Europeu (ou mesmo uma Lei). Dito isto, ainda não é muito claro até que ponto a AU será explicitamente incluída no programa F2F e no Quadro do Sistema Alimentar – embora seja claro que a AU é muito relevante para os seus objetivos (bem como para os objetivos do Acordo Verde).

Até agora, as abordagens do sistema alimentar da UE privilegiam elementos como os ambientes alimentares, os regimes de aquisição de alimentos convencionais e o desperdício alimentar – ou seja, as áreas do lado do consumidor do sistema alimentar. Embora essas áreas sejam certamente relevantes, para uma abordagem realmente transformadora é vital que as demais áreas e os vários tipos de AU sejam abordados e que os seus enormes benefícios potenciais sejam reconhecidos.

*Henk Renting é pesquisador-professor sobre transformação do sistema alimentar urbano na Aeres University of Applied Sciences Almere, Holanda.*

*Claudia Segreto é consultora de nutrição e bióloga do laboratório clínico Segreto A&C, e até recentemente pesquisadora da Aeres University of Applied Sciences Almere, Holanda.*

### Referências

1. Mikkelsen, B. E. (2018). Food & the City: the role of "green" UA and UG strategies in the urban food strategy movement. In Connections and missing links within urban agriculture, food and food systems.
2. EFUA project website: <https://www.efua.eu/>
3. Segreto, S., Renting, H. et al. (2023) UA Map of relevant EU policies and stakeholders. Aeres University of Applied Sciences (AERES).  
<https://ec.europa.eu/research/participants/documents/downloadPublic?documentIds=080166e5f015ca0a&appId=PPGMS>
4. European Commission (2023) Aeres of EU-Action  
[https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/what-european-commission-does/law/areas-eu-action\\_en](https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/what-european-commission-does/law/areas-eu-action_en)

5. LEADER stands for 'Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale', meaning 'Links between the rural economy and development actions'.
6. RU:RBAN Urban agriculture for resilient cities  
<https://urbact.eu/networks/rurban>
7. AGRI-URBAN The roots of the city  
<https://urbact.eu/networks/agri-urban>
8. GRETA – Green infrastructure: Enhancing biodiversity and ecosystem services for territorial development  
<https://www.espon.eu/green-infrastructur>



# Ferramentas políticas para a agricultura urbana – uma pesquisa das soluções experimentadas

Claudia Cassatella

A agricultura urbana e periurbana (AU) tem sido recentemente abordada (ou, pelo menos, mencionada) por muitas políticas públicas, a nível internacional e local. Os domínios onde ela surge abrangem políticas alimentares, políticas rurais, políticas sobre infraestruturas verdes, adaptação às alterações climáticas, regeneração urbana e muito mais.

No entanto, de acordo com uma análise de 44 estudos de caso em todo o mundo pelo Projeto EFUA (Cassatella et al., 2022), apenas uma minoria das práticas de AU existentes deu os primeiros passos como resultado de políticas públicas intencionais; aqueles que o fazem tiveram origem principalmente em políticas alimentares ou políticas de infraestruturas verdes. Há espaço para iniciativas noutros domínios políticos, como a regeneração urbana.

Quando uma cidade ou uma região urbana pretende estabelecer iniciativas de AU, pode aplicar muitos instrumentos diferentes – desde planos estratégicos regulamentos estatutários, até incentivos e ferramentas de avaliação (ver Cassatella et al., 2022; Tabela 1).

Estes incluem, por exemplo, estratégias alimentares, decretos de zoneamento e designações geográficas, regulamentos sobre atividades e espaços de AU, medidas fiscais, pactos e parcerias público-privados.

A AU inclui numerosos tipos diferentes de práticas em várias escalas, mas todos os tipos têm implicações para o ordenamento do território. A grande questão é se a AU, como uso do solo, é urbana ou rural? Esta distinção tem implicações no valor de mercado e na acessibilidade da terra, na tributação, nos direitos de construção e nas regras de transformação, nos regimes de governança e assim por diante. A existência de áreas agrícolas periurbanas torna esta questão ainda mais complexa.

Consequentemente, quando se trata de atividades de planeamento urbano, designar uma zona para a AU não é uma tarefa fácil.

*Tabela 1: Ferramentas políticas para promover a agricultura urbana e periurbana, com especial atenção ao ordenamento do território (Exceto do Politecnico di Torino, 2022 (??))*

Instruments	Testing Cities
<b>Inventories</b>	
Existing Urban Areas	Portland (USA); Rome (ITA); Turin (ITA); Vancouver (CAN)
Vacant or underutilized land/roofs	Baltimore (USA); Detroit (USA); New York (USA); Rotterdam (NLD); Singapore (SGP)
<b>Plans</b>	
Comprehensive strategic or plan	Baltimore (USA); New York (USA); Portland (USA); Marseille (FRA)
Specific strategies, plans or programs	Oslo (NOR); Rosario (ARG); Toronto (CAN); Yarra (AUS)
Master Plans	Almere (NLD); Dar es Salaam (TZA); Kigali (RWA); Singapore (SGP)
<b>Regulations</b>	
Ordinances	Detroit (USA); Sacramento (USA); Tokyo (JPN)
Technical agreements	Barcelona (ESP); Milan (ITA); Paris (FRA); Lille (FRA)
Regulations on UA management	Krakow (POL); Turin (ITA); Rome (ITA); Vilnius (LTU)
Temporary use	Detroit (USA); New York (USA); Kigali (RWA); Vilnius (LTU); Zurich (CHF)
<b>Incentives</b>	
Financial incentives	Sacramento (USA); Seattle (USA)
Technical assistance	Oulu (NOR); Sao Paulo (BRA); Seattle (USA)
Education and training	Quito (ECU); Rosario (ARG); Rotterdam (NLD); Seattle (USA); Sydney (AUS); Taipei (TWN); Toronto (CAN); Yarra (AUS)
<b>Assessment</b>	
Evaluation frameworks	Toronto (CAN)

No entanto, algumas cidades, principalmente nos EUA, identificaram zonas específicas de AU através de regulamentos de zoneamento. No Japão, as “Zonas Verdes Produtivas” têm um regime fiscal especial. Noutros casos, a AU é aceita apenas como uso temporário, enquanto se prevê um desenvolvimento urbano futuro, conservando a área até lá com atividades produtivas. No entanto, no cenário emergente de cidades em contração (??), a inserção da AU também é proposta como uma estratégia de longo prazo, exigindo mudanças nas designações do uso do solo.

Em terras públicas, as iniciativas de AU são realizadas respeitando vários acordos de governança, incluindo cessões individuais ou coletivas para o uso, ou acordos de cogestão com associações locais (Forte et al. 2022). A prestação de serviços sociais (inclusão de pessoas desfavorecidas e atividades educativas) pode estar prevista.

Regulamentações específicas para a gestão de hortas urbanas podem incluir requisitos ambientais (por exemplo, ausência de pesticidas, gestão econômica da água, por exemplo) ou sobre o ‘visual’ das parcelas cultivadas, cercas e outros materiais utilizados em hortas urbanas para evitar impacto negativo.

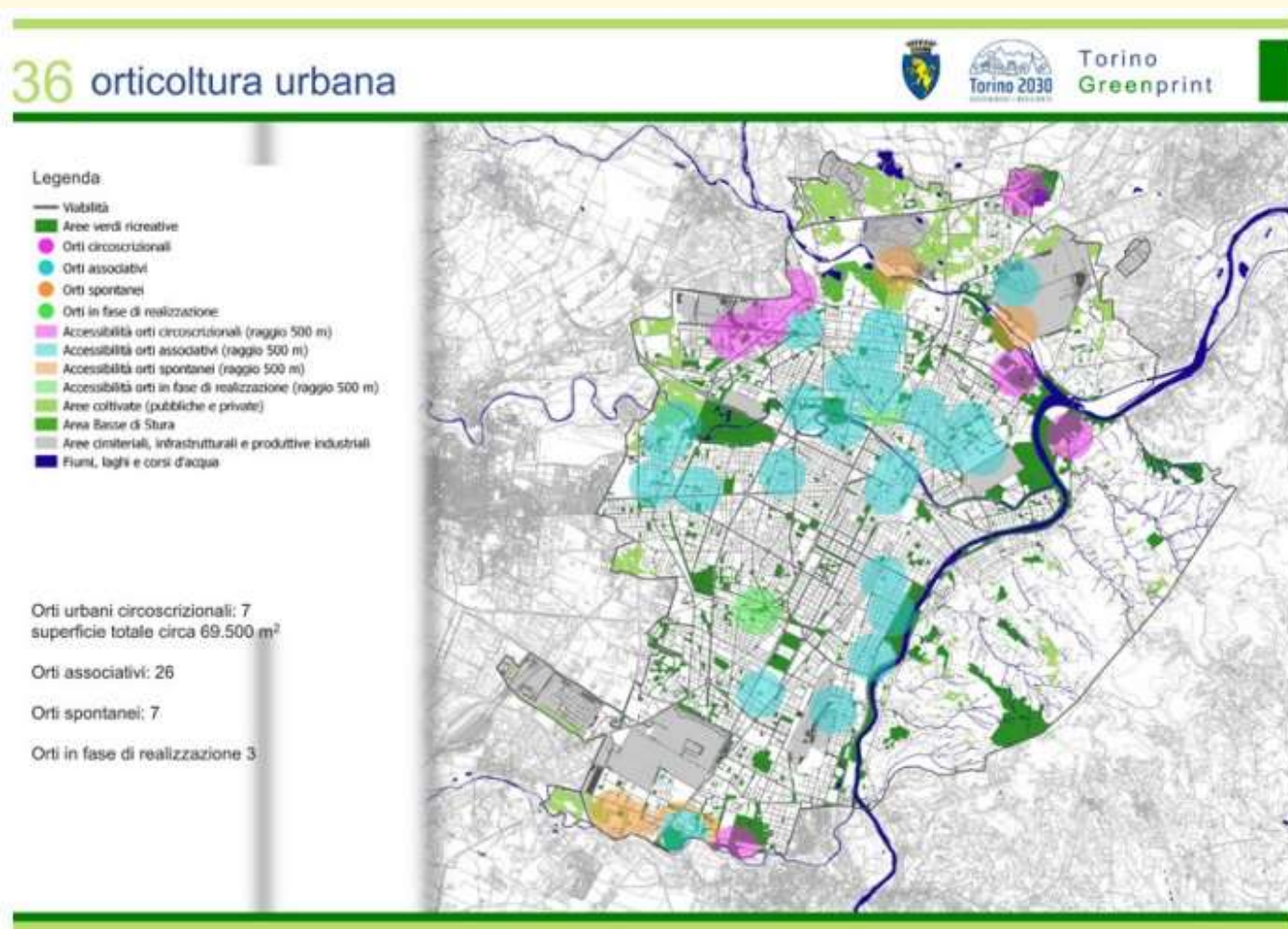


Figura 1: Agricultura urbana como componente do Plano de Infraestrutura Verde (Município de Torino, 2020). O mapa identifica diferentes tipos de hortas urbanas (em parcelas, comunitárias, espontâneas, novas) e seu raio de acessibilidade. Também são fornecidos regulamentos detalhados para a gestão e a criação das hortas.

Nos terrenos privados, é preciso considerar a evidente diferença entre a horticultura amadora e a agricultura profissional, pois elas têm necessidades diversas e merecem políticas diferenciadas. Os planos diretores da cidade podem introduzir morfologias e tipologias que favoreçam a agricultura em parcelas individuais (ver a cidade de Almere). A agricultura urbana profissional – uma atividade econômica orientada para o mercado (e não necessariamente para o mercado local) – não é facilmente gerida por planos territoriais. No entanto, o ordenamento do território pode fornecer medidas de conservação destinadas a proteger o solo fértil para a produção de alimentos e reconhecer os múltiplos serviços ecossistêmicos relacionados.

Algumas terras agrícolas periurbanas foram designadas como áreas protegidas com a missão de zelar tanto pela natureza como pela produção de alimentos, em contraste com a expansão urbana, e também promover as ligações urbano-rurais (através, por exemplo, de redes alimentares alternativas ou do agroturismo).

Cada um dos “agriparkes” italianos tem uma autoridade responsável e um plano espacial (ver, por exemplo, o Parco Agricolo Sud Milano), enquanto os “Agri-SCoT” franceses (Schéma de cohérence territorial) são administrados por associações de agricultores profissionais. (ver, por exemplo, Terres en Ville). Os “bancos” de terrenos podem ser fundamentais para viabilizar tais soluções.

Nas áreas urbanas, a expansão da “agricultura de área zero” (sem solo) e dos telhados verdes produtivos coloca novas questões interessantes sobre a regulamentação da produção e distribuição de alimentos nos espaços urbanos, porém até o momento essas questões não foram ainda abordadas. Regulamentações especiais foram definidas em cidades pioneiras como Nova York e Cingapura. Na verdade, Cingapura é um caso de estudo único, onde a AU de alta tecnologia é promovida por um plano detalhado e investimentos públicos.

Por meio de pesquisas e entrevistas, o Projeto EFUA recolheu uma lista de fatores que têm criado barreiras à implementação ou continuidade das práticas de AU. Entre estes, destacam-se a dificuldade de acesso a terrenos aptos e os conflitos fundiários.



Tabela 2: Principais recomendações políticas para planejar para a agricultura urbana e periurbana. (Exceto do Politecnico di Torino, 2023)

Através de inquéritos e entrevistas, o Projeto EFUA recolheu uma lista de fatores que criam barreiras à implementação ou continuidade das práticas de AU.

Concluindo, o conjunto de ferramentas para o planejamento *com* e *para* a AU inclui inventários de terrenos disponíveis, planos estratégicos, regulamentos, incentivos (fiscais ou técnicos) e instrumentos de avaliação.

Para apoiar as autoridades municipais na integração da AU nas políticas públicas, o Projeto EFUA propõe diretrizes e recomendações (ver Politecnico di Torino, 2022; Tabela 2). A identificação clara dos benefícios da AU irá orientar a concepção das políticas (ver artigo de Gottero, pág. 11), a escolha dos tipos de AU e a sua possível localização.

A agricultura profissional e não profissional merece políticas diferenciadas. Uma abordagem participativa desde o início pode ajudar – como, por exemplo, a criação de um comitê reunindo as partes interessadas.

É crucial dar reconhecimento legal à AU (bem como remover restrições legais), manter ou liberar espaços e aumentar o seu acesso a agricultores amadores e profissionais.

Ao nível da cidade, podem ser adotados planos específicos, integrando a AU no zoneamento urbano. Ao se identificarem possíveis locais para a prática (prestando atenção às infraestruturas), diversos tipos de agricultura podem ser regulamentados e combinados com outras funções urbanas para maximizar os benefícios e evitar conflitos. A propriedade e a acessibilidade à terra desempenham um papel crucial, assim como os conflitos entre os interesses voltados para o uso do solo urbano e periurbano.

**Claudia Cassatella** é arquiteta, doutora em paisagismo, professora associada de planejamento urbano e paisagístico e catedrática da Faculdade de Planejamento e Design do Instituto Politécnico de Turim, Departamento Interuniversitário de Estudos e Planejamento Urbano e Regional (DIST).

## Referências

- Cassatella, C., Gottero, E., Cotella, G., Salizzoni, E., Pede, E., Quaglia, S. (2022). Report on in depth-analysis on UAs role in urban planning, H2020 Project n. 101000681 European Forum for a Comprehensive Vision on Urban Agriculture, Deliverable 4.2, forthcoming.
- Forte A., Gottero E., Cassatella C. (2022), How Urban Food Gardening fits into city planning. Evidences from Italy, TeMA Journal of Land Use, Mobility and Environment, vol. 15, pp. 397-413.
- Politecnico di Torino, 2022, Planning for and with Urban Agriculture, Poster, In EFUA website: [https://www.efua.eu/sites/default/files/2023-01/EFUA\\_PoliTO\\_Planning%20with%20and%20for%20UA\\_Poster\\_def.pdf](https://www.efua.eu/sites/default/files/2023-01/EFUA_PoliTO_Planning%20with%20and%20for%20UA_Poster_def.pdf)



# Mapeando políticas de agricultura urbana: lições da cidade de Nova York

Entrevista com Nevin Cohen por Sara Smaal

**Nesta entrevista, Nevin Cohen esclarece como pensar sobre políticas de agricultura urbana de forma integrada pode ajudar as cidades a estruturar políticas que sejam coesas e que se apoiem mutuamente.**

**Esta edição da RAU demonstra mais uma vez como a agricultura urbana abrange uma gama bastante diversificada de práticas e desafios. Como podem as cidades desenvolver políticas para abordar este tema complexo?**

Quando pensamos em políticas de agricultura urbana, é importante considerar como elas se relacionam com diferentes domínios que são importantes para os governos municipais: desde o desenvolvimento econômico até a educação e o uso sustentável da terra. As políticas de agricultura urbana podem apoiar benefícios multidimensionais com os quais a cidade se preocupa. Isto é o que os meus colegas e eu descrevemos como *políticas denexo* que abordam questões como a produção de alimentos, conservação de energia, conservação de água e desenvolvimento humano, todas elas interligadas (ver Figura 1) <sup>1</sup>.

**Você pode dar alguns exemplos concretos de políticas de agricultura urbana que foram desenvolvidas na cidade de Nova Iorque dentro destes diferentes domínios?**

As cidades, na sua essência, têm a responsabilidade de gerir a terra através de zoneamento, planejamento e regulamentos. Esta é a forma realmente tradicional de formulação de políticas em Nova Iorque. Nosso zoneamento sempre permitiu a agricultura urbana em todos os tipos de zonas: residenciais, comerciais e industriais. E isso tem sido uma enorme vantagem para o desenvolvimento e crescimento da agricultura urbana na cidade. Além disso, nosso zoneamento permite a venda de alimentos provenientes de fazendas e hortas em qualquer bairro, mesmo em bairros residenciais onde outras atividades comerciais são proibidas.

Nosso código de construção também foi revisado para incentivar a agricultura urbana nos telhados. Os edifícios novos ou substancialmente renovados têm de ser cobertos por painéis solares ou por um sistema de telhado verde. Embora os desenvolvedores possam optar por um telhado verde passivo, este código de construção os encorajou a pensar em criar edifícios com telhados ativos na produção de alimentos.

Outra questão central nas grandes cidades é o desenvolvimento econômico. Nova York criou diferentes agências responsáveis por fornecer espaços para empreendedores e fornecer apoio financeiro para novos negócios, inclusive para ajudar a fortalecer as startups de agricultura urbana.

Quando era administrador do bairro de Brooklyn, o nosso atual presidente da Câmara, Eric Adams, publicou um relatório explicando porque a agricultura urbana poderia ser um importante motor do desenvolvimento econômico na cidade de Nova Iorque.

Também o prefeito tem a visão de que Nova York será um centro de inovação para tecnologias de agricultura urbana. A cidade forneceu recursos como espaço para incubadoras e outros apoios financeiros para startups de agrotecnologia.





## Parece que a cidade está fazendo muito pelos empreendedores da agricultura urbana. Que políticas estão em vigor para garantir que os cidadãos também possam se beneficiar destes desenvolvimentos?

A cidade tem utilizado dólares federais para ajudar os nova-iorquinos de baixa renda, que precisam de assistência para comprar alimentos, a gastá-los em produtos cultivados em explorações produtivas periurbanas e urbanas. A cidade administra diferentes programas, incluindo, por exemplo, o programa *Health Bucks* (Dólares da Saúde), que dá às pessoas que participam do Programa Federal de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP) US\$ 2 para cada US\$ 2 gastos em mercados de agricultores locais, até US\$ 10 por dia.

Os mercados agrícolas da cidade de Nova York vendem principalmente produtos cultivados na área periurbana ou nas áreas rurais de Nova York, mas também vendem alimentos produzidos em hortas dentro da cidade. Assim, os residentes que utilizam o *Health Bucks* obtêm um valor adicional pelas suas despesas nos mercados agrícolas e assim apoiam os produtores locais.

A agricultura urbana também é importante para a educação. A cidade de Nova York tem um sistema escolar muito grande. Temos cerca de mil prédios escolares e um milhão de alunos em escolas públicas. E muitas dessas escolas agora têm hortas implantadas nelas. Além disso, existem organizações sem fins lucrativos como a *Green Bronx Machine* que oferecem formas de ensinar ciência, tecnologia e conceitos ambientais a crianças através da agricultura urbana. Ou a *Teens for Food Justice*, uma organização sem fins lucrativos que utiliza a agricultura urbana nas escolas secundárias para ensinar aos jovens as dimensões da justiça social do sistema alimentar – não apenas como cultivar alimentos, mas também como defender políticas justas no sistema alimentar. Um programa de formação de mão-de-obra gerido pela Green City Force utiliza dólares federais para permitir que jovens em conjuntos habitacionais públicos adquiram competências profissionais trabalhando em grandes granjas que foram construídas no centro de seis empreendimentos de moradia social de grande escala.

## Anteriormente você mencionou como as chamadas *políticas de nexo* podem produzir benefícios que vão além da alimentação. Você pode dar um exemplo?

A cidade de Nova York apoiou uma variedade de políticas de nexo. Por exemplo, o programa de infraestruturas verdes da cidade, concebido para ajudar a diminuir as enxurradas de águas pluviais e reduzir o seu impacto nas estações de tratamento de águas residuais da cidade, fornece financiamento para proprietários de edifícios privados ou proprietários de terras investirem em explorações agrícolas urbanas.

O Estado de Nova Iorque também ajudou a financiar um estudo no Lower East Side de Manhattan, um bairro baixo que tende a inundar durante grandes tempestades, para pensar em como redesenhar as hortas, jardins e explorações agrícolas na área para servirem como uma barreira às enxurradas decorrentes das chuvas torrenciais. <sup>2</sup>

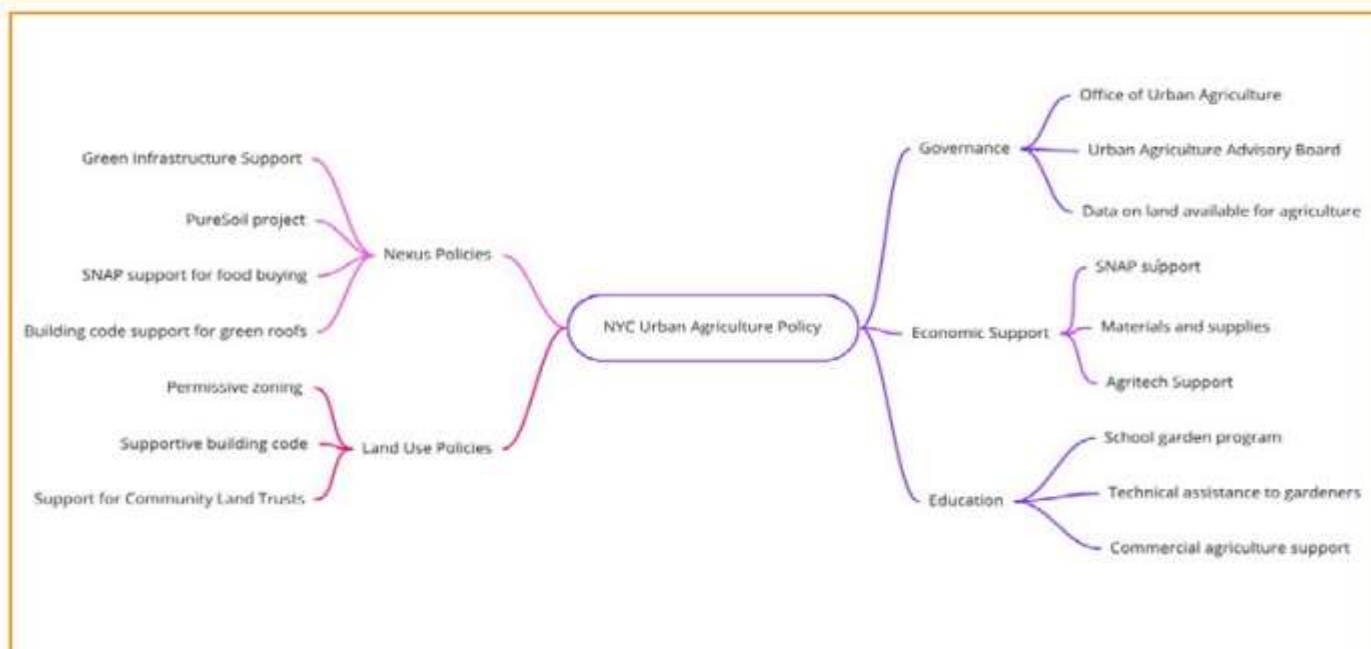


Figura 1: Mapa de políticas na cidade de Nova York relacionadas à agricultura urbana © Nevin Cohen

Além disso, a prefeitura distribuiu composto, barris e cisternas para recolher água da chuva para hortas e explorações agrícolas urbanas, também como forma reforçar a infraestrutura verde.

Um projeto inovador a ser mencionado aqui é o *PUREsoil NYC*: ao misturar o solo subterrâneo escavado para grandes projetos de construção – que normalmente não teria qualquer valor nutricional para a agricultura – ao ser misturado com matéria orgânica compostada torna-se um meio de cultivo muito valioso, disponibilizado de graça para hortas e culturas em toda Nova York. A prefeitura também possui um setor (chamado *GreenThumb*), no Departamento de Parques, que administra todas as centenas de hortas comunitárias da cidade, além de fornecer assistência técnica, composto e outros tipos de ajuda.

**Como a agricultura urbana transcende os domínios convencionais das políticas públicas, os governos muitas vezes lutam para criar capacidade de governança e apoio suficiente para incorporar o tema de forma sustentável nas suas administrações. Como Nova York está abordando isso e qual seria o seu conselho para outras cidades?**

Em 2022, a cidade criou uma Divisão de Agricultura Urbana separada da Divisão de Justiça Climática e Ambiental da prefeitura, ilustrando que o foco é mais amplo do que apenas a produção de alimentos. Ela foi criada para promover a agricultura urbana em toda a cidade de Nova Iorque, mas também para ajudar a integrar a ideia da agricultura urbana na administração municipal e apoiá-la nas diversas agências onde o prefeito tem controle.

Recentemente a cidade começou a formar um conselho consultivo de agricultura urbana reunindo pessoas da agricultura urbana comercial, organizações sem fins lucrativos, setores acadêmicos e outros.

A minha recomendação a outras cidades seria mapear todas as diferentes políticas de agricultura urbana, mas que normalmente não são consideradas explicitamente políticas de agricultura urbana. Tomemos, por exemplo, as políticas que discutimos neste artigo: políticas de uso da terra que podem representar uma barreira ou facilitar a agricultura urbana, políticas educacionais que podem servir para encorajar projetos de agricultura escolar urbana, políticas econômicas que podem ser dirigidas preferencialmente para apoiar empresas agrícolas urbanas ou as políticas denexo, que lidam com múltiplas questões simultaneamente.

Isto ajudará a cidade a pensar na agricultura urbana como uma atividade comercial e também não comercial de uso da terra, um espaço de aprendizagem e capacitação, e uma infraestrutura verde, *física*, que pode produzir múltiplos ganhos dos quais diferentes agências governamentais podem se beneficiar.

*Nevin Cohen é professor associado da Escola de Pós-Graduação em Saúde Pública da City University of New York (CUNY) e diretor do CUNY Urban Food Policy Institute.*

## Referências

1. Caputo, Silvio, Victoria Schoen, Kathrin Specht, Baptiste Grard, Chris Blythe, Nevin Cohen, Runrid Fox-Kämper, Jason Hawes, Joshua Newell, and Lidia Poniży. “Applying the food-energy-water nexus approach to urban agriculture: From FEW to FEWP (Food-Energy-Water-People).” *Urban Forestry & Urban Greening* 58 (2021): 126934.
2. Cohen, Nevin, and Katinka Wijsman. “Urban agriculture as green infrastructure: the case of New York city.” *Urban Agriculture Magazine* 27 (2014): 16-19. ([Revista de Agricultura Urbana 27 \(2014\): 29-36](#))



# A experiência da Agricultura Urbana: de um processo de aprendizagem europeu a um processo de aprendizagem global

*Claudio Bordi*

*Patricia Hernande*

**A pandemia da COVID-19 trouxe a questão da resiliência alimentar para o primeiro plano nas cidades de todo o mundo, juntamente com a necessidade de considerar o grau desejado de autossuficiência alimentar através da agricultura urbana. As experiências aprendidas durante vários projetos financiados pela UE ao longo dos anos foram transferidas para novos contextos, incluindo Barranquilla, Colômbia, resultando em intercâmbios bidirecionais mutuamente benéficos entre a Europa e a América Latina através do projeto GenerACTOR.**

Desde o início da pandemia, registou-se um aumento significativo na procura dos cidadãos por hortas urbanas, conforme atestado pelos parceiros do EFUA. A horticultura urbana tem registrado um crescimento generalizado não só na Europa, mas também a nível mundial.

Os investimentos em iniciativas de agricultura urbana (AU) têm aumentado em todo o mundo, mas os benefícios sociais permanecem pouco compreendidos. Consequentemente, os projetos que visam promover a compreensão são altamente significativos, como o H2020 EFUA <sup>1</sup>, o H2020 FUSILLI <sup>2</sup>, a Rede de Transferências URBACT RU:RBAN <sup>3</sup>, e a Cooperação Urbana Internacional da UE (IUC; expandida em 2020 para incluir regiões e renomeada IURC), e criando a cooperação cidade-cidade entre Roma e Barranquilla <sup>4</sup>.



*© Andrea Salgado Mendoza*

Com base na experiência RU:RBAN, coordenada pela Risorse per Roma (uma consultoria propriedade da cidade de Roma) entre 2018 e 2022, as dez cidades europeias envolvidas aprenderam que a AU pode servir de ligação entre os sistemas socioeconômicos e de saúde (Corunha e Algeciras, Espanha; Carlow, Irlanda; Loures, Portugal; Caen, França; Alexandroupolis e Salónica, Grécia; Cracóvia, Polónia; Split, Croácia; e Vilnius, Lituânia).

Ela também pode apoiar a educação e o envolvimento da sociedade e promover o conceito de produção agrícola local conhecido como “quilômetro zero” (km0), que inclui a reciclagem de nutrientes e a conservação da biodiversidade.

O sucesso do RU:RBAN estendeu-se para além da Europa, ganhando reconhecimento global e tornando-se um fenômeno por direito próprio.

Em novembro de 2019, uma delegação de prefeitos da região de Junin, no Peru Central (Mancomunidad *Municipal por la integración de Sierra y Selva*) visitou Roma para se reunir com especialistas e horticultores envolvidos no projeto RU:RBAN. O seu objetivo era lançar um processo de desenvolvimento sustentável no seu território através da cooperação com a UE <sup>5</sup>.

Da mesma forma, uma delegação chinesa das cidades de Zhengzhou e Haikou visitou Roma para o Programa IURC e participou numa reunião RU:RBAN em setembro de 2018 <sup>6</sup>.

Esta reunião levou ao convite da cidade de Roma para participar na Exposição Hortícola de Yangzhou em 2021, envolvendo ainda a Rede RU:RBAN <sup>7</sup>.

## Aproveitando experiências em Barranquilla, Colômbia

Estas experiências proporcionaram novas perspectivas para abordar as questões crescentes da pobreza e da insegurança alimentar resultantes da perda de emprego e diminuição dos rendimentos devido à pandemia. A Unidade Europeia de Risorse per Roma está empenhada em trabalhar a nível global através de projetos europeus para reaproveitar terras subutilizadas e recursos nutricionais para aumentar a segurança alimentar. Um exemplo deste compromisso é a implementação de uma horta urbana-piloto, seguindo o modelo das hortas urbanas de Roma, na área periurbana desfavorecida de Villas San Pablo em Barranquilla, Colômbia, com financiamento do IURC. As sinergias entre o IURC e o URBACT RU:RBAN facilitaram a experimentação de elementos de capacitação, formação e governança da resiliência urbana frente à crise provocada pela pandemia.

A parceria RU:RBAN e IURC desempenhou um papel fundamental na sensibilização para o modelo de governança em Roma <sup>8</sup> **com base no forte envolvimento das associações da cidade**, enfatizando a importância da participação dos cidadãos e da inclusão social, particularmente na gestão de terras públicas pós-pandemia e do património urbano. Roma também se beneficiou de estudos de caso semelhantes partilhados pelos parceiros, destacando a importância do capital humano na melhoria da gestão dos bens comuns e na maximização da multifuncionalidade das hortas urbanas. Desafios como a integração das atividades de horticultura urbana com outras funções, o tratamento da água, as campanhas de comunicação e a necessidade de um facilitador ativo que possa apoiar a gestão local (surgiu uma nova figura profissional: o 'hortelão assalariado' <sup>9</sup>) foram abordados através destes projetos.

Neste novo contexto global, as políticas locais estão estreitamente ligadas à economia verde e circular e à cooperação internacional. A **complementaridade de fundos** – para implementar os acima mencionados **projetos financiados pela UE destinados a serem motores de inovação centrados na co-criação e co-ações de design envolvendo as comunidades locais** – e as **sinergias entre Risorse per Roma e Anci Lazio** (a Associação dos municípios locais em região do Lácio) foram cruciais.

O projeto de cooperação internacional em curso, GenerACTOR<sup>10</sup>, financiado pela DG da Parceria Internacional da CE (INTPA), exemplifica esta complementaridade e sinergia. O projeto é um esforço conjunto entre Anci Lazio, Risorse per Roma, Replay Network (agência de promoção social), Alcaldia (Câmara Municipal) de Barranquilla e Siembra Mas (empresa de serviços de espaços verdes), com o objetivo de melhorar a segurança alimentar e a biodiversidade através do estabelecimento de hortas urbanas comunitárias. O GenerACTOR criará mais de 27.400 metros quadrados de áreas verdes dedicadas à agricultura urbana em Barranquilla.





Promovendo iniciativas de economia circular como compostagem, reciclagem, polinização por abelhas e energias renováveis, e beneficiando aproximadamente 30 mil habitantes, o programa GenerACTOR oferece uma oportunidade de aprender com a cooperação internacional e experimentar uma abordagem que combina sustentabilidade ambiental, social e econômica nos processos de regeneração urbana.

Ao adaptar o modelo de Roma para Barranquilla e envolver as comunidades locais através de processos participativos aprendidos com RU:RBAN, um novo modelo de gestão de hortas urbanas comunitárias baseado na inovação está sendo concebido em conjunto na Colômbia. Os cidadãos envolvidos se tornarão “empreendedores associados” que vendem os seus produtos dentro de uma cadeia de abastecimento local, ligando hortas urbanas comunitárias a cantinas públicas e mercados locais.

Durante a experiência do IURC, Roma demonstrou a Barranquilla como as hortas comunitárias podem promover a integração social, o desenvolvimento econômico local e contribuir para economias verdes e circulares. Agora, através do projeto GenerACTOR, Barranquilla está a mostrar aos parceiros italianos como as hortas comunitárias podem ser produtivas, capacitando cidadãos vulneráveis e impulsionando o desenvolvimento e a inovação locais.

Esta troca de conhecimentos e experiências é de grande interesse para as cidades da região do Lácio, incluindo Roma. Anci Lazio e Risorse per Roma estão aprendendo continuamente com Barranquilla, explorando novas abordagens à participação dos cidadãos e as oportunidades para a sustentabilidade econômica das hortas urbanas que podem ser aplicadas na Europa.

***Claudio Bordi** é arquiteto, urbanista e chefe da unidade da UE na Risorse per Roma.*

***Patricia Hernandez** é Coordenadora de Gestão e Comunicação de Projetos Europeus e Relações Internacionais na Risorse per Roma.*

## Referências

1. H2020 EFUA <https://www.efua.eu/news/conference-nextsofia>
2. FUSILLI Urban food planning <https://fusilli-project.eu/>
3. RU:RBAN Urban agriculture for resilient cities <https://urbact.eu/networks/rurban>
4. IURC project in Anci Lazio and Barranquilla <https://www.iurc.eu/regions/anci-lazio-rome/>
5. Hernandez, P. (2019) A Peruvian delegation visits Rome to experience the city's urban agriculture policies and strategies, URBACT. <https://urbact.eu/articles/peruviandelegation-visits-rome-experience-citys-urbanagriculture-policies-and-strategies>
6. Roma (2018) IUC Programme, City of Rome delegation successfully concluded the visit to China. <https://www.comune.roma.it/web/it/informazione-di-servizio/iuc-programme--city-of-rome-delegation-successfully-concluded-the-visit-to-china.page>
7. Jhingnan, J. (2021) The International Horticultural Exposition 2021 Opened on April 8 in Yangzhou – International Urban and Regional Cooperation (iurc.eu)
8. See <http://remakingthecity.urbact.eu/resilient-urban-andperi-urban-agriculture-rome-italy--78.case>
9. <https://www.gardeniser.eu/it>
10. GenerACTOR <https://generactor.info>

# O EFUA como Comunidade de Prática e de Aprendizagem

Daniel Munderlein  
Ian Whitehead

**Embora os benefícios sociais da agricultura urbana sejam evidentes, a diversidade de tipos é tanta que até hoje não houve um único órgão para promover a na União Europeia a sua aceitação nas comunidades, reunir conhecimentos e defender o apoio político. O Fórum Europeu de Agricultura Urbana (EFUA) está numa posição única para preencher esta lacuna.**

A produção de alimentos nas áreas urbanas e periurbanas tem uma forte ligação comunitária. A alimentação não só é um componente central da identidade humana, como também pode reunir pessoas de diferentes grupos sociais ou origens culturais.

“Compartilhar uma refeição com outras pessoas as fará entender que você tem uma experiência sensorial semelhante à delas.”

“A conexão alimentar une pessoas de todo o mundo com uma ideia quase irrefutável de diversão, pois muito poucas pessoas não desfrutam dos prazeres da boa comida.”<sup>1</sup>

A ideia e o sentido de comunidade estão firmemente ligados à Agricultura Urbana. Junto às cadeias de valor e de abastecimento, desenvolve-se uma rede social alimentar finamente ramificada, especialmente nas zonas urbanas.

Hortas comunitárias, agricultura apoiada pela comunidade, *LebensMittelPunkte* (pontos de ligação alimentar ou centros alimentares urbanos que reúnem pessoas através da aquisição, processamento e distribuição de alimentos)<sup>2</sup> e centros alimentares são sistemas que não apenas produzem alimentos, mas também os distribuem e comercializam, e preparam refeições em uma comunidade. Projetos como *Kitchen on the Run*, *Ninewells Community Garden* ou *Onze Urban Greenhouse* (ver artigos de van Dam, pág. 17 e de Whitehead, pág. 15) são também incubadoras de integração e de multiculturalismo.

Nos estudos científicos, a dimensão social e a formação de capital social são identificadas como benefícios centrais da agricultura urbana. A agricultura urbana envolve, portanto, muito mais do que produzir e abastecer as cidades com alimentos (ver artigo de Gottero, pág. 11). Conceitos como metabolismo urbano, ligações urbano-rurais e sistemas alimentares urbanos permitem uma visão sistêmica da agricultura nas cidades, que inclui ainda transporte, distribuição, comercialização, processamento e o consumo de alimentos. Assim, a proximidade espacial da produção até os consumidores, incluindo as cadeias curtas de valor agregado e de transporte, é reconhecida e enfatizada como uma qualidade especial. A ligação destes conceitos com os benefícios associados da agricultura urbana revela referências cruzadas socioculturais, de saúde, econômicas e ambientais (ver artigo de van Dam et al., pág. 21).





*Daniel Münderlein*  Coordenador do EFUA e está interessado no desenvolvimento de paisagens urbanas.

*Ian Whitehead*  pesquisador em abordagens transversais para silvicultura urbana, soluções baseadas na natureza, infraestrutura verde e participação cidadã.

## Referências

1. Little Figgy. <https://www.littlefiggy.com/the-food-connection-3-ways-that-food-connects-people-from-around-the-world/>
2. LebensMittelPunkte <https://lebensmittelpunkte-berlin.de/>
3. Cassatella, C., Gottero, E., Cotella, G., Salizzoni, E., Pede, E. & Quaglia, S. (2023b). Type-benefit matrix, including set of indicators, and benefit leaflets. European Forum for a Comprehensive Vision on Urban Agriculture.
4. Mller, D., Veen, E. & Jansma, J. E. (2022) A typology of Urban Agriculture. : Wageningen University & Research. [https://www.efua.eu/sites/default/files/2022-10/3750426803\\_A%20typology%20of%20Urban%20Agriculture%2004102022%20Small\\_compressed.pdf](https://www.efua.eu/sites/default/files/2022-10/3750426803_A%20typology%20of%20Urban%20Agriculture%2004102022%20Small_compressed.pdf)
5. Cassatella, C., Gottero, E., Cotella, G., Salizzoni, E., Pede, E. & Quaglia, S. (2023a), Report on in depth-analysis on UAs role in urban planning. European Forum for a Comprehensive Vision on Urban



# Aumentar a voz dos jovens para melhorar os sistemas e políticas alimentares urbanos

Experiências do Programa de Ação Alimentar Juvenil em Harare e Bulawayo, Zimbábue

*Gigi Wing-Davies Runyararo*

*Esther Chibota*

**Em 2021, a Hivos implementou o projeto de Ação Alimentar Juvenil com a duração de 12 meses em Harare e Bulawayo, Zimbábue, financiado pela UNICEF Zimbábue para ajudar a compreender as experiências dos jovens nos seus ambientes alimentares e informar futuras ações. Este artigo compartilha as experiências e lições aprendidas com esta ambiciosa iniciativa**

As Doenças Não Transmissíveis (DNT) deverão ultrapassar as doenças transmissíveis, maternas, neonatais e nutricionais (CMNN) combinadas como a principal causa de mortalidade na África Subsaariana até 2030. Problemas de saúde induzidos pela dieta, incluindo desnutrição crônica, anemia, doenças cardíacas e diabetes estão a aumentar rapidamente, juntamente com a obesidade – inclusive entre os jovens com idades entre 10 e 19 anos.

A pobreza afeta a capacidade de muitas famílias de comprar alimentos em quantidade e com qualidade aceitáveis – aproximadamente 42% das famílias urbanas no Zimbábue sofrem de insegurança alimentar moderada ou grave <sup>1</sup>. Além disso, alimentos baratos e processados, popularizados pela cultura *fast-food*, estão substituindo opções alimentares mais nutritivas. Enquanto isso, o sistema alimentar mundial é responsável por mais de 30% do total das emissões globais de gases de efeito-estufa, impulsionando a emergência climática enfrentada pelo mundo.

Além destes desafios, os jovens no Zimbábue estão esmagadoramente desinteressados pelo setor alimentar e agrícola, e veem nele poucas oportunidades de subsistência.

Em resposta, em 2021, a Hivos associou-se à UNICEF Zimbábue para realizar um projeto-piloto de 12 meses denominado *Ação Alimentar Juvenil* nas duas maiores cidades do Zimbábue: Harare (1,5 milhão de habitantes) e Bulawayo (700.000 habitantes). A RUAF, então hospedada pela ONG holandesa Hivos, prestou o apoio técnico.

O objetivo do projeto foi melhorar o ambiente alimentar, aumentando a disponibilidade e acessibilidade de alimentos saudáveis para crianças e adolescentes em idade escolar nas áreas urbanas de Harare e Bulawayo.

## Objetivos do projeto Ação Alimentar Juvenil

1. Aumentar a compreensão por parte dos decisores políticos e dos cidadãos – especialmente dos jovens - dos ambientes e sistemas alimentares dos adolescentes de Harare e Bulawayo (motores do ambiente alimentar).
2. Implementar “Laboratórios de Mudança Alimentar” multiatorais em Harare e Bulawayo para influenciar o ambiente alimentar e a governança do sistema alimentar em cada uma das cidades.
3. Desenvolver protótipos/iniciativas lideradas por jovens e um manifesto alimentar da cidade para melhorar o ambiente alimentar urbano e a nutrição dos adolescentes.

Apesar do prazo desafiador para alcançar estes resultados, conseguimos bons resultados, em grande parte graças à colaboração positiva entre Hivos, UNICEF, RUAF, Kufunda Village, Parceria de Desenvolvimento Municipal (MDP), autoridades governamentais e municipais e os participantes dos *Food Change Labs*.

Um laboratório de mudança alimentar é um processo de inovação participativo. É uma plataforma multifatorial que dá aos cidadãos a oportunidade de cocriar uma visão em comum, priorizar questões, influenciar a tomada de decisões e gerar soluções para melhorar o ambiente/sistema alimentar da sua cidade.

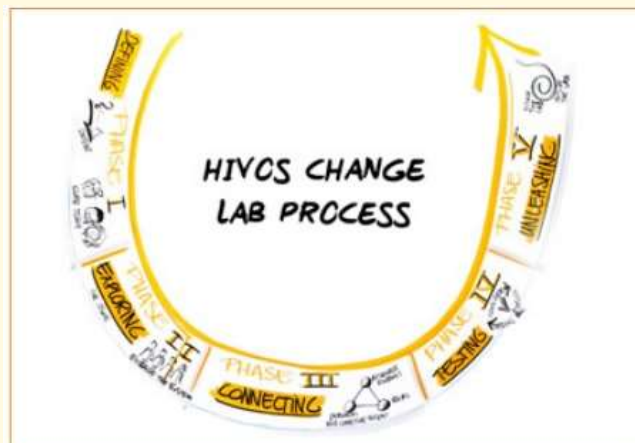
## Food Change Labs - Laboratórios de Mudança Alimentar

Os *workshops* e oficinas tradicionais podem ser muitas vezes um processo de transferência de informações de “especialistas” para os participantes. Diferentemente, nos Laboratórios de Mudança Alimentar buscamos um processo de mudança social mais significativo, usando laboratórios de mudança inspirados na “Teoria U”.

Os participantes dos Laboratórios criados se reuniam trimestralmente por dois dias de cada vez, com interações, durante os intervalos entre as reuniões, acontecendo num grupo permanente no WhatsApp e por e-mail pelo período de nove meses.

Os Food Labs proporcionaram um espaço seguro para os jovens terem voz e interagirem diretamente com o conselho municipal e outros atores influentes, e se tornaram uma

plataforma vibrante para interação, sinergia e troca de ideias. Idealmente, um Laboratório de Mudança Alimentar deve durar alguns anos (ou até um problema ser resolvido) – com os participantes colaborando em torno de uma visão compartilhada, mas aqui, no Zimbabwe, em menos de um ano conseguimos fazer um bom progresso e aprender muito sobre processos e conteúdos.



## Participantes

Foi importante ter em mente os objetivos do projeto ao mesmo tempo em que eram mapeados os principais atores alimentares da cidade por setor para garantir a sua representação no processo; por exemplo: governo, academia, especialistas em sistemas alimentares, empresários do setor alimentar, cidadãos criativos, estudantes, pais e entusiastas da alimentação. Também foi preciso garantir a representação de grupos vulneráveis, especialmente pessoas de baixa renda ou com deficiência.

Divulgamos um resumo do projeto e um formulário para a candidatura dos interessados em integrar o nosso Laboratório através de várias plataformas e redes, e depois selecionamos competitivamente cerca de 45 jovens, organizações não governamentais, representantes do governo local, empresários e outros atores-chave para formar o Laboratório em cada uma das duas cidades. Todos os participantes selecionados deveriam ser residentes locais e, como tal, fazer parte do sistema alimentar de sua cidade.

A seleção competitiva garantiu que apenas aqueles que estavam genuinamente interessados e comprometidos fossem trazidos para os Laboratórios. Deles, aproximadamente 15% desistiram ao longo do tempo, o que não é um resultado ruim, consideradas as demandas de tempo do processo ao longo dos nove meses.

Nossos principais aprendizados com o processo foram:

- Garantir a equidade e a inclusão exige recursos adicionais de dinheiro e tempo; por exemplo, traduzir todos os materiais em versões áudio e fornecer recursos para que as pessoas com deficiência participassem em reuniões com um assistente/prestador de cuidados. Embora não tenhamos conseguido garantir a equidade na medida em que desejávamos neste pequeno projeto, aconselhamos outros a garantir que tenham tempo e orçamento suficientes para isso.
- A colaboração com os governos locais é fundamental. Tivemos grande apoio e participação das Câmaras Municipais de Harare e Bulawayo, do Ministério da Juventude, do Conselho de Alimentação e Nutrição e do Ministério da Saúde. Um representante do Ministério da Juventude também desempenhou um papel ativo na facilitação da pesquisa, o que foi útil, uma vez que existem questões adicionais de segurança e conformidade ao se abordar ou entrevistar estudantes.
- A seleção competitiva é útil para garantir o compromisso e a participação ativa.

## O programa

Com o co-design e a facilitação em parceria com a organização zimbabwense Kufunda Village, levamos os participantes por uma jornada de aprendizagem e percepção para melhor se conectarem e compreenderem o seu ambiente alimentar, inspirarem uma visão compartilhada, priorizarem questões e criarem protótipos (pequenos projetos para resolver questões prioritárias).

A intenção do processo era ajudar as pessoas a verem com novos olhos a forma como o seu sistema alimentar funciona, visitar locais inspiradores (explorações agrícolas sustentáveis e resilientes ao clima, a produção e o comércio de alimentos saudáveis etc.), e conhecer temas e áreas que gostariam de explorar mais profundamente.

Foram incluídas algumas apresentações de especialistas externos para ajudar a preencher lacunas de conhecimento. Por exemplo, poucas pessoas estavam cientes dos conceitos de ambiente alimentar e sistema alimentar.

Também garantimos apresentações regulares dos resultados da pesquisa (a pesquisa estava sendo realizada simultaneamente com os laboratórios) para a contribuição e validação dos participantes.

A troca foi, no entanto, bidirecional, para garantir que a pesquisa captasse e compreendesse a importante experiência vivida pelos moradores da cidade.

Uma forma de fazer isso foi estimular os participantes a manterem diários alimentares nos quais registravam o que comiam para permitir a avaliação dos seus padrões de consumo. Isso foi bastante revelador para eles!

Alguns dos participantes do laboratório também foram selecionados para participar de uma pesquisa visando coletar mais informações sobre a experiência vivida e o ambiente atual do sistema alimentar dos jovens em áreas de alta e de baixa renda.

Algumas das lições do programa foram:

- A co-criação de uma visão compartilhada é muito importante. Fizemos isso depois que as pessoas tiveram a oportunidade de visitar locais inspiradores, refletir sobre o sistema alimentar de sua cidade e se conectar profundamente com o tema.
- Manter as reuniões do laboratório interativas e envolventes – com uma mistura de quebra-gelos, visitas de campo, trabalho em grupo e pessoais – ajuda a motivar os participantes. Tivemos um *feedback* muito positivo quando um jovem participante comentou que “foi mais divertido do que algumas outras oficinas aborrecidas em que estivemos”.
- Enfatizar o valor da experiência vivida pelos participantes. Manter diários alimentares foi um exercício interessante.
- Um laboratório de mudança alimentar exige um comprometimento de tempo considerável por parte dos participantes. Reunimo-nos uma vez por trimestre, durante dois dias cada vez, para acomodar quem estava a trabalhar, frequentar escola ou gerir negócios – mas encaixar todo o programa nestes dois dias foi um desafio.
- Organizar os encontros do laboratório em algum lugar bonito, com árvores e natureza, é sempre uma boa ideia; uma sala de conferências de hotel sem janelas, com ar-condicionado e paredes cinzas pode não estimular a criatividade e a conexão.
- As reuniões presenciais são importantes. Tivemos que mudar algumas de nossas reuniões de presenciais para virtuais devido aos últimos bloqueios impostos pela COVID-19.
- Devido aos custos extremamente elevados do levantamento de dados no Zimbabwe e à necessidade de fornecer dados confiáveis para a maioria dos participantes, tivemos que encurtar significativamente o nosso programa naqueles dias. No geral, sentimos que aqueles dias de interação *online* foram menos impactantes – e na verdade as evidências sugerem que “a comunicação virtual prejudica a geração de ideias criativas”<sup>2</sup>.

## Reflexões sobre as jornadas de aprendizagem de um jovem participante de Harare

“Quando fomos para a *Foundations For Farming*, tivemos uma visão aprofundada sobre a forma natural de cultivar alimentos e seus benefícios. Aprendi sobre as variedades de polinização aberta, e como um pequeno pedaço de terra pode produzir altos rendimentos sem usar fertilizantes sintéticos e outros insumos produtos químicos; e até como é possível produzir sem precisar de operações agrícolas como capinar ou arar. Percebi que não precisamos de grandes pedaços de terra, mas até mesmo um pequeno pedaço de terra pode ser usado de forma eficiente”.

### Pesquisa: Experiências Vividas por Jovens

Com base numa metodologia desenvolvida pela RUAF, a Parceria de Desenvolvimento Municipal (PMD) coordenou a pesquisa que compreende:

1. Uma avaliação do ambiente e sistema alimentares dos jovens de Bulawayo e Harare com base na abordagem usada nos Sistemas Alimentares de Regiões Municipais (da RUAF-FAO) e teve três componentes:
  - i. o contexto demográfico, socioeconômico, jurisdicional e geográfico da cidade;
  - ii. uma visão geral do sistema alimentar da região onde a cidade se inclui;
  - iii. o exame da governança e do quadro político do sistema alimentar.
2. Documentação das experiências vividas pelos jovens nos laboratórios alimentares.

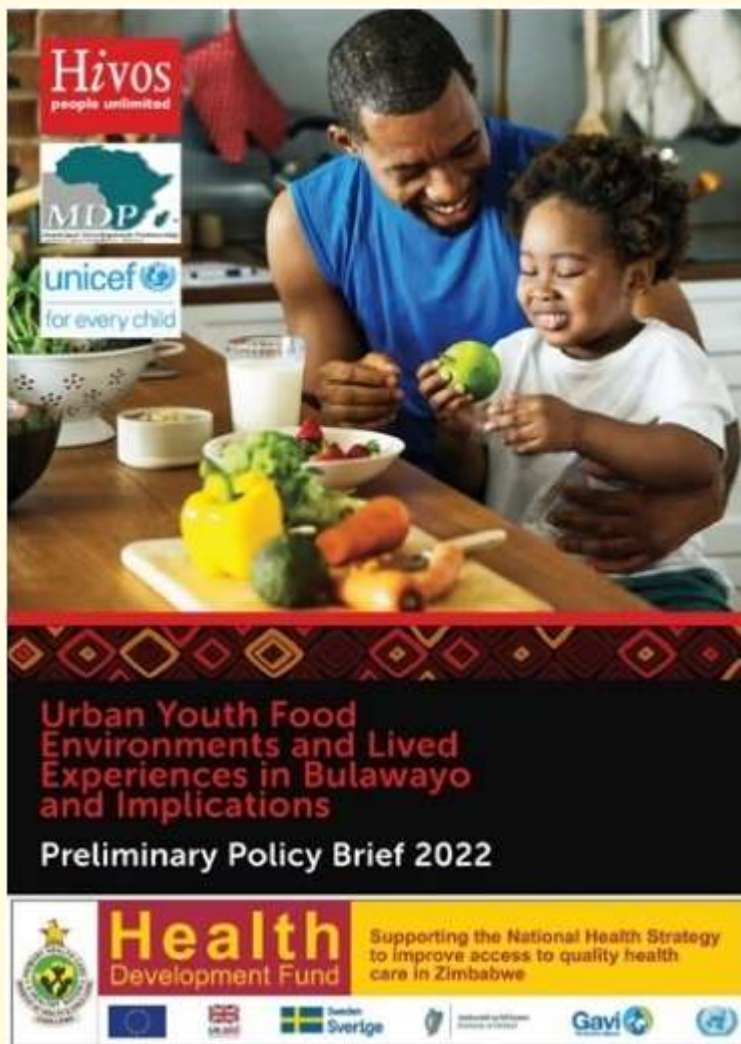
Os dados foram recolhidos de fontes secundárias, bem como de entrevistas com informantes-chave e discussões em grupos focais.

O mapeamento extensivo dos ativos alimentares de mercados, centros comerciais, supermercados, restaurantes, lojas de *fastfood* e pontos de venda de alimentos foi feito utilizando-se sistemas de informação geográfica (GIS).

O resultado foram mapas representando diferentes recursos alimentares em cada cidade. Em cada cidade, trabalhamos com jovens numa área de renda elevada e com baixa densidade demográfica e numa outra, de renda mais baixa e densidade mais alta: Four Winds e Entumbane em Bulawayo, e Shawasha Hills e Budiriro em Harare. Ter jovens moradores desses bairros participando no laboratório foi muito útil nas pesquisas.

As ferramentas de coleta de dados foram:

- i. um questionário para jovens e outro para pais e responsáveis;
- ii. uma caminhada de observação e discussões em grupos focais com jovens nas áreas da amostra;
- iii. o mapeamento de bens alimentares utilizando GIS – os jovens também participaram neste processo, fornecendo fotos dos ativos alimentares em seus bairros;
- iiii. também foram recolhidos dados de outros jovens em reuniões em instituições como escolas, faculdades e universidades (não limitadas aos quatro bairros mencionados).





Algumas lições importantes da coleta de dados foram:

- Antes de envolver os jovens na pesquisa, é importante realizar uma sessão de capacitação sobre a abordagem de “sistemas alimentares” para lhes apresentar a metodologia e as ferramentas que serão utilizadas. Na verdade, descobrimos que todos os participantes do laboratório beneficiaram-se da introdução ao conceito de “sistema alimentar” – que não é bem compreendido nem mesmo pelas autoridades municipais.
- Recomendamos a participação de jovens em grupos do mesmo bairro para que seja mais fácil, barato e seguro para eles se encontrarem e colaborarem também entre as reuniões do laboratório.
- Realizar pesquisas nos mesmos bairros em que residiam alguns dos participantes dos laboratórios foi útil, pois eles puderam contribuir mais ativamente.
- É aconselhável conceder tempo para obter permissões de acesso a escolas e aos jovens com menos de 18 anos de idade. Tivemos a sorte de receber assistência do Ministério da Juventude para acessar algumas instituições.

### Jovem entrevistado em Bulawayo

‘Estou ciente de que existem alguns alimentos que são culturalmente considerados mais nutritivos. Mas eles não são realmente para nós, jovens modernos. Na minha cultura tradicional, os órfãos eram alimentados com leite de cabra porque se diz que ele é muito rico em nutrientes. Mas não creio que hoje em dia ainda seja possível alimentar crianças com leite de cabra, porque isso parece muito retrógrado.’

### Jovem entrevistado em Harare

“Para mim, um grande defeito dos alimentos tradicionais ou ditos nutritivos é a forma como são embalados e apresentados aos consumidores. Geralmente eles não competem de forma eficaz com *fastfood* e outros alimentos apelidados de *junkfood*. Basta olhar para um anúncio de sanduíche de frango com batatas fritas e você vai querer comê-lo. Os defensores da boa alimentação devem investir na apresentação e numa publicidade mais moderna.”

## Resultados e sucessos

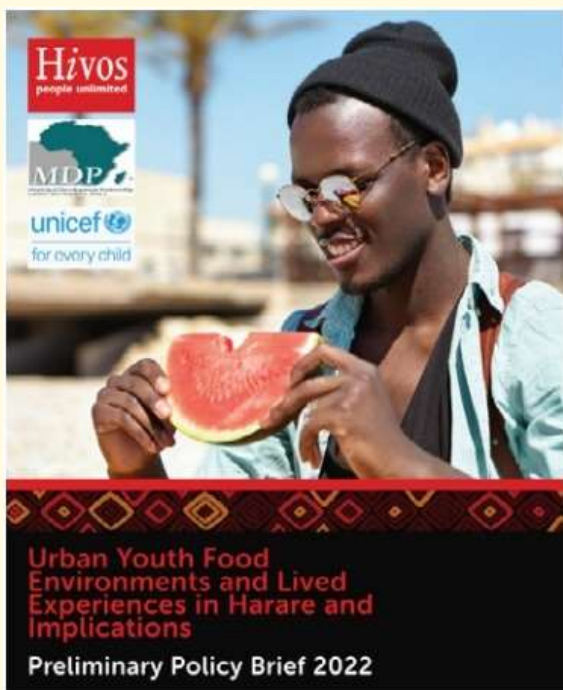
A seguir estão as principais conquistas do projeto após 12 meses:

1. Laboratórios-pilotos de mudança alimentar em Harare e Bulawayo. Estabelecemos grupos multiatorais dinâmicos, centrados nos jovens, inspirados na Teoria U, como uma forma eficaz de facilitar a mudança social <sup>3</sup>.
2. Realizou-se uma pesquisa intitulada “Análise do ambiente alimentar urbano e das experiências vividas pela juventude urbana em Harare e Bulawayo”. A pesquisa avaliou os fatores que influenciam as escolhas alimentares dos jovens em ambas as cidades por meio da caracterização do ambiente alimentar urbano e da análise da experiência vivida pelos jovens locais.
3. Produziu recomendações políticas para cada cidade, orientadas por ampla consulta e participação incluindo os jovens e que avaliou lacunas na governança e política <sup>4</sup>.
4. Coordenou reuniões com vários atores envolvidos em cada cidade, nas quais foram apresentados os resumos de propostas de políticas alimentares, com a presença de membros da Câmara Municipal – inclusive seu presidente – e representantes do Ministério e de ONGs atuantes na área alimentar, da FAO e jovens de escolas e faculdades.
5. Promoveu a melhoria da alimentação: Uma série de rádio sobre alimentação centrada nos jovens, com participantes e o Conselho de Alimentação e Nutrição, teve em média 14.000 ouvintes.
6. Apoiou iniciativas alimentares centradas nos jovens que melhoram a sua nutrição. Duas iniciativas de Bulawayo e três de Harare receberam pequenas subvenções de até 4.000 dólares cada. Os participantes foram conduzidos através de um processo de desenvolvimento e teste de suas ideias. As ideias vencedoras foram selecionadas por um painel de jurados composto por um representante da Hivos, da UNICEF Zimbabwe, dos Conselhos Municipais de Harare e Bulawayo e do Ministério da Juventude.

Os vencedores incluíram:

- Fazendas urbanas *Vitagrow*, que estão capacitando os jovens com habilidades e infraestrutura para produzir e consumir produtos saudáveis e sustentáveis usando sistemas hidropônicos.
- *Mystery Munch Nutri-bar* – três estudantes empreendedoras que dirigem uma lanchonete orgânica e sem conservantes, usando alimentos integrais e muitos deles crus, promovem uma campanha de alimentação saudável dirigida às áreas central e a leste de Bulawayo.

## Principais conclusões da pesquisa nos Sistemas Alimentares de Bulawayo e Harare



- A legislação ligada à alimentação é em sua maior parte ultrapassada, e não reflete a realidade, como, por exemplo, o papel crítico desempenhado pelo setor informal.
- Com a Declaração de Nyanga sobre Agricultura Urbana, todas as autoridades locais concordaram em adotar políticas e ações que facilitem e organizem a produção urbana de alimentos. Mas somente Bulawayo tem uma Política de Agricultura Urbana aprovada e adota algumas medidas para apoiar a prática.
- Aproximadamente 90% dos entrevistados de baixa renda de Bulawayo e Harare informaram comprar grande parte de sua comida de comerciantes informais.
- Os comerciantes informais são os maiores fornecedores de alimentos tradicionais e saudáveis, ainda que a legislação e as práticas oficiais favoreçam o setor formal de grande escala.
- Os jovens (90%) têm muito pouco a dizer com relação ao que consomem. Geralmente são as mães que decidem.

- Somente 35% dos alimentos consumidos em Bulawayo são produzidos localmente; em Harare, apenas 30%.
- Os alimentos mais tradicionais, naturais e saudáveis, são pouco atraentes e acessíveis para a maioria dos jovens. Embalagens antiquadas e marketing deficiente são razões desse desinteresse.
- 70% dos jovens mencionaram que consumiriam mais *junkfood* se tivessem condições.
- Os planejadores urbanos se beneficiarão ao compreenderem o papel decisivo que podem desempenhar ao fortalecerem os sistemas alimentares de suas cidades.



## Urban Futures – Futuros Urbanos: ação jovem para sistemas inclusivos e resilientes ao clima

**Urban Futures é uma iniciativa pioneira atuando na interface entre os sistemas alimentares urbanos, o bem-estar e a inclusão da juventude, e a ação climática. Trata-se de um programa de cinco anos, executado pela Hivos e seu afiliado Yayasan Humanis dan Inovasi Sosial, com apoio da RUAF e financiamento da Fondation Botnar.**

Os nossos atuais sistemas alimentares não satisfazem as necessidades das pessoas ou do planeta, e as cidades têm um grande impacto local e global em questões como as alterações climáticas, o bem-estar dos jovens e as oportunidades econômicas. As cidades médias, que estão a crescer rapidamente, desempenham um papel particularmente importante. As suas autoridades e cidadãos devem assumir o comando da transformação dos sistemas alimentares urbanos, intervindo e mudando as narrativas e práticas.

Os jovens desempenham um papel central nesse processo. De mãos dadas com parceiros locais, a Urban Futures (UF) opera em 10 cidades intermediárias e suas regiões em cinco países capacitando os jovens, amplificando as suas vozes, influenciando decisões e facilitando o acesso a oportunidades econômicas promissoras no dinâmico setor alimentar.

Os países e cidades são: Indonésia (Bandung e West Manggarai); Zimbabwe (Mutare e Bulawayo); Zâmbia (Chongwe e Kitwe); Equador (Manabi-MANPANOR e Quito/Choco); e Colômbia (Cali e Medellín).

### Os principais caminhos de mudança trilhados pela UF são:

- influenciar e apoiar o desenvolvimento e implementação de políticas alimentares urbanas transformadoras através de plataformas multiatorais e movimentos juvenis;
- moldar novas narrativas que reinventem cidades inclusivas e resilientes ao clima para inspirar mudanças comportamentais e influenciar padrões de consumo mais saudáveis;
- permitir que jovens empreendedores alimentares sustentáveis floresçam e aumentem os fluxos financeiros em cidades mais inclusivas e resilientes ao clima.

Atualmente em sua fase inicial, a UF selecionou as cidades, está contactando parceiros e continuará a trabalhar com colaborações multiatorais e inovações locais. A Hivos é o gestor global dos fundos e programas, complementando e ampliando estas experiências locais com sua experiência e ligações em aprendizado, comunicação e coerência estratégica.

*A Yayasan Humanis dan Inovasi Sosial lidera o trabalho na Indonésia, e a RUAF apoia esses esforços com conhecimento técnico, pesquisa, promoção e desenvolvimento de políticas.*

**Gigi Wing-Davies** é Gerente de Desenvolvimento de Negócios e Justiça Climática na Hivos, baseado no Zimbabwe.

**Runyararo Esther Chibota** é a Coordenadora Regional do programa “Urban Futures”, da Hivos, com base no Zimbabwe.

### Maiores informações:

- Urban Futures <https://hivos.org/program/urban-futures>

### Referências

1. ZIMSTAT, 2021 <https://www.zimstat.co.zw/>
2. Brucks, M.S., Levav, J. Virtual communication curbs creative idea generation. Nature 605, 108–112 (2022). <https://doi.org/10.1038/s41586-022-04643-y>
3. Youth Food Action: Change Labs <https://hivos.org/document/youth-food-action-change-labs/>
4. Youth Food Action: Change Labs <https://hivos.org/program/youth-food-action/publications/>



# Lições aprendidas com os *Laboratórios de Sistemas Alimentares Urbanos* na África

Harrison Esam Awuh  
Henk Renting  
René van Veenhuizen

**A capacidade dos sistemas alimentares para nutrir as pessoas de forma sustentável ao mesmo tempo em que lidam com as crises resultantes de alterações climáticas e do esgotamento de recursos é prejudicada por grandes desafios. Estes incluem, entre outros: uma população em rápido crescimento e consequente a maior procura por alimentos; o mau uso dos recursos e a distribuição ineficiente dos alimentos; a mudança climática e os impactos ambientais; e ainda as altas taxas de desperdício de comida em todas as fases do sistema alimentar.**

Esses desafios recomendam transformações urgentes rumo a práticas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

No entanto, alcançar essa transformação está longe de ser simples. Ela envolve uma gama diversificada de partes interessadas envolvidas em múltiplas interações integradas no sistema. Os espaços transformadores controlados – ou “laboratórios vivos” – desprovidos dos desafios habituais dos processos de transformação (??), são uma abordagem promissora.

Este artigo e os três seguintes apresentam experiências com a abordagem de “laboratório vivo” como mecanismo para alavancar a transformação de sistemas alimentares no âmbito do projeto “Alimentação Saudável na África”.

© Healthy Food Africa



Primeiro será apresentado o projeto global de “Alimentação Saudável na África”, seguido de duas experiências de Laboratórios de Sistemas Alimentares em Zâmbia e em Uganda. O artigo final compartilha uma série de lições sobre barreiras institucionais e políticas e os fatores determinantes para trabalhar com “laboratórios vivos”.

## O contexto: os *Laboratórios Vivos* do projeto *Alimentação Saudável na África*

O projeto Healthy Food Africa (HFA) é financiado pela União Europeia e visa aumentar a resiliência dos sistemas alimentares e ligar a produção de alimentos ao desempenho nutricional, aumentando assim a variedade e a qualidade dos produtos alimentares oferecidos para uma dieta saudável.

Para conseguir isso, envolve agricultores, processadores de alimentos, varejistas, organizações da sociedade civil (OSC), decisores políticos e especialistas locais, e ajuda-os a criar e testar tecnologias, práticas e acordos de governança inovadores que contribuam para uma sociedade mais sustentável, resiliente e um sistema alimentar saudável para todos.

O HFA está trabalhando através de dez Laboratórios de Sistemas Alimentares (FSLs) em 10 cidades localizadas em seis países na África Oriental, Ocidental e Austral. Estes incluem: os assentamentos de Korogocho e Viwandani (Nairóbi, Quênia), o condado de Kisumu (Quênia), o assentamento de refugiados de Rwamwanja (Uganda), o distrito de Kabarole (Fort Portal, Uganda), a cidade de Bahir Dar e a área de irrigação de Koga (Etiópia), a região da Grande Accra e Tamale (Gana), Cotonou (Benim), e a província de Lusaka e o distrito de Chongwe (Zâmbia).



Consulte a Figura 1 (??) para obter uma ilustração das localizações geográficas destes FSLs na África e as diferentes áreas temáticas do sistema alimentar que abordam.

Cada FSL procura reunir as partes interessadas locais – agricultores, empresários, empresas e decisores políticos, e visa reconectar a produção alimentar sustentável com o consumo urbano de alimentos e dietas saudáveis. No trabalho conjunto do FSL, abordamos os desafios relacionados com o sistema alimentar local. Todos os 10 FSL têm o mesmo objetivo, mas o seu *status quo*, as prioridades e, portanto, as trajetórias que pretendem seguir, e as suas visões e planos de trabalho sob os auspícios do HFA, são diferentes. Cada membro de FSL possui conhecimentos e experiência local únicos, e todo FSL oferece um espaço para experimentação, inovação, transformação, aplicação de conhecimentos e co-aprendizagem e, portanto, a formação de novos *insights* coletivos.

O trabalho nos FSLs é apoiado por vários “Pacotes de Trabalho” (WPs), incluindo o WP7 que visa o impacto transformacional, a escalabilidade e a produtividade. As atividades e análises do WP7 visam maximizar o impacto sustentável do projeto HFA, incentivando – ao nível dos FSLs – processos autopropulsores que, por sua vez, levarão a uma maior adoção de abordagens, tecnologias, modelos de negócios e políticas. O trabalho inclui o apoio às equipes FSL no processo de criação de caminhos para a mudança e no envolvimento eficaz com os decisores políticos. Relacionado a isso, o WP7 procura orientar os FSLs na organização de plataformas políticas em cada um deles. Ao nível do projeto, o WP7 identifica e promove as iniciativas mais promissoras emergentes dos FSLs, e explora opções para ligar o nível micro (iniciativas e governança) ao nível macro (desenvolvimento de políticas).



© Healthy Food Africa

### Promover o impacto transformacional

Medidas importantes para promover o impacto transformacional são:

- Desenvolver capacidades através do envolvimento significativo das partes interessadas. Isto implica promover processos autopropulsores (ou seja, incorporar o trabalho em processos locais multiatores e de governança adequados e adicionar novos elementos a esses processos; encontrar novas formas de envolver associações de consumidores, PME alimentares e empresários, etc.).

- Promover a inovação real na governança, nas tecnologias e nos modelos de negócio da cadeia alimentar.
- Identificação de fatores limitantes e facilitadores numa perspectiva de gestão de transição. Isto inclui as principais lições aprendidas e as principais mensagens (principais barreiras e oportunidades).
- Gênero: Incentivar e permitir a sensibilidade ao gênero em todos os trabalhos e atividades.
- Aplicar métodos de previsão participativa para avaliar as opções para o futuro desenvolvimento das iniciativas e sua expansão. Isto irá garantir um impacto mais profundo e viabilizar pesquisas, agendas e programas de políticas públicas de mais longo prazo.

**Harrison Esam Awuh** é pesquisador sênior em governança de espaços de transformação de sistemas alimentares.

**Henk Renting** é pesquisador-professor sobre transformação do sistema alimentar urbano na Universidade de Ciências Aplicadas de Aeres, Almere, Holanda.

**René van Veenhuizen** é gerente sênior de programas da Hivos, membro da Parceria Global da RUAF.

## Maiores informações

- HealthyFoodAfrica <https://healthyfoodafrica.eu/>



## AfriFOODlinks: Cidades africanas liderando uma nova era de colaboração no sistema alimentar

O AfriFOODlinks é um programa de quatro anos financiado pela União Europeia e liderado pelo ICLEI, que está criando uma rede próspera de cidades na África (mas não só lá), na qual os sistemas alimentares e a nutrição estão firmemente estabelecidos na agenda de governança local. São plataformas de governança multiatorial lideradas pelos cidadãos que acolhem diversas vozes para informar os processos políticos e de planejamento urbano visando promover a segurança alimentar e nutricional e as práticas regenerativas do meio-ambiente.

O projeto considera ambientes alimentares urbanos como a área-chave para melhorar a nutrição e reduzir o impacto ambiental da alimentação nas cidades africanas, porque é ali que as pessoas fazem as escolhas sobre os alimentos que consomem, influenciando todo o sistema.

É também onde se manifestam as prioridades da segurança alimentar da disponibilidade, do acesso, e da utilização e qualidade de alimentos.

AfriFOODlinks é composto por seis “pacotes de trabalho” (WPs):

- 1) Validação, amplificação, criação e absorção de conhecimento;
- 2) Fortalecimento dos processos de governança multiatores;
- 3) Promoção do agronegócio e da inovação com características inclusivas e circulares;
- 4) Melhorar os ambientes alimentares através da experimentação;
- 5) Construir parcerias duradouras África-Europa;
- 6) aprendizagem mútua, troca de comunicações e divulgação.

AfriFOODLinks atua em mais de 65 cidades (15 cidades africanas e cinco cidades europeias, e outras mais de 45 cidades compartilhadas). As cinco cidades centrais africanas são: Cidade do Cabo (África do Sul), Kisumu (Quênia), Mbale (Uganda), Ouagadougou (Burkina Faso), Túnis (Tunísia). O parceiro da RUAF, Hivos, está liderando o trabalho em Túnis e no WP2. A Rikolto lidera em Mbale e Ouagadougou, e no WP3. Està está trabalhando com o Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão (MUFPP) no WP5.

### Maiores informações

- AfriFOODlinks <https://afrifoodlinks.org>



© Healthy Food Africa



## Food System Labs como abordagem para construir sistemas alimentares orientados para os cidadãos em Lusaka e Chongwe, Zâmbia

*Mangiza Chirwa Chongo*

**A Hivos implementou a abordagem Food System Labs como parte do projeto *Healthy Food Africa* com base na sua metodologia de “laboratórios de mudança alimentar” já experimentada e testada em cidades de Zâmbia e Uganda. A metodologia promove a inclusão de vozes negligenciadas na elaboração de políticas, a experimentação de novas ideias e a adaptação aos desafios emergentes.**

A Hivos faz parte de um consórcio de 17 organizações que implementam o projeto *Alimentação Saudável na África* em 10 cidades africanas, de junho de 2020 até novembro de 2024. O projeto reconhece os desafios do sistema alimentar como sistêmicos e, portanto, visa abordar os desafios nutricionais através de cinco áreas temáticas na cadeia de valor alimentar: 1) produção sustentável; 2) tecnologia pós-colheita e segurança alimentar; 3) boa governança da cadeia; 4) produção e produtos alimentares inovadores; e 5) nutrição saudável.

Os locais de implementação do projeto pela Hivos em Zâmbia são Chongwe e Lusaka, sempre utilizando a abordagem do ‘laboratório alimentar’ para enfrentar os desafios identificados localmente.

A abordagem do ‘laboratório de mudança alimentar’ da Hivos é uma metodologia derivada do conceito de “laboratório de inovação social” de cocriação de soluções com relevância social para mudanças sistêmicas.

Utilizando a sua rica experiência em espaços onde nascem novas ideias e se travam conversas difíceis, a Hivos resumiu as suas aprendizagens e desenvolveu uma abordagem baseada nos componentes-chave da mudança sistêmica para lidar com problemas sociais complexos.

© Njavwa Simukoko



Um laboratório de mudança alimentar:

- é um processo de longo prazo (não um evento único, eventual) que reúne diversas partes interessadas para discutir uma questão social complexa. Para desenvolver as conversas, os participantes devem estar continuamente envolvidos na identificação dos desafios e das estratégias para enfrentá-los de forma incremental. Embora isto não signifique que os mesmos indivíduos devam necessariamente participar todas as vezes, implica na representação constante das mesmas partes interessadas, organizações e grupos sociais.
- é um processo aberto que utiliza uma abordagem exploratória, onde cada etapa informa a seguinte. Podem ser utilizadas novas estratégias e novos atores podem ser convidados ao longo do processo. No caso dos Laboratórios de Sistemas Alimentares em Lusaka e Chongwe, o processo foi usado para construir sistemas alimentares orientados para os cidadãos. Portanto, dependendo do desafio identificado e das soluções propostas, o laboratório continua a envolver as partes interessadas que forem necessárias para determinada intervenção aprovada pelo laboratório.



- tem espaço para protótipos (modelos para testes). Ao explorar as estratégias e intervenções, é importante colocar em prática o que foi discutido no laboratório, para verificar a eficácia das soluções propostas. Os protótipos são soluções rápidas implementadas para ver se respondem aos desafios identificados anteriormente. Não são de grande orçamento nem de longo prazo; em vez disso, são pequenas intervenções que permitem aprender rapidamente – e podem levar as ideias para realizações maiores posteriormente.
- é um processo multissetorial e multiatorial, porque questões sociais complexas nunca podem ser resolvidas por uma só pessoa ou um setor sozinho. Além disso, devem incluir os titulares de direitos, os decisores políticos e os pesquisadores como partes interessadas para impulsionar o processo de mudança. A inclusão dos titulares de direitos assegura uma abordagem ascendente para a cocriação de soluções que exploram o conhecimento local e informal, em vez de impor soluções descendentes por parte dos decisores políticos e de outros envolvidos técnicos. No entanto, a inclusão dos decisores políticos também é fundamental, pois garante a adesão e o diálogo entre as pessoas com meios para fazer uma mudança e os titulares de direitos. A inovação também é fundamental para este processo, muitas vezes facilitada por organizações privadas e pesquisadores que fornecem conhecimentos técnicos sobre o que pode funcionar ou não.
- inclui “passeios sensoriais”, visitas de campo que provocam o diálogo e criam uma atmosfera onde os participantes podem ‘desaprender’ o que pensam que sabem sobre um desafio e as suas possíveis soluções, e criar uma base sólida de conhecimento compartilhado no grupo sobre o problema em pauta.

Utilizando estes componentes, os laboratórios de mudança alimentar da Hivos colocam os cidadãos no centro da solução dos desafios do sistema alimentar, garantindo que as pessoas mais afetadas encontrem soluções para os problemas que enfrentam. Por exemplo, o laboratório de mudança alimentar em Lusaka inclui os comerciantes como detentores de direitos, e o laboratório de mudança alimentar em Chongwe inclui os agricultores como detentores de direitos. Estes titulares de direitos estiveram envolvidos desde o início do respectivo laboratório, garantindo o seu envolvimento tanto na definição dos grandes desafios como no mapeamento de possíveis estratégias de intervenção. As estratégias mapeadas orientam as atividades de capacitação e inovações a serem implementadas pelo laboratório alimentar.

Uma vez por mês os detentores de direitos reúnem-se para discutir o progresso e o que precisa ser feito de forma diferente. Eles também passam por treinamentos de capacitação cocriados pelo laboratório de alimentos.

A cada trimestre, a plataforma multissetorial se reúne. Representantes dos titulares de direitos, que constituem metade dos participantes, juntamente com a outra metade composta por ONGs e organizações comunitárias que trabalham em questões semelhantes, decisores políticos, pesquisadores e representantes do setor privado.

Os participantes discutem as intervenções e o que pode ser feito para melhorar o desempenho do laboratório. A plataforma multissetorial local ligada à alimentação (em muitos casos conhecida como “conselho de política alimentar”) contribui para o processo de elaboração de políticas para a comunidade local.

Como tal, a abordagem do laboratório de mudança alimentar nas plataformas multiatorais garante a inclusão de partes interessadas que são frequentemente deixadas de fora dos processos de elaboração de políticas e proporciona uma oportunidade para o diálogo contínuo sobre os desafios e a experimentação de inovações. A figura abaixo ilustra esse processo (??).

### Laboratórios de mudança alimentar em Chongwe e Lusaka

No âmbito do projeto *Healthy Food Africa*, a abordagem do laboratório de mudança alimentar está sendo utilizada em Chongwe e Lusaka para promover a produção e o consumo de alimentos saudáveis nas comunidades-alvo.

A Hivos tem trabalhado com 50 agricultores em cada cidade (??) para promover a produção sustentável de hortaliças. Todos os 50 agricultores são lideranças comunitárias de diversas aldeias na região do projeto e espera-se que divulguem a capacitação que recebem no processo laboratorial em suas comunidades.

O foco do laboratório foi definido por pesquisas anteriores da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) e RUAF através da universidade local, que estimou que cerca de 60% dos alimentos consumidos em Lusaka são produzidos na região, e que Chongwe era um dos principais distritos fornecedores de frutas e vegetais em Zâmbia.

A pesquisa também indicou um alto uso de agroquímicos – muitas vezes manuseados sem cuidados e segurança, colocando em risco a saúde dos trabalhadores, do meio ambiente e consumidores.

No início do projeto, esta informação foi apresentada aos agricultores e a outras partes interessadas importantes, que discutiram como esta situação, se não for tratada, pode levar a complicações de saúde e má nutrição entre quem consome os produtos.

Além disso, o manuseio inseguro de produtos agroquímicos e seu descarte indevido podem causar danos ambientais e reduzir o rendimento agrícola, acabando por agravar a pobreza na comunidade.

© Njavwa Simukoko



Os participantes das reuniões identificam então as intervenções mais realistas e eficazes para abordar o uso de agroquímicos e seu manuseio inseguro.

As intervenções propostas centraram-se em apoiar os agricultores a crescerem de forma mais sustentável, incluindo o reforço da capacidade dos agricultores na gestão de fertilizantes e controles biológicos, e o abandono das práticas agrícolas que dependem de agroquímicos em favor da agricultura orgânica – que produz culturas mais saudáveis e também conserva o ambiente.

Os 50 agricultores que cursaram a formação em agricultura biológica sustentável e agroecologia receberam kits iniciais de sementes e ingredientes utilizados para preparar fertilizantes orgânicos, como melão e levedura. Isto lhes deu o desejo de praticar o que aprenderam e divulgar as práticas a outros membros da comunidade.

Posteriormente, 15 agricultores (dos 50 que receberam a formação) apresentaram o seu progresso e os desafios que enfrentaram à plataforma multiatorial, composta por funcionários do governo, decisores políticos, representantes do setor privado e universitário. Essa plataforma refletiu então sobre as estratégias para enfrentar os desafios. Um dos desafios é não existir atualmente diferenciação de preços entre hortaliças cultivadas organicamente e as convencionais. Isto significa que o esforço extra dos agricultores na prática de uma agricultura mais saudável não é reconhecido, desencorajando o seu compromisso contínuo com o processo.

Desde então, os decisores políticos começaram a debater a possibilidade de introduzir leis que incentivassem a produção biológica. Existem outras questões políticas discutidas além da intervenção na agricultura biológica, incluindo, por exemplo, a falta ou carência de água. Uma intervenção para enfrentar este desafio envolveu a capacitação dos agricultores para se candidatarem a financiamento local para perfurar poços comunitários.

Em Chongwe, os detentores dos direitos envolvidos no laboratório de mudança alimentar são na maioria comerciantes. A Hivos trabalhou com 50 comerciantes locais para promover o reconhecimento do setor informal nos processos de elaboração de políticas públicas, ao mesmo tempo em que fortaleceu a sua capacidade para fornecer alimentos diversificados, seguros e nutritivos.

O foco no setor informal foi sugerido pela pesquisa realizada pela Hivos e seus parceiros em intervenções anteriores de laboratórios alimentares. O laboratório de mudança alimentar de Lusaka está, no entanto, um passo à frente do laboratório alimentar de Chongwe porque a sua plataforma é o próprio conselho de política alimentar local, mas em Lusaka as resoluções do laboratório ainda são submetidas à autoridade local para as suas propostas serem adotadas.

O conselho de política alimentar é presidido por uma ONG local que defende os direitos do consumidor (Consumer Unit Trust Society) e é co-presidido pelo Conselho Municipal de Lusaka. O conselho de política alimentar é composto por 15 comerciantes (detentores de direitos) e outros 15 integrantes indicados por diversos setores.

Um exemplo de intervenção gerada no laboratório alimentar de Lusaka foi capacitar os comerciantes para aprenderem técnicas simples de preservação de alimentos e de agregação de valor para reduzir o desperdício de alimentos resultante de infraestruturas de armazenamento deficientes nos mercados.

Após a intervenção, um relatório apresentado ao conselho de política alimentar estimulou o debate sobre a necessidade de sistemas que rastreiem as origens dos produtos comercializados, para que os alimentos processados possam ser comercializados como seguros e isentos de substâncias nocivas. Assim, quando um comerciante preserva ou acrescenta valor a uma mercadoria através do processamento, ainda seria possível rastrear a origem e a cadeia em caso de qualquer possível contaminação. O conselho de política alimentar comprometeu-se a continuar a promover a rastreabilidade dos produtos alimentares locais, a fim de garantir a responsabilidade no processamento.

Sem dúvida, a metodologia do laboratório alimentar promove a inclusão de vozes frequentemente negligenciadas no processo de elaboração de políticas públicas. Também permite uma adaptação constante aos desafios identificados e promove novas ideias à medida que os desafios surgem. A metodologia cria uma interface importante entre os titulares de direitos e os decisores políticos, para que estes possam apreciar as experiências vividas pelas pessoas que representam.

***Mangiza Chirwa Chongo** é Gerente no Projeto Alimentação Saudável na África, atuando na Hivos Zâmbia.*

## Dietas Sustentáveis para Todos

O *Dietas Sustentáveis para Todos* foi um programa de defesa da utilização de evidências, incluindo evidências geradas por cidadãos, para ajudar comunidades de baixa renda na Bolívia, Indonésia, Uganda e Zâmbia e melhorar o seu acesso a alimentos sustentáveis, diversificados e nutritivos.

O programa de cinco anos (2016–20) foi coordenado pela Hivos, pelo Instituto Internacional para o Ambiente e Desenvolvimento (IIED) e parceiros nos países focais. O objetivo era influenciar políticas, práticas de mercado, atores governamentais e instituições internacionais para promoverem dietas diversificadas, saudáveis, justas e ambientalmente seguras.

Um elemento-chave do programa foi a construção de coligações multiatorais e a utilização de metodologias de facilitação inovadoras, como o *Food Change Labs*, em que vários atores intervenientes partilham conhecimentos, evidências e ideias e, em conjunto, desenvolvem exemplos locais, nacionais e relevantes internacionalmente de como os sistemas alimentares podem ser transformados.

## Maiores informações

- Sustainable Diets for All <https://hivos.org/program/sustainable-diets-4-all>

# Laboratório de Sistemas Alimentares de Fort Portal, Uganda: O papel da governança na melhoria dos sistemas alimentares e da nutrição local

*Bwambale Benard*

**Enfrentando as piores taxas de desnutrição infantil em Uganda, o Laboratório de Sistema Alimentar (Food System Laboratory - FSL) multiatorial de Fort Portal tem sido fundamental na formação de sistemas alimentares subnacionais bem orientados e estruturas de governança nutricional atuantes e na implementação da Política Nacional de Nutrição do Uganda nos distritos, subcondados e cidades.**

A Pesquisa Demográfica e de Saúde de Uganda de 2016 revelou estatísticas perturbadoras sobre a subnutrição infantil na sub-região de Toro, a oeste de Uganda. A pesquisa revelou que 40,6% das crianças com menos de cinco anos na sub-região sofriam de atraso no crescimento – a taxa mais elevada no país. Além disso, 3,4% das crianças estavam emaciadas e 45% anêmicas. Desde então, a questão tem sido objeto de muitos discursos públicos acompanhados por esforços de sensibilização. Numa contradição alarmante, o atraso no crescimento infantil na sub-região de Toro está acontecendo em meio a um contexto de abundância de alimentos nutritivos e diversificados disponíveis para a maioria da população. De fato, a região é conhecida pela produção de grandes quantidades de alimentos, muitos dos quais são exportados para vilas, cidades e países vizinhos em toda a África Oriental <sup>1</sup>.

O Fort Portal Food Systems Lab (FSL) é uma plataforma multiatorial coordenada pelo Centro de Pesquisa e Recursos Kabarole (KRC-Uganda) que reúne diversas pessoas e organizações com algum papel no sistema alimentar, inclusive governos locais, comitês distritais e municipais de coordenação em nutrição, a “Coalizão dos Dispostos” (um grupo de defesa do consumidor), os “embaixadores de alimentos” (líderes influentes que promovem dietas saudáveis em suas comunidades), agricultores e processadores de alimentos de pequena escala, vendedores ambulantes de comida, *chefs* profissionais, acadêmicos, comunicadores, artistas, consumidores e organizações da sociedade civil.

Em conjunto, estas partes interessadas enfrentam os desafios embutidos num sistema alimentar falido e promovem escolhas alimentares sustentáveis e a formulação e implementação de políticas favoráveis à boa alimentação. O FSL de Fort Portal foi iniciado por Hivos e KRC no âmbito do programa Dietas Sustentáveis para Todos (ver artigo de Chongo, pág. 56). Atualmente ele é apoiado pelo projeto *Healthy Food Africa*, com base na metodologia aplicada anteriormente e já testada em laboratórios de mudança alimentar.

O principal objetivo do FSL de Fort Portal é influenciar as comunidades e os decisores políticos sobre a produção e o consumo sustentáveis, resilientes e equitativos de alimentos diversificados, nutritivos e seguros para todos, contribuindo assim para a redução do atraso no crescimento e de outros efeitos da desnutrição.

O FSL cria espaço para as várias partes interessadas se encontrarem e trabalharem no sentido de moldar os sistemas alimentares para torná-los ambientalmente sustentáveis e justos. Todos podem então identificar caminhos de ação para resolver os estrangulamentos ao fornecimento suficiente de alimentos saudáveis e seguros à população, e maximizar os impactos desejados através de parcerias estratégicas.

Os atores do FSL são convocados periodicamente para discutir as principais questões que afetam o sistema alimentar da cidade de Fort Portal e gerar ideias viáveis para melhorá-lo. As ações que o FSL promove confirmam a sua liderança e influência no processo de mudança social comportamental (*Social Behavior Change - SBC*).

Os integrantes do FSL participam de:

- pesquisas participativas e aprendizado prático para nortear a tomada de decisões conjuntas e sua programação;
- *workshops* anuais sobre FSL para divulgar os resultados das pesquisas e gerar novas deliberações sobre a melhoria dos sistemas alimentares, bem como o acompanhamento dos compromissos anteriores;



- criar uma consciência comunitária massiva sobre os sistemas alimentares e a nutrição através de diferentes campanhas nos meios de comunicação;
- capacitar crescentemente as partes interessadas nos sistemas alimentares para se envolverem e realizarem efetivamente o que lhes compete;
- participar nos sistemas alimentares locais e municipais e da coordenação da política nutricional;
- participar no planejamento conjunto e na implementação de intervenções nos sistemas alimentares;
- coordenar a ação dos participantes no sistema alimentar de acordo com as regras de envolvimento definidas;
- conduzir campanhas de *lobby*, defesa e promoção de um sistema alimentar mais nutritivo, justo e sustentável.

Os níveis desproporcionalmente elevados de subnutrição podem ser parcialmente atribuídos a falhas na governança do sistema alimentar, especialmente à implementação inadequada de boas políticas públicas em ações concretas. A governança da nutrição em Uganda é orientada por uma série de políticas e instrumentos operacionais, incluindo a Política Nacional de Nutrição (2003), o Plano de Ação para a Nutrição de Uganda (UNAP) e o Plano de Desenvolvimento Nacional III.

A Secretaria de Nutrição do Gabinete do Primeiro Ministro (OPM) supervisiona a implementação do UNAP no nível subnacional dos governos locais. No entanto, devido a restrições de recursos, à falta de priorização das questões da alimentação e à ausência de uma agenda de defesa da nutrição, tem havido pouco progresso na coordenação das políticas para chegar até os distritos, subcondados e cidades de todo o país. Como resultado, vários desses governos locais não aplicam o UNAP.

Em 2019, os integrantes do FSL de Fort Portal comprometeram-se a melhorar a situação nutricional da área e recomendaram a criação do Comitê de Coordenação da Nutrição do Distrito de Kabarole (DNCC). Para descentralizar a programação nutricional até o nível local, a DNCC inaugurou 14 Subcomitês de Coordenação de Nutrição / Conselhos Municipais (S/DNCCs). Por razões de sustentabilidade, todas estas comissões são presididas pelos responsáveis técnicos locais.

Os **comitês** e **subcomitês** estão autorizados a assumir a liderança no planejamento, coordenação, mobilização de recursos, supervisão, monitoramento, *lobbying* e intervenções nutricionais em suas circunscrições. Eles também fornecem supervisão técnica e liderança na implementação de intervenções nutricionais multissetoriais no distrito e no governo local.

Como parte das recomendações para melhorar a nutrição, os comitês de nutrição foram pioneiros no desenvolvimento do Plano de Ação Distrital para a Nutrição (DNAP) de cinco anos, e dos Planos de Ação para a Nutrição dos Submunicípios/Conselhos Municipais (S/TNAP) para implementar localmente o UNAP. Estes planos de ação indicam as intervenções específicas para melhorar os sistemas alimentares e os indicadores nutricionais que todas as partes interessadas no distrito devem consultar durante o desenvolvimento dos sistemas alimentares e projetos de nutrição locais.



© Joseph Muhumuza

Os comitês reúnem-se trimestralmente para compartilhar experiências, metas trimestrais, resultados principais e quaisquer desafios e recomendações dos sistemas alimentares e intervenções nutricionais conduzidas pelas partes interessadas nos suas circunscrições. Eles também realizam o planejamento conjunto para o trimestre seguinte. Os planos e relatórios trimestrais são submetidos ao secretariado do UNAP, ligado ao gabinete do Primeiro-Ministro, para informar a programação adicional e a atribuição de recursos.

O mandato e o funcionamento dos Comitês de Coordenação de Nutrição e a implementação dos Planos de Ação de Nutrição no distrito de Kabarole e na cidade de Fort Portal melhoraram a coordenação, o *lobbying* e a promoção, o planejamento conjunto, a implementação e a elaboração de relatórios sobre sistemas alimentares e as intervenções nutricionais na região.

De fato, hoje os distritos da região têm orçamento para melhorar os sistemas alimentares e promover intervenções nutricionais. Os esforços para melhorar a alimentação e a nutrição na cidade de Fort Portal e no distrito de Kabarole atraíram mais doadores, aumentando assim as oportunidades de financiamento para programas.

Com os progressos acima mencionados, a situação dos sistemas alimentares e nutricionais em Kabarole e Fort Portal vem melhorando. Todas as partes interessadas são estimuladas a adotar uma abordagem multiatorial e a investir na governança visando a sistemas alimentares e nutricionais cada vez mais sustentáveis.

***Bwambale Benard** é Gerente do Programa de Sistemas Alimentares e Nutrição no Centro de Pesquisa e Recursos de Kabarole (KRC-Uganda).*

## **Maiores informações**

- Sustainable Diets for All <https://hivos.org/program/sustainable-diets-4-all>

# Barreiras e facilitadores institucionais e políticos para a mudança de sistemas alimentares: aprendendo com os Food System Labs do programa Healthy Food Africa - HFA

*Harrison Esam Awuh*

*Henk Renting*

*René van Veenhuizen*

**Este artigo apresenta algumas das lições e *insights* sobre como trabalhar com ‘laboratórios vivos’ para realizar mudanças no sistema alimentar. Centra-se especialmente nas barreiras representadas por fatores institucionais e políticos e na forma como elas podem ser abordadas estrategicamente e superadas pelos laboratórios de sistemas alimentares (FSL) da África <sup>1</sup>.**

A metodologia que foi desenhada e cocriada com FSLs africanos e os seus processos de envolvimento das partes interessadas baseia-se na abordagem da *Teoria da Mudança* (Theory of Change - ToC). A ToC é uma metodologia específica para planejamento, participação e avaliação de projetos, a fim de promover mudanças sociais.

Envolve a definição de metas de longo prazo e, em seguida, mapear retroativamente e identificar as pré-condições necessárias. Os FSLs foram incentivados a executar a ToC em suas diversas iniciativas. A primeira parte importante da ToC foi a identificação pelos FSLs dos principais atores a serem envolvidos.

## O envolvimento das partes interessadas na metodologia ToC

Na tarefa inicial de envolvimento dos atores interessados, observou-se que os FSLs que podiam recorrer a plataformas de partes interessadas pré-existentes tinham uma vantagem sobre os FSLs que tiveram de construir suas plataformas a partir do zero. Por exemplo, os membros do Conselho de Política Alimentar de Lusaka (desenvolvido com o apoio do programa *Dietas Sustentáveis para Todos*, ver artigo de Chongo, pág. 56) foram convidados para o lançamento do projeto HFA e puderam participar em atividades subsequentes.

Da mesma forma, em Nairóbi o FSL local está alinhado com o programa de agricultura do município e com o FLAG (*Food Liaison Advisory Group*), o que significa que uma vasta rede de interessados já está colaborando na transformação dos sistemas alimentares. Isto facilitou a participação desses atores, que se tornaram a espinha dorsal do grupo consultivo multissetorial previsto no projeto HFA.

Em segundo lugar, é evidente a importância de um envolvimento significativo com os decisores políticos na fase inicial da consulta às partes interessadas para obter melhores resultados e adotar políticas aprimoradas. Por exemplo, o FSL de Fort Portal informou que as partes interessadas do governo local estiveram envolvidas em ações como: desenvolvimento e revisão de portarias e normas; aprovação da implementação das atividades; divulgação dos resultados do programa; implementação das atividades conjuntas; e autorização dos planos de trabalho.

Como resultado deste envolvimento inicial, o governo local interessou-se pela criação do comitê de segurança alimentar de Nairóbi e agora está a pressionar pela aprovação de uma lei de segurança alimentar.

A Câmara Municipal de Fort Portal também está defendendo a elaboração do Plano de Ação de Nutrição de Fort Portal e a criação de um Comitê de Coordenação da Nutrição da cidade. O FSL de Rwamwanja, por sua vez, informou que os decisores políticos locais participaram nas atividades de lançamento do projeto, onde o conceito foi explicado, juntamente com os papéis e responsabilidades das diversas partes interessadas, e posteriormente colaboraram na formulação e revisões dos vários planos do projeto.

Esperava-se que esta participação aumentasse a apropriação das atividades e resultados do projeto por parte das autoridades. De fato, alguns destes decisores políticos – tais como os funcionários distritais – chegaram mesmo a liderar a criação de plataformas multiautorais locais.

Além disso, no processo de consulta preliminar foi enfatizada a importância da consulta preliminar, juntamente com a necessidade de ser um processo bidirecional, que não só informe os decisores políticos sobre os desejos dos participantes do FSL, mas também esteja atento para o que os decisores políticos querem alcançar.

O alinhamento de metas e objetivos entre os decisores políticos e os FSLs, através da lente da ToC é muito positivo. Por exemplo, no caso do Fort Portal FSL, o alinhamento de objetivos entre o FSL e os decisores políticos num processo de comunicação bidireccional conduziu a um processo de cocriação mais eficaz, com maior envolvimento do governo e apropriação do trabalho do FSL.



© Healthy Food Africa

## Barreiras políticas e institucionais à operacionalização da ToC

O processo de envolvimento das partes interessadas orientado pela ToC também evidenciou certas barreiras políticas e institucionais que atrasam ou impedem os caminhos transformadores.

As três principais barreiras são: a falta de vontade política; a ausência de infraestruturas adequadas para facilitar a mudança; e a instabilidade política.

### 1. A falta de vontade política

Embora existam vantagens para os decisores políticos melhorarem a comunicação com a sociedade através da colaboração com os FSLs, o seu envolvimento tem falhado muitas vezes. Em Lusaka, a avaliação da ToC mostrou que muitos desafios são, de fato, relacionados com políticas (por exemplo, vendas, infraestruturas, intermediários, etc.).

No entanto, envolver e influenciar os formuladores das políticas revelou-se difícil. Por exemplo, os facilitadores do FSL perceberam que não têm poder suficiente para trazer as pessoas certas para as reuniões ou garantir que elas se envolvam nas atividades.

Os FSLs em Lusaka e Chongwe visam melhorar a cadeia de valor das hortaliças orgânicas e procuram influenciar e mudar as políticas para apoiar o seu desenvolvimento. Contudo, isto tem sido difícil de alcançar porque os atores políticos que participaram nestas reuniões de consulta não são de fato os decisores finais.

De acordo com um participante da FSL.

*“Os decisores políticos que participam nas reuniões de consulta com outras partes interessadas prometem transmitir informações provenientes dessas reuniões às autoridades relevantes. Não temos força para obrigar os chefes institucionais que têm o poder de tomar as decisões. Eles sempre enviam representantes que então preparam relatórios que esperamos possam influenciar os decisores políticos.”*

Em alguns casos, os decisores políticos só foram consultados depois de os FSLs já terem desenvolvido plenamente os seus objetivos. Nesses casos, a falta de envolvimento significativo dos decisores políticos ou a sua falta de vontade de cooperar foi o resultado do processo inicial de cocriação que ocorreu sem sua participação. Este foi o caso tanto no FSL de Lusaka como no de Chongwe.

Também ocorre de o FSL, ao apresentar o plano de trabalho às principais partes interessadas, seus objetivos já estarem decididos previamente, antes da consulta a elas. Portanto, a cocriação não se concretizou realmente.

Embora atualmente muitos FSLs colaborem bem com os decisores políticos locais, e estejam trabalhando com sucesso com as câmaras municipais e o Ministério da Agricultura dos países, em geral eles sublinham que precisam de mais apoio para envolver mais decisores políticos influentes no processo de mudança.



Outro fator é a falta de vontade política para fazer cumprir regulamentos ou acordos. No caso de Nairóbi, o líder do FSL assinou um ‘memorando de entendimento’ (*Memorandum of Understanding - MoU*) com os decisores políticos locais (governo municipal e da região metropolitana) que estipula o papel de cada parte envolvida. Ao assinar este acordo, os decisores políticos são ‘obrigados’ a apoiar as atividades do FSL e a cumprir as suas responsabilidades, pelo menos em princípio. Contudo, na prática, muitas vezes isso não acontece.

O coordenador do FSL Nairóbi informou:

*“A dinâmica de poder e a política em torno do governo do município e dos serviços metropolitanos de Nairóbi acabaram por enfraquecer a aplicação do MoU que orientava melhor a nossa parceria com esse importante ator. Alguns funcionários e autoridades municipais não estavam abertos a um envolvimento maior conosco desde o processo de elaboração do memorando de entendimento.”*

Para o FSL de Lusaka, a incapacidade do conselho municipal local de fazer cumprir a legislação sobre a segurança alimentar na cidade tem sido um problema. Existe um guia de saúde pública em Zâmbia que regulamenta os padrões de saneamento e higiene dos alimentos vendidos na cidade. Embora, em teoria, isto facilitasse enormemente as ambições do FSL, não as regras não são aplicadas pelas autoridades locais de saúde pública. Esta tem sido uma barreira institucional importante que o FSL não tem capacidade para superar.

### **Ausência de infraestrutura adequada para facilitar a mudança**

Outra forma de barreira institucional e política é a governança ineficaz, que leva ao desenvolvimento inadequado das infraestruturas necessárias para sustentar ou permitir a transformação do sistema alimentar. Tais problemas com as infraestruturas facilitadoras têm sido enfrentados por vários FSLs, especialmente no domínio do transporte de produtos agrícolas para o mercado. Geralmente, as questões de transporte prejudicam o funcionamento da cadeia de valor e sua melhoria pode facilitar muito a transformação do sistema alimentar. O transporte do campo até os mercados é um desafio significativo em muitas regiões e, portanto, também para a maioria das cadeias de valor em que os FSLs do HFA trabalham. Em muitos casos, os agricultores registram perdas na sua atividade produtiva não só como resultado do elevado custo dos fatores de produção e fatores climáticos, mas também devido a questões como os custos de transporte até as cidades; as taxas pagas às autoridades locais para transportar os seus produtos; e os intermediários envolvidos na cadeia do varejo.

Apesar da presença de fábricas processadoras de alimentos na maioria das regiões urbanas incluídas no projeto HFA, a maior parte dos produtos dos pequenos agricultores das áreas rurais é vendida *in natura* e crus, e grande parte das colheitas não chega aos mercados urbanos – resultando em níveis importantes de perda e desperdício de alimentos, especialmente de hortaliças frescas. A rede de transportes rurais-urbanos, que é da responsabilidade do poder público na maioria dos contextos onde FSLs atuam, costuma ser deficiente. Os problemas agravam-se especialmente na estação chuvosa, quando as estradas rurais tornam-se ainda mais difíceis para trafegar e o armazenamento inadequado cobra seu preço.

### **Instabilidade política**

Os últimos trinta anos testemunharam várias mudanças positivas no que diz respeito à democratização na África. A política participativa cresceu desde a década de 1990 e a porcentagem de países africanos que realizam eleições democráticas aumentou de 7 para 40 por cento <sup>2</sup>. Nestas novas democracias africanas ou emergentes deveria haver maior responsabilização dos líderes políticos, estando a sua legitimidade interna ligada aos meios através dos quais alcançaram e mantêm o poder.

No entanto, uma maior democratização também pode colocar problemas à continuidade das atividades do FSL, uma vez que novas eleições podem dar vez a novos líderes que não compartilham o mesmo interesse nos objetivos dos FSL que os líderes anteriores.

Frequentemente os acordos celebrados com um partido no governo por uma FSL correm o risco de serem anulados por outro partido político após uma mudança de poder pós-eleitoral. Esta foi uma preocupação real para as FSLs de Chongwe e Lusaka.

Um representante do FSL de Lusaka: *“Haverá eleições em agosto de 2022. Não sabemos qual será o resultado, nem como as políticas públicas ligadas a nosso trabalho serão afetadas com uma eventual mudança de governo. Embora os titulares de cargos públicos tenham mudado no passado sem qualquer efeito drástico em nossa plataforma multiatorial, a mudança dos influenciadores políticos é sempre uma grande preocupação”.*

Além disso, existe a ameaça sempre presente de violência eleitoral e pós-eleitoral, que poderia inibir o impacto transformacional de certas iniciativas de FSL. No caso do FSL de Nairóbi, o Quênia vive várias formas de agitação política e social desde a independência, sendo a agitação pós-eleitoral de 2007-2008 a pior delas, na sequência do impasse entre Moi Kibaki e Raila Odinga. Foi relatado que cerca de 1.300 pessoas morreram e centenas de milhares foram deslocadas devido à violência sexual generalizada contra as mulheres<sup>3</sup>.

O representante da FSL em Nairóbi disse: *“Sim, teremos eleições em breve (agosto de 2022) e há grande potencial de instabilidade durante esse período que pode ameaçar a concretização dos nossos objetivos. Os assentamentos informais são grandes focos de violência eleitoral.”*

Embora William Ruto tenha vencido a corrida para ser o quinto presidente do Quênia, de acordo com os resultados anunciados pela Comissão Independente Eleitoral e de Fronteiras (IEBC), a imediata rejeição e contestação do rival Raila Odinga revelou o potencial de instabilidade que pode inviabilizar as ações da FSL de Nairóbi. Esta instabilidade pós-eleitoral é comum nos países onde se situam os 10 FSLs e representa sério risco às transformações buscadas.

Além disso, a instabilidade política também surge na forma de greves, que podem inibir certos objetivos do FSL. Este foi o caso de FSLs mais envolvidas com as escolas. Por exemplo, um dos principais objetivos do FSL de Tamale, em Gana, é promover o consumo de hortaliças num Programa de Alimentação Escolar através da criação de hortas nas escolas. Qualquer ação grevista no setor educacional pode impactar negativamente a execução das atividades do FSL local. Ainda recentemente, em maio de 2022, foi noticiado que os cozinheiros escolares em greve em Gana queriam que o governo lhes pagasse um ano de salário retroativo e aumentasse o seu “vale-alimentação”. Da mesma forma, um dos principais objetivos do FSL de Cotonou, no Benim, é melhorar a nutrição infantil através de hortas escolares e agricultura urbana na zona periurbana de Cotonou. No entanto, greves ocorrem no Benim quase todos os anos letivos. A maioria destas paralisações é coordenada por poderosos sindicatos de professores – um legado do período 1972-1989, quando o marxismo-leninismo foi adotado como ideologia nacional. Embora estas greves não tenham feito descontinuar o projeto nas escolas primárias (onde atua o FSL de Cotonou), mostra a vulnerabilidade do trabalho para promover a transformação do sistema alimentar num ambiente em que as paralisações são comuns.

## Próximos passos

Neste artigo apresentamos algumas lições e experiências de trabalho com “laboratórios vivos” para transformar o sistema alimentar no contexto das cidades africanas participantes do projeto HFA. A experiência mostra que os fatores institucionais e políticos surgem frequentemente como obstáculos à concretização das inovações planejadas para transformar o sistema alimentar. Em breve estes fatores políticos e institucionais – bem como possíveis passos e estratégias para resolver as barreiras que representam – serão abordados em “workshops de previsão”. Estas oficinas também envolverão as principais partes interessadas na política em diferentes níveis, reunindo os atores que intervêm na cadeia de abastecimento alimentar e os representantes das comunidades envolvidas.

**Harrison Esam Awuh** é pesquisador em governança e transformação de sistemas alimentares.

**Henk Renting** é pesquisador-professor sobre transformação do sistema alimentar urbano na Universidade de Ciências Aplicadas de Aeres, Almere, Holanda.

**René van Veenhuizen** é gerente de programas da Hivos e membro da Parceria Global da RUAF.

## Referências

1. Awuh H.E., Renting, H., van Veenhuizen, R., Chirwa, M. (2023). Policy and Institutional Factors Affecting Food Systems Change: Applying Theory of Change. Healthy Food Africa. Report to the European Commission.
2. International Peace Institute (2011) Elections in Africa: Challenges and Opportunities. September 2011.

# Bairros alimentares, paisagens comestíveis produtivas e ligações alimentares saudáveis

*Alain Santandreu*

*Ernesto Ráez*

*Oscar Betancourt*

**As conclusões de um projeto de pesquisa-ação em Lima (Peru) e Quito (Equador) mostram que as iniciativas e experiências comunitárias são uma estratégia eficaz para combater a inação do Estado face às emergências alimentares.**

## O fracasso das políticas públicas em garantir o direito à alimentação e os direitos da Natureza

Os relatórios sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI), elaborados por diversas agências da ONU, e o Índice Global da Fome mostram um retrocesso global na luta contra a desnutrição, e sublinham a importância de reforçar a ação local para transformar os sistemas alimentares <sup>1</sup>.

Em escala global, as evidências apoiam a necessidade de promover melhores políticas públicas que promovam sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, garantam o direito à alimentação e protejam os direitos da natureza. Esses direitos naturais são biocêntricos (centrados na vida, não no ser humano) e consideram que cada indivíduo, espécie ou ecossistema tem direito ao seu próprio desenvolvimento evolutivo, independentemente da sua utilidade ou benefício para os seres humanos.

Vários estudos mostram o impacto do sistema alimentar nas taxas de doenças infecciosas associadas às alterações climáticas. Além disso, existem ligações claras entre o comércio internacional de alimentos e o aumento da insegurança alimentar, especialmente nos países de renda média e baixa, com impacto na saúde das pessoas e dos ecossistemas. Ao mesmo tempo, há evidências de que a mudança nos padrões de consumo alimentar já está ultrapassando os limites do planeta, e lançando milhões de pessoas na pobreza, na insegurança alimentar e na fome, e contribuindo para a destruição de ecossistemas sensíveis e estratégicos para o próprio sistema alimentar.

Desde 2020 a pandemia da COVID-19 teve impacto na disponibilidade e no acesso aos alimentos na maioria dos países de baixa e média renda, incluindo no Peru e no Equador, e aumentou a porcentagem de pessoas que enfrentam a insegurança alimentar. No Peru, em 2022, 16,6 milhões de pessoas – quase metade da população do país – sofriam de insegurança alimentar; no Equador, a insegurança alimentar moderada e grave aumentou de 20,7% no período 2014-2019 para 37,3% no período 2020-2022 <sup>1</sup>.

Para fazer face à emergência sanitária associada à pandemia da COVID-19, as autoridades do Equador e do Peru decretaram o confinamento e a imobilidade obrigatórios, com toque de recolher obrigatório que limitava a circulação de pessoas e proibia a utilização de espaços públicos. A disponibilidade de alimentos para quem tinha condições financeiras foi garantida pelas grandes redes de supermercados que permaneceram funcionando. Os mercados tradicionais de alimentos e os mercados atacadistas foram fechados, assim como as “biofeiras” (mercados de alimentos orgânicos) que funcionavam em parques e praças de Quito e Lima. Em ambos os locais, a resposta pública destinada a alimentar a população vulnerável centrou-se na entrega de cestas básicas e lanches a pessoas identificadas como carentes vulneráveis em registros desatualizados por meio de canais de distribuição ineficientes que geraram denúncias de corrupção, algumas das quais resultaram em funcionários na prisão.

A resposta governamental à pandemia da COVID-19 demonstrou que as políticas públicas implementadas em Quito e Lima não garantiram o direito à alimentação e os direitos da natureza, nem contribuíram para um sistema alimentar mais justo e saudável. Como resultado, muitas pessoas enfrentaram episódios graves de insegurança alimentar que teriam sido evitados com políticas públicas que entendessem o papel dos bairros e das iniciativas coletivas para responder à fome, como as ‘painéis comuns’ em Lima ou as hortas urbanas em Quito.

## Pesquisa-ação para mostrar por que a escala é importante

A “caminhabilidade” das cidades é uma das questões mais debatidas hoje entre os planejadores urbanos em todo o mundo. Cidades como Paris e Berlim estão a implementar uma abordagem de “cidade de 15 minutos” que procura permitir que os centros de alimentação, educação, saúde e recreação estejam acessíveis às pessoas caminhando ou de bicicleta<sup>2</sup>. A proposta procura definir utilizações complementares de interesse comunitário e alimentar para vários espaços e instalações disponíveis – como parques e praças ou pátios de escolas e clubes – que não são utilizados muitas horas por semana.

Entretanto, as cidades latinoamericanas são muito diferentes das cidades europeias, por causa da desordem da expansão urbana, ausência ou péssimas condições das vias de tráfego, problemas de segurança pública, péssima qualidade do transporte público e problemas de acessibilidade até moradias em morros ou enfrentando outras barreiras físicas. Para responder a tais preocupações, o projeto de pesquisa-ação “Centros de Alimentação Saudável: construindo sistemas agroalimentar sustentáveis e resilientes em Lima e Quito” foi implementado em Quito.

O projeto buscou verificar se trabalhar na escala dos *bairros considerados como paisagens produtoras de comida* e com os alimentos saudáveis poderia: i) permitir a identificação de problemas que não eram visíveis ao se abordarem os sistemas alimentares na escala dos municípios ou estados; e ii) guiar a implementação de políticas públicas que contribuam para garantir o acesso à boa alimentação bem como a proteção dos direitos da natureza.

Para responder a estas questões, em primeiro lugar foram identificados os “bairros alimentares” pré-existent, considerando-se a distância e a mobilidade das pessoas para comprar alimentos em pontos de referência. Em seguida, foram caracterizados os atores que fazem parte dos bairros alimentares e das paisagens alimentares produtivas, e analisadas as experiências comunitárias organizadas para compensar a inação do Estado em garantir às populações vulneráveis o acesso aos alimentos. Também foi identificado o potencial dessas experiências para se tornarem eles capazes de levar comida saudável aos bairros, bem como as suas limitações.

O projeto de pesquisa-ação “Centros de Alimentação Saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes” em Lima e Quito é financiado pelo Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento, IDRC (Canadá) e co-implementado por Rikolto, ECOSAD (Peru) e FUNSAD (Equador).

No curto prazo, o projeto:

1. avaliou, numa perspectiva de ecossistema e de gênero, os sistemas agroalimentares de Quito e Lima e a sua resiliência à crise alimentar associada à pandemia de COVID-19, incluindo a evolução das desigualdades de gênero e de outras desigualdades sociais;
2. identificou e melhorou as práticas e ações implementadas pelos governos nacionais e locais, bem como as iniciativas dos cidadãos, com o objetivo de fortalecer os mercados e garantir o fornecimento de alimentos nutritivos aos grupos mais vulneráveis nas duas cidades durante a pandemia.

No médio prazo:

3. Envolveu produtores agrícolas, consumidores, comerciantes e autoridades de Quito e Lima no desenvolvimento de bairros alimentares saudáveis como uma estratégia inovadora que promove o desenvolvimento de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes, com capacidade para reduzir as desigualdades de gênero .
4. avaliou, através de pesquisa-ação participativa, o potencial e os obstáculos ao desenvolvimento de bairros alimentares saudáveis, bem como outras soluções emergentes nas duas cidades.

No longo prazo, o projeto procura traduzir conclusões e recomendações para propostas de políticas públicas nacionais e internacionais que promovam sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes e com igualdade de gênero, e que sejam capazes de responder a crises futuras que ameacem os sistemas alimentares e a saúde humana.



## Delinear e caracterizar bairros alimentares, paisagens alimentares produtivas e ligações alimentares saudáveis

O conceito de “bairros alimentares” nos ajuda a compreender a dinâmica alimentar urbana de uma perspectiva diferente daquela da “cidade de 15 minutos” (concepção urbanística onde as necessidades diárias devem ser atendidas numa área acessível em ‘15 minutos’).

Para delimitar bairros alimentares, identificamos uma “centralidade alimentar” – no nosso caso, um mercado tradicional ou municipal muito frequentado.

Identificamos esses mercados tradicionais de alimentos como “centralidades alimentares” com base em informações secundárias sobre a sua importância na comercialização e abastecimento de alimentos frescos em ambas as cidades.

Após identificar as principais centralidades alimentares baseadas nos bairros, delimitamos um raio de 400 metros e realizamos um número limitado de entrevistas com os consumidores. Isto nos permitiu identificar novas centralidades e ajustar os limites dos bairros, sendo o principal critério a “caminhabilidade” (o acesso a pé) para abastecer-se de alimentos e, como critério secundário, a segurança e a acessibilidade física.

Um mapeamento da oferta de alimentos saudáveis e não saudáveis ajudou-nos a localizar os “desertos e pântanos” alimentares presentes nos bairros alimentares.

### Conceitos e definições

Os **bairros alimentares** são conceituados como: ‘Espaços constituídos por um conjunto de agregados familiares, delimitados pela distância que pode ser percorrida a pé para comprar alimentos num ponto de referência escolhido pelo volume e diversidade da sua oferta e por sua presença permanente. Esta distância implica um raio de aproximadamente 400m em torno dos pontos de referência.

Nos bairros alimentares coexistem outros pontos de venda de alimentos além dos pontos de referência escolhidos, e as pessoas muitas vezes decidem ir a outro ponto de venda (que pode estar mais longe de suas casas ou mesmo fora do bairro) em resposta à sua visibilidade e imagem, à variedade na oferta de alimentos, aos preços praticados e às relações que podem estabelecer com os comerciantes. Os bairros alimentares podem estar auto-organizados como **comunidades**, praticando iniciativas de solidariedade e outras formas de adaptação à incerteza alimentar.’

Geralmente associadas aos bairros alimentares, as **paisagens alimentares produtivas** são definidas como: ‘Espaços de produção agrícola onde há produção agroecológica, que oferecem ou podem oferecer alimentos saudáveis aos consumidores nos bairros alimentares. As paisagens alimentares produtivas podem ser remotas, adjacentes ou inseridas dentro das próprias vizinhanças alimentares, e nelas é comum encontrarmos iniciativas autoorganizadas de enfrentamento da insegurança alimentar.

“Entendemos por alimentos saudáveis aqueles produzidos com pouco ou nenhum insumo agroquímico, farmacêutico e sintético; sem contaminantes; com mínimo ou nenhum adoçante, sódio e gorduras saturadas; cultivados ou criados com responsabilidade ecológica e sob condições de trabalho justas e dignas.”

Por fim, para avaliar como oferecer alimentação mais nutritiva nos bairros, utiliza-se o conceito de “**ligações alimentares saudáveis**”, entendido como: ‘sistemas colaborativos estabelecidos entre um bairro alimentar urbano e seu ambiente produtivo associado. Elas envolvem produtores orgânicos e agroecológicos locais e regionais com os comerciantes e consumidores, reduzem as distâncias e os intermediários, encurtam as cadeias e reduzem desperdícios, melhoram a rentabilidade dos produtores e a economia doméstica dos compradores, e têm grande potencial para formar redes e estimular a coesão social comunitária.’

Enquanto os bairros alimentares e as paisagens alimentares produtivas referem-se à situação atual que ocorre em todos os bairros e espaços existentes nas cidades, as ligações alimentares saudáveis referem-se à construção futura de novas relações sociais, econômicas e ecológicas entre produtores, comerciantes e consumidores visando garantir uma alimentação saudável a que todos têm direito associada a uma agricultura que respeita os direitos da natureza.

Para caracterizar os bairros alimentares, calculamos o número de habitantes e domicílios e determinamos o tamanho da amostra dos consumidores que serão pesquisados.

Identificamos também o número de comerciantes que vendem alimentos frescos nos mercados de alimentos tradicionais selecionados e identificamos o número de hortas e produtores ligados a organizações de agricultores que abastecem os consumidores do bairro interessados em consumir alimentos frescos produzidos através de práticas agroecológicas.

“As pesquisas foram realizadas junto às amostras de consumidores e de todos os comerciantes e agricultores que quiseram responder. Também ocorreram oficinas e reuniões de discussão com consumidores e entrevistas com agricultores e comerciantes.”

A informação recolhida permitiu-nos caracterizar os principais atores envolvidos numa mesma vizinhança alimentar.

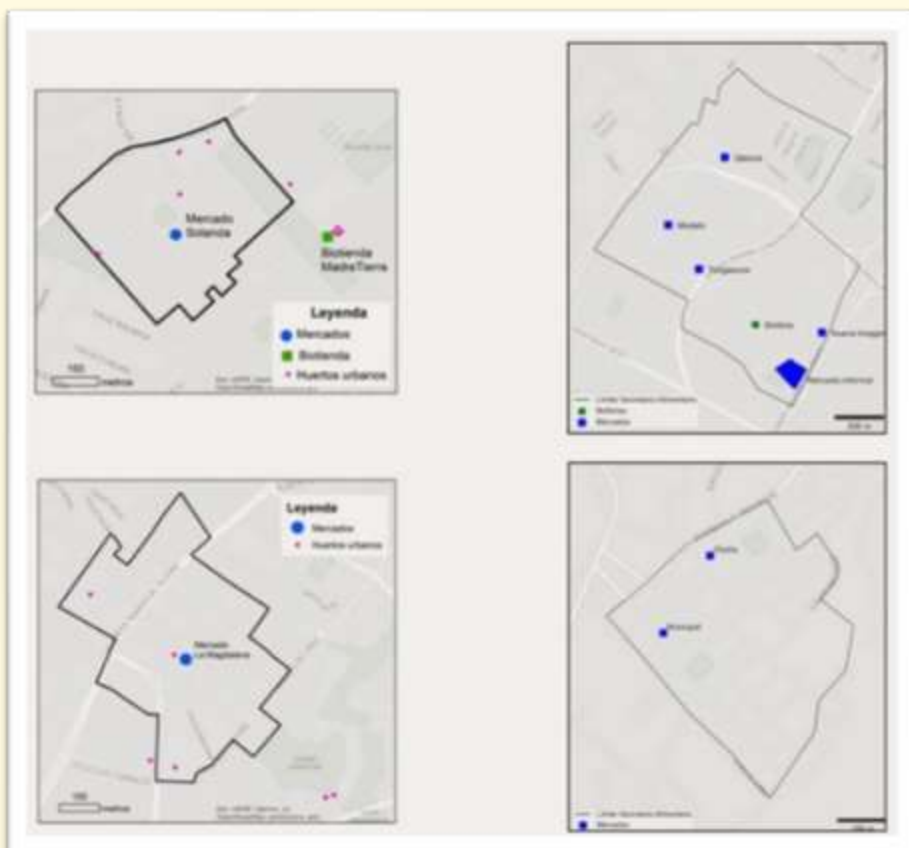
- Para caracterizar os consumidores, analisamos a sua dinâmica alimentar, identificando os principais locais de compra, bem como os motivos, a frequência, os tipos de produtos e os motivos de escolha de cada local.
- Para caracterizar os agricultores e comerciantes dos mercados alimentares tradicionais, identificamos as infraestruturas e os recursos disponíveis nos mercados, bem como as hortas urbanas e as áreas produtivas. Também identificamos os sistemas e práticas de produção e as dinâmicas e principais locais onde se compram e vendem alimentos.
- Por último, analisamos, para todos os atores envolvidos, a situação de saúde associada à alimentação, a exposição a episódios de insegurança alimentar e a ajuda recebida para fazer face a tais situações por parte de consumidores, comerciantes, horticultores e produtores.

Ao mesmo tempo caracterizamos a paisagem alimentar produtiva associada a bairros alimentares que incluem hortas urbanas ou perto dele, e grupos de produtores periurbanos ou rurais que utilizam práticas orgânicas ou agroecológicas e comercializam os seus alimentos através de cadeias de abastecimento curtas (com no máximo um intermediário). Utilizando informações secundárias, como estudos das cadeias de abastecimento alimentar para a cidade, foram identificadas as cadeias que oferecem alimentos frescos, porém produzidos convencionalmente.

Por fim, sistematizamos as experiências de resposta alimentar implementadas pelas comunidades para lidar com as incertezas nutricionais durante a COVID-19 e incluímos as respostas comunitárias que surgiram espontaneamente e pretendem ser permanentes.

A análise da informação recolhida permitiu-nos identificar tanto as principais características como as potencialidades e limitações de alguns espaços produtivos de alimentos para se tornarem elos saudáveis da cadeia nutricional (como as hortas e biofeiras urbanas, além de outros espaços de venda de comida, como os mercados tradicionais e os mercados municipais).

*Ao lado, os mapas identificam mercados tradicionais, biofeiras e hortas urbanas como centralidades alimentares de bairros em Solanda, La Magdalena, Carabayllo e Pachacamac.*



## O que aprendemos

O estudo mostrou que as políticas públicas implementadas para enfrentar a emergência alimentar agravada pela COVID-19 não foram eficazes nos bairros alimentares por não terem conseguido garantir o direito à alimentação; nem sido capazes de identificar e apoiar experiências comunitárias visando reduzir a insegurança alimentar e a fome.

Para saber se os bairros alimentares são uma escala adequada para responder às perturbações do sistema alimentar associadas ao aumento dos riscos de insegurança alimentar e de fome, comparamos 2020 (quando a circulação de pessoas e alimentos era restrita) com 2019 (pré-pandemia de COVID-19) e com 2021 (pós-pandemia).

Os resultados mostraram que trabalhar na escala de “bairro alimentar” permite identificar problemas e soluções que muitas vezes são negligenciados quando se consideram outras escalas, como o município, o estado ou o país. Um exemplo é a capacidade das hortas urbanas de trazer resiliência adaptativa ao sistema alimentar local através de micro redes de comercialização de alimentos que beneficiam os vizinhos – muitos dos quais não receberam qualquer ajuda alimentar do Estado durante a pandemia. Outro exemplo é a dificuldade dos mercados alimentares tradicionais se tornarem “ligações alimentares saudáveis” ao contornarem os intermediários e fortalecerem as ligações entre os agricultores com práticas agroecológicas, os comerciantes e os consumidores.

Em suma, os *bairros alimentares* associados a *paisagens alimentares produtivas* através de *ligações alimentares saudáveis* oferecem a possibilidade de melhorar a nossa compreensão dos sistemas alimentares a fim de formular melhores políticas públicas baseadas em experiências e nas organizações comunitárias.

*Alain Santandreu é presidente executivo da Ecosad e pesquisador principal da Rikolto no projeto ‘Centros de alimentação saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito’.*

**Ernesto Ráez** é pesquisador no projeto ‘Centros de alimentação saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito’.

**Oscar Betancourt** é diretor executivo da Funsad e pesquisador no projeto ‘Centros de alimentação saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito’.

## Referências:

1. FAO, IFAD, UNICEF, & WFP and WHO. (2023). Food security and nutrition in the world. Urbanization, agrifood systems across the rural–urban continuum. FAO.  
<https://www.fao.org/3/cc3017en/cc3017en.pdf>
2. Klebl, F., Walthall, B., & Vicente-vicente, J. L. (2022). Planning for sustainable food communities : An optimal spatial allocation study of food hubs considering the -min city concept — The case of LebensMittelPunkte in Berlin. *Frontiers in Sustainable Food Systems*.  
<https://doi.org/10.3389/fsufs.2022.9134>



# O papel das hortas urbanas na paisagem produtiva de Quito

Alain Santandreu

**Dois bairros alimentares de Quito, localizados em La Magdalena e Solanda, foram estudados como parte do projeto Centros de alimentação saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito**

La Magdalena é um dos bairros mais antigos e tradicionais do sul de Quito. Foi fundado em 1577 em terras habitadas por comunidades indígenas e pelos proprietários de terras após a conquista espanhola. Entre as décadas de 1930 e 1950, La Magdalena experimentou um desenvolvimento urbano acelerado, quando grandes lotes de terreno foram desenvolvidos para construir moradias para a classe média de Quito e conjuntos habitacionais com caráter social.

Isto influenciou as suas características atuais, que combinam uma estrutura residencial urbana com um mercado tradicional e algumas áreas comerciais que oferecem uma grande variedade de restaurantes especializados na cozinha tradicional. La Magdalena é um destino gastronômico famoso da cidade de Quito.

O bairro de Solanda foi construído em 1984 como parte do Plano Habitacional Solanda, promovido pelo governo equatoriano e projetado com um modelo habitacional progressista para que os proprietários pudessem expandir suas casas ao longo do tempo. Sua construção teve como objetivo coibir ocupações irregulares e a autoconstrução desordenada na zona sul da cidade. Foi inicialmente planejado para abrigar 20 mil pessoas, mas hoje conta com mais de 100 mil habitantes. Instalada em 100 hectares doados por uma rica família de Quito, Solanda caracterizou-se desde o início por ter uma forte organização social e uma vida comunitária ativa <sup>1</sup>. Esta história singular, aliada ao mercado municipal e à proximidade do Mercado Atacadista de Quito, faz de Solanda um “bairro alimentar” com características únicas.

## Os mercados municipais

Desde os tempos coloniais, os mercados têm sido centralidades alimentares na cidade <sup>2</sup>. Atualmente canalizam pelo menos 29,6% das compras feitas em Quito <sup>3</sup>. O Mercado Municipal La Magdalena, inaugurado em 1978, é uma centralidade importante do bairro; enquanto que o Mercado Municipal de Solanda, construído poucos anos após a fundação do bairro, rapidamente se tornou uma referência no abastecimento de alimentos, assim como o Mercado Atacadista de Quito, a dois quilômetros de distância.

## Os bairros alimentares estudados

Os bairros selecionados em Solanda e La Magdalena foram definidos em torno dos mercados municipais e incluem algumas hortas urbanas, bem como uma loja de produtos orgânicos próxima ao centro gastronômico de Solanda. No bairro estudado em Solanda, 11.529 pessoas vivem em 2.460 domicílios, enquanto que no pesquisado em La Magdalena, 3.998 pessoas vivem em 871 domicílios.

Uma pesquisa com 300 consumidores de ambos os bairros revelou que em 2019 os mercados municipais eram o principal local de compra de alimentos (33,0% das preferências), seguidos dos supermercados (25,3%) e do mercado atacadista (23,3%).

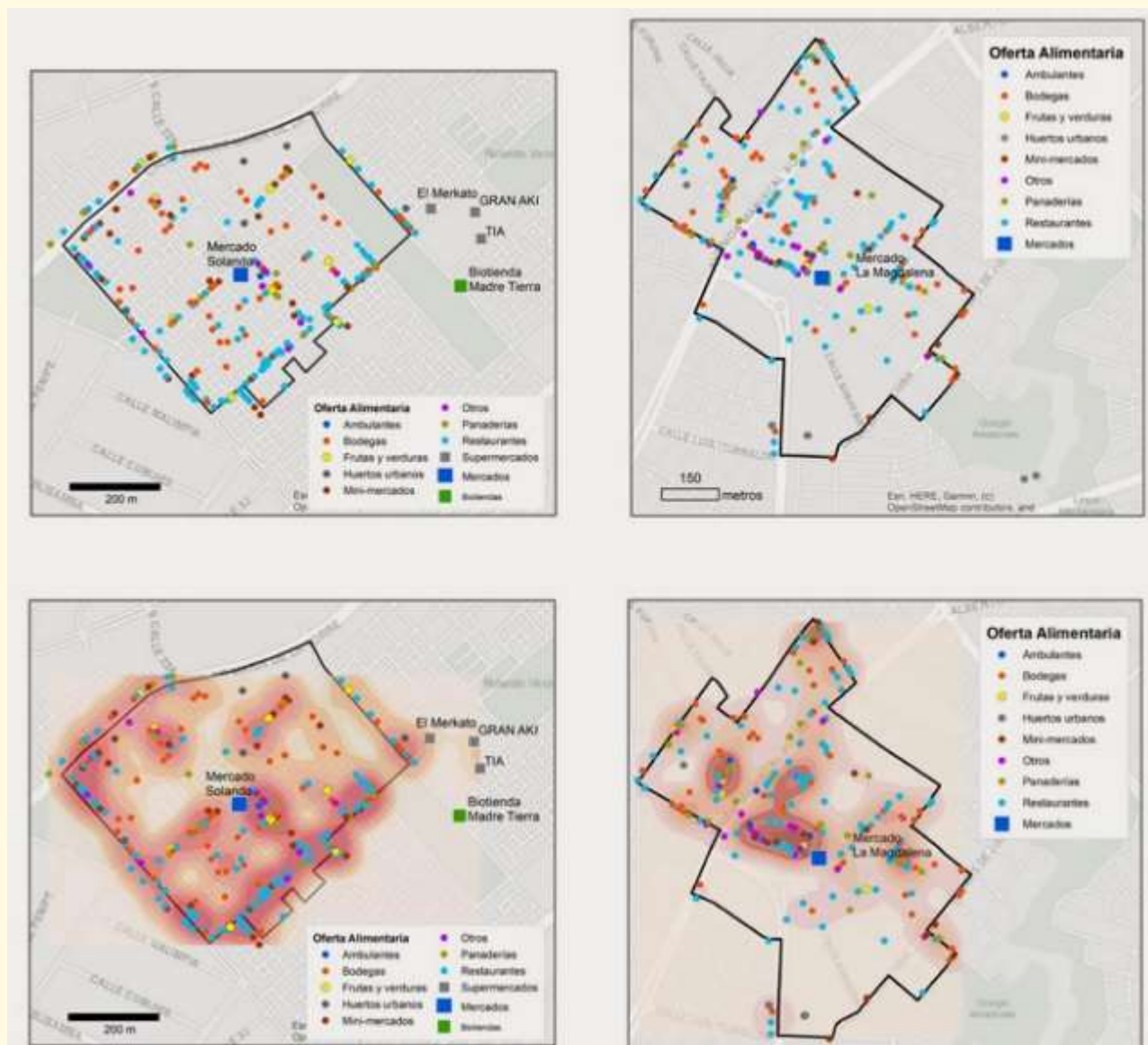


*Os mercados tradicionais têm sido centralidades alimentares dos bairros que os consumidores acessam desde antes (em 2019), durante (em 2020) e depois do COVID-19 (em 2021) ©Maria Cristina Cruz*



As mercearias representaram apenas 13,9% de todas as compras e as quitandas de frutas e hortaliças, 2,3%. Em 2020, com a pandemia de COVID-19 e o fechamento temporário de muitos mercados, as mercearias realizaram a maior parte das vendas (35,8%), seguidas dos mercados municipais e supermercados (17,5%). As vendas nos mercados atacadistas, de difícil acesso para quem não tem transporte próprio, caíram (12,2%).

Naquele ano, as quitandas responderam por 1,5% das vendas, enquanto os vendedores ambulantes responderam por 5,3%. Finalmente, em 2021, com o fim das restrições à mobilidade, o mercado atacadista recuperou a sua posição (31,9%), tal como os supermercados (25,4%) e os mercados municipais (21,8%). As mercearias (10%) e as quitandas (7,1%) também regressaram aos níveis de vendas pré-pandemia.



A presença de lanchonetes de fast-food evidencia a existência de pântanos alimentares em determinados bairros.

© Cláudio Ortega

Em média, nos três anos analisados, 70% das pessoas referiram que a forma de acesso mais utilizada para chegar ao principal local de abastecimento alimentar era “ir a pé”. Isto reforça a importância da “caminhabilidade” como uma característica dos bairros alimentares.

O mapeamento da oferta alimentar em ambos os bairros mostrou maior concentração de *fast-food* e alimentos de baixa qualidade (pântanos alimentares) na Rua J (José María Alemán), principal espaço comercial de Solanda, e nas proximidades do Mercado Municipal em La Magdalena.

Como parte da paisagem produtiva associada a ambos os bairros alimentares, foram identificadas 29 hortas urbanas e 25 produtores com explorações agrícolas em Ambato.

A maioria das hortas urbanas é formada por hortas de subsistência, embora comercializem os seus excedentes no próprio bairro. Muitos produtores realizam práticas agroecológicas e comercializam seus alimentos diretamente na “biojoja” e na “biofeira Madre Tierra”, ambas localizadas perto do bairro Solanda. Também foram identificados quarenta e quatro comerciantes que vendem alimentos frescos nos dois mercados municipais.

Nos bairros alimentares estudados, 37% das hortas urbanas estão em funcionamento há mais de 10 anos e 30% foram criadas nos últimos três anos como resultado direto da pandemia de COVID-19.

Em sua maioria, elas são pequenas, com área inferior a 50 m<sup>2</sup> (27,2%), seguidas por outras com menos de 800 m<sup>2</sup> (25,4%). Consequentemente, a principal finalidade é o consumo próprio e a eventual comercialização de excedentes (93%). As hortas urbanas produzem principalmente hortaliças (82,0%) e frutas (14,1%) e são administradas individualmente (33,9%), por famílias (12,4%) e por comunidades (4,1%).

### Hortas urbanas como paisagens alimentares produtivas

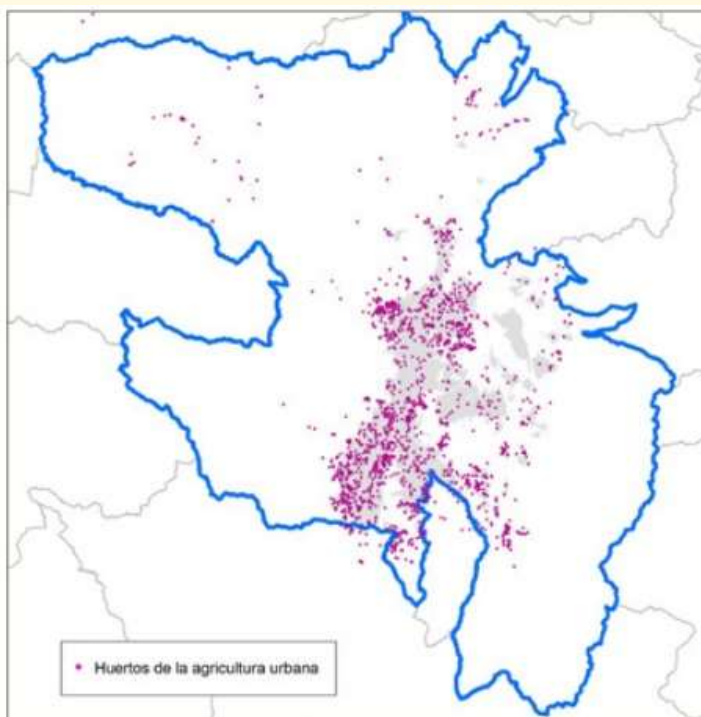
O projeto de agricultura urbana participativa AGRUPAR nasceu há 20 anos. Nos primeiros meses de 2023, estavam em funcionamento cerca de 2.200 pomares urbanos, que proporcionaram à cidade 65 hectares de infraestrutura alimentar verde. Oito em cada 10 pessoas que praticam a agricultura urbana são mulheres (84%) que cultivam produtos em hortas familiares (66%) destinadas ao consumo próprio e das suas famílias (57%), em comparação com 6% das hortas comunitárias urbanas.

Anualmente, as hortas urbanas da AGRUPAR têm capacidade de gerar 1.950.000 quilos de alimentos por meio de práticas agroecológicas <sup>4</sup>.

Durante a pandemia da COVID-19, quando o município fechou as biofeiras por mais de um ano, muitos agricultores urbanos começaram a vender os seus produtos em suas próprias hortas. Um estudo publicado recentemente mostra que durante 2020 as vendas nos locais do cultivo aumentaram 81%, enquanto as vendas nas biofeiras diminuíram 14,4% <sup>5</sup>.

Em 2019 a AGRUPAR organizou 887 biofeiras, enquanto em 2022 foram organizadas apenas 668 – apesar de, no mesmo período, ter aumentado o número de hortas urbanas ativas.

Com a pandemia da COVID-19, as hortas urbanas foram reconfiguradas, trazendo resiliência adaptativa ao bairro. Os produtores rapidamente adotaram tecnologias de informação e comunicação, como grupos de WhatsApp, que permitiram coletar excedentes de produção e promover vendas nas hortas (CONQUITO, 2022).



Esta constatação leva-nos a sugerir que as hortas urbanas, apesar de terem uma pequena superfície e uma clara orientação para o autoconsumo, também têm capacidade para gerar micro-redes de ajuda alimentar com potencial de fornecer alimentos saudáveis aos seus vizinhos quando o sistema alimentar normal é interrompido, como aconteceu com a pandemia de COVID-19.

Isso relativiza o papel que as biofeiras e biojojas de Quito desempenham como principais espaços de comercialização de alimentos produzidos com práticas agroecológicas – como mostra um estudo recente que constatou que as biofeiras não conseguiram se recuperar após terem sido fechadas por um ano durante a pandemia de COVID-19 <sup>6</sup>.

*As hortas urbanas de Quito proporcionaram resiliência alimentar durante a COVID-19 e são centralidades alimentares em seus bairros. ©Maria Cristina Cruz*

Uma amostragem realizada em uma biofeira organizada pela AGRUPAR, localizada próxima aos bairros alimentares estudados, mostrou que sua produção era livre de agrotóxicos. Isto nos leva a considerar que as hortas urbanas são ao mesmo tempo uma parte importante da paisagem produtiva e um bom exemplo de vínculo alimentar saudável, porque têm a capacidade de oferecer alimentos saudáveis aos consumidores do bairro, mesmo que os volumes vendidos sejam baixos devido a sua pequena escala.

Finalmente, embora os mercados sejam centros alimentares, não parecem ter capacidade para fornecer alimentos saudáveis por meio de ligações alimentares desenvolvidas com os produtores orgânicos das vizinhanças, embora os vendedores desejem chegar lá no futuro.

*Alain Santandreu é presidente executivo da Ecosad e pesquisador principal da Rikolto no projeto 'Centros de alimentação saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito'.*

*Este artigo baseia-se nos relatórios de Sebastián Betancourt, Juan Cadillo, Fabián Sevilla, Alexandra Rodríguez e María Cristina Cruz.*

## Referências

1. Ramón, P. (2017). Solanda, el caleidoscopio de la experiencia urbano-barrial [FLACSO Ecuador]. <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/13627>
2. Hollenstein, P. (2019). ¿Están en riesgo los mercados y ferias municipales? Aprovechamiento de alimentos, economías populares y la organización del espacio público urbano de Quito. Fundación Friedrich Ebert Ecuador.
3. Quito cómo vamos. (2020). Informe de calidad de vida 2020. [https://quitocomovamos.org/wp-content/uploads/2020/12/INFORME-DE-CALIDAD-DE-VIDA-QUITO-COMO-VAMOS\\_compressed-3.pdf](https://quitocomovamos.org/wp-content/uploads/2020/12/INFORME-DE-CALIDAD-DE-VIDA-QUITO-COMO-VAMOS_compressed-3.pdf)
4. CONQUITO. (2022). 20 Años de Agrupar. CONQUITO.
5. Granada, D. (2021). Evaluación del impacto de la COVID-19 en la sostenibilidad y la calidad de la producción de los alimentos provenientes de la agricultura urbana en la ciudad de Quito, Ecuador. Universidad para la Cooperación Internacional.
6. Hollenstein, P., Villavicencio, N., Ramos, S., & Arico, D. (2023). Estudio de exploración de la oferta de alimentos saludables en Quito.

# Biofeiras e alimentos agroecológicos em mercados tradicionais de alimentos em Lima, Peru

*Alain Santandreu*

**Os dois “bairros alimentares” de Lima, localizados nos distritos de Carabayllo (no norte da cidade) e Pachacamac (no sul), foram estudados como parte do projeto “Centros alimentares saudáveis: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito”.**

O primeiro bairro alimentar focado pelo projeto está localizado em Carabayllo, um dos distritos mais antigos ao norte de Lima, fundado pelos espanhóis em 1571. Carabayllo, situado no vale produtivo do rio Chillón, sempre esteve ligado à produção agrícola. Com a reforma agrária de 1969, foram criadas inúmeras cooperativas agrárias e organizações sociais de agricultores. Ao longo das décadas, os produtores vêm lutando contra a perda de suas terras para a ocupação por grileiros e a especulação imobiliária.

O segundo bairro alimentar está localizado em Pachacamac, um dos distritos mais antigos ao sul da cidade. Por centenas de anos antes da conquista espanhola, Pachacamac foi o principal santuário e centro de peregrinação da costa central. A cidade de Pachacamac, situada no vale do rio Lurín, foi fundada em 1812 e sempre manteve uma forte vocação produtiva. Em Pachacamac os proprietários dividiram e venderam suas terras antes da reforma agrária de 1969, razão pela qual o sistema produtivo do vale adquiriu características diferentes dos outros vales de Lima, onde as terras foram distribuídas entre os camponeses. Hoje existem várias organizações produtivas, sociais, ambientais e culturais na região que se opõem à urbanização do vale e defendem a sua vocação agrícola.

## Os mercados tradicionais de alimentos

Em Lima existem 1.112 mercados tradicionais fornecedores de alimentos, em sua maioria privados (associações e cooperativas), que constituem importantes centralidades alimentares locais para os 43 distritos que compõem a região metropolitana da capital peruana. Representam 43% do total de mercados fornecedores do país e abastecem entre 80% e 89% das hortaliças e entre 76% e 87% das frutas consumidas na cidade <sup>1</sup>.

## Os bairros alimentares estudados

O bairro alimentar no distrito de Carabayllo foi delimitado em torno dos mercados privados de abastecimento de Qatuna, Modelo, Tungasuca e Nueva Imagen e da biofeira que é organizada semanalmente no Parque Tungasuca. O bairro alimentar inclui os conjuntos habitacionais Tungasuca Etapa I e Etapa II, construídos em terrenos agrícolas a partir da década de 1970, e parte do conjunto habitacional Villa Córpac, construído dez anos depois em terrenos públicos doados pelo Estado a um grupo de trabalhadores. Cerca de 8.500 pessoas (em 2.249 domicílios) vivem neste bairro alimentar.

O bairro alimentar do distrito de Pachacamac foi delimitado em torno do mercado privado de abastecimento de Ocoña e do mercado municipal, abrangendo quase todo o Cercado de Pachacamac. Esse bairro alimentar tem 2.657 moradores, em 705 domicílios.

A pesquisa realizada com 355 consumidores dos dois bairros alimentares mostrou que, em 2019, os mercados tradicionais eram o principal local de compra de alimentos frescos (85,9%), seguidas pelas redes de supermercados (6,7%) e pelos vendedores informais. Estes últimos eram particularmente populares no bairro de Carabayllo devido à existência de um mercado informal instalado a poucos quarteirões da biofeira de Tungasuca.

Em 2020, com a pandemia de COVID-19, a cota dos mercados tradicionais diminuiu ligeiramente (78,5%), enquanto que as vendas dos supermercados e mercearias se mantiveram (6,7% e 6,4%, respectivamente). Em 2021, os mercados recuperaram a sua posição (85,6%), tal como os supermercados (7,4%) e os vendedores informais, fortemente afetados pelas restrições durante a pandemia.



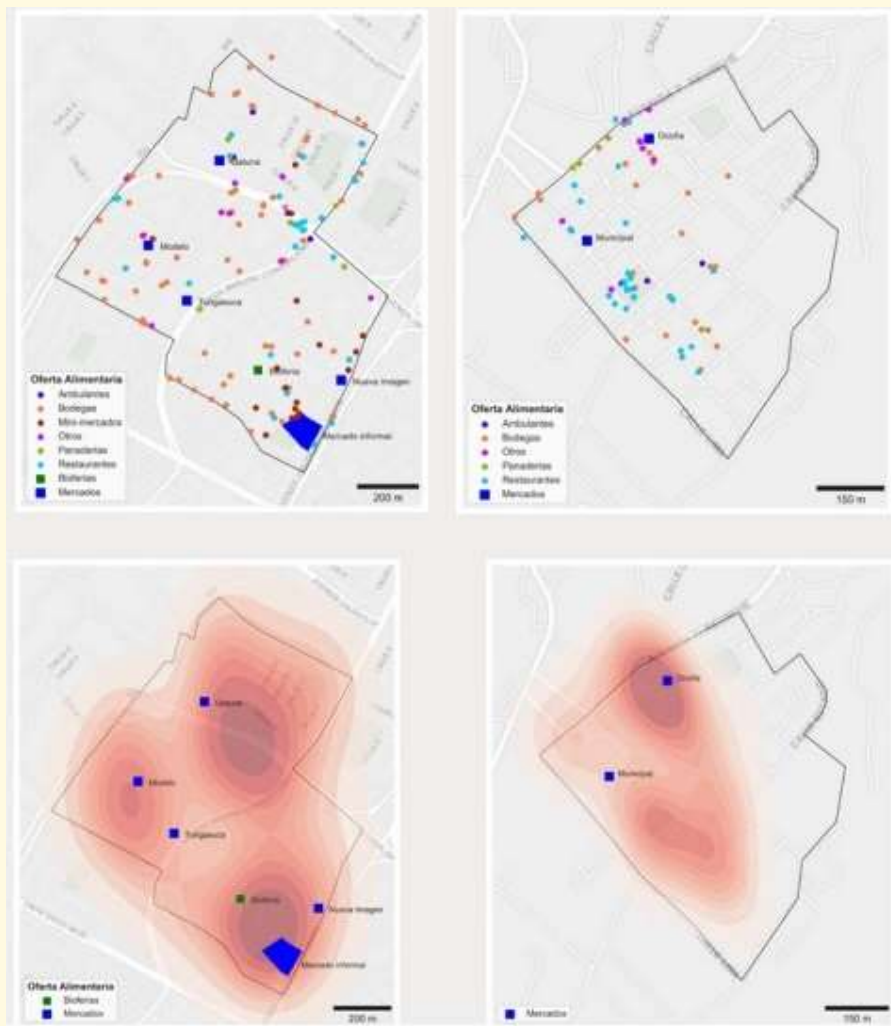
Em ambos os bairros alimentares, entre 72,6% e 74,8% dos consumidores indicaram que caminham até ao local principal onde compram os seus alimentos. Os preços baixos e a proximidade foram os principais motivos para escolher onde fazer as compras – exceto em 2020, quando o risco de contágio foi um motivo importante para selecionar o principal local onde comprar os alimentos.

A análise da oferta nos dois bairros mostra algumas concentrações de locais de venda de *fast-food* e alimentos não saudáveis, configurando “pântanos alimentares”.

Como parte da paisagem alimentar produtiva associada a ambos os bairros alimentares, foram identificados 90 produtores periurbanos e rurais que utilizam práticas agroecológicas e boas práticas agrícolas em parcelas localizadas nos vales dos rios Lurín e Chillón, e que comercializam os seus produtos na biofeira do Parque Tungasuca, e em noutra biofeira no conjunto habitacional de Casablanca, próximo ao bairro Pachacamac.

Também foram pesquisados 46 comerciantes que vendem alimentos frescos nos mercados Tungasuca, Modelo e Nueva Imagen, no bairro de Carabayllo, e no mercado Ocoña, no bairro alimentar de Pachacamac.

*A presença de ofertas de fast food evidencia a existência de pântanos alimentares em determinados bairros. ©Maria Cristina Cruz*



## A biofeira e a venda de alimentos saudáveis no mercado tradicional proporcionam resiliência

A biofeira e uma barraca de alimentos agroecológicos no mercado de alimentos trazem resiliência ao bairro alimentar de Carabayllo. As biofeiras são o principal local de comercialização de alimentos produzidos com práticas agroecológicas. A instalação da primeira biofeira em Miraflores, em 1999, seguida da biofeira de Surco e do Mercado Saludable La Molina, abriu caminho para a comercialização de alimentos produzidos com práticas agroecológicas <sup>2</sup>.

Porém, a maior parte das biofeiras (bem como as experiências de abastecimento certificadas ou associadas a grupos de produtores agroecológicos) está localizada nos bairros centrais de Lima, beneficiando aqueles que podem pagar um preço diferenciado em troca de receber alimentos saudáveis <sup>3</sup>.

No bairro alimentar de Carabayllo foram identificados dois estabelecimentos dedicados à alimentação saudável. Um deles é a biofeira do Parque Tungasuca, que funciona todos os sábados e é administrada por um grupo de produtores instalados no vale do rio Chillón. A outra é um estande permanente no mercado Qatuna abastecido pelo mesmo grupo de produtores. Neste sentido, o bairro de Carabayllo é único em Lima.

A maioria dos produtores com explorações agrícolas no vale do rio Chillón produz para comercialização (67%) e especializa-se na produção de hortaliças (66%) e frutas (29%). A maior parte vende diretamente a partir do local da produção, com acordos diretos entre cada produtor individual e os intermediários que vendem no mercado atacadista de onde então os alimentos são distribuídos para toda a cidade, inclusive para os bairros alimentares.

Esta forma de comercialização acarreta enormes custos sociais, econômicos e ambientais porque os alimentos cultivados no vale percorrem cerca de 40 km até ao mercado atacadista Lima-EMMSA (o que demora mais de 1,5 horas), apenas para regressarem aos mercados tradicionais varejistas de alimentos, onde são comercializados.

Cinco agricultores praticantes da agroecologia urbana optaram por abastecer a biofeira semanal do Parque Tungasuca, inaugurada em 2021 em decorrência da Portaria Municipal nº 459-MDC, que promove a instalação de biofeiras nos bairros. Essa biofeira é abastecida por 12 produtores vinculados à Associação de Produtores Agroecológicos do Vale do Rio Chillón-APEVCH.

Por sua vez, foi inaugurada em 2019 a barraca de alimentos agroecológicos do mercado Qatuna – um mercado privado com mais de 470 barracas localizado no bairro.

Esta é a única experiência conhecida em Lima em que um grupo de agricultores que utilizam práticas agroecológicas formou uma associação de produtores para administrar dois espaços de comercialização localizados em áreas não centrais da cidade e praticando preços semelhantes aos dos mercados tradicionais locais. A experiência mostra que biofeiras e barracas com produtos agroecológicos localizadas em mercados convencionais podem ser uma opção lucrativa para produtores que promovem as ligações alimentares saudáveis em bairros localizados fora das áreas centrais da cidade.

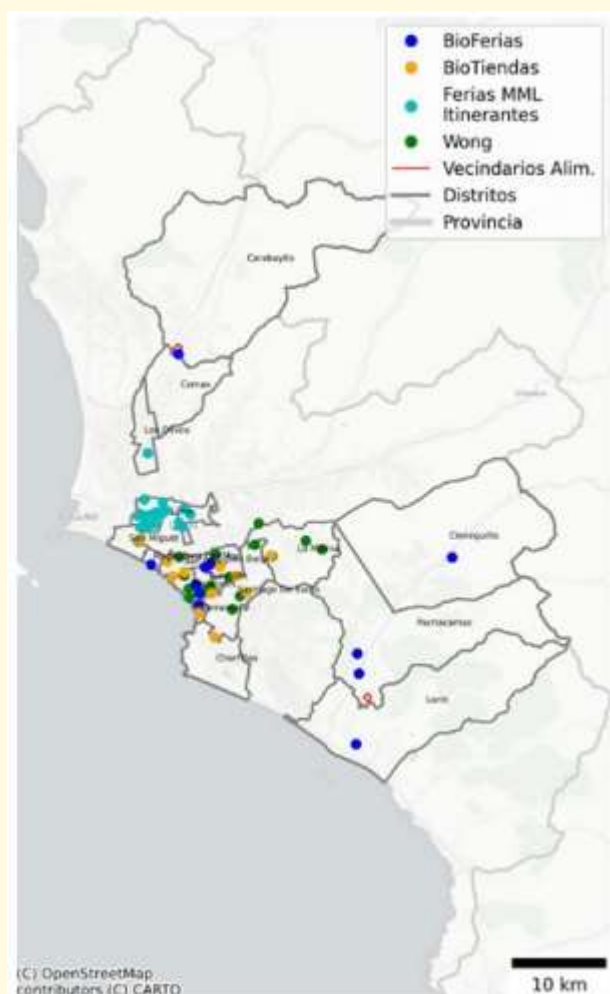
**Alain Santandreu** é presidente executivo da Ecosad e pesquisador principal da Rikolto no projeto ‘Centros de alimentação saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito’.

Este artigo baseia-se em relatos de Lucía Sato, Juan Cadillo, Saray Siura e Claudio Ortega.

## Referências

1. Cadillo-Benalcazar, J. J. (2022). Análisis Integrado Multi-Escala del Sistema Alimentario de los Valles del río Chillón (distritos de Santa Rosa de Quives y Carabayllo) y del río Lurín (distritos de Pachacamac y Cieneguilla) (Proyecto MAP: “Procesos Inclusivos Multiactor En Perú y Bolivia y Su Transformación Hacia Sistemas Alimentarios Sostenibles y Resilientes” - RAE PERÚ, Consorcio Agroecológico Peruano, Welt Hunger Hilfe, German Cooperation - Deutsche Zusammenarbeit).
2. Wu, S. (2021). BioFerias y Mercados Saludables. Estrategias en incidencia política para promover alimentación sana y consumo responsable bajo principios de una economía solidaria. Red Peruana de Comercio Justo y Consumo Ético.
3. Ráez, E. (2022). Principales iniciativas de red corta y oferta de alimentos saludables en la ciudad de Lima.

*Distribuição de biofeiras, biojotas e espaços em supermercados oferecendo produtos com certificação de orgânicos ou associados a grupos de produtores agroecológicos em Lima*  
© Cláudio Ortega



# Desenvolvimento de uma ferramenta de monitoramento para a Estratégia do Sistema Alimentar de Nairóbi

Samuel Ikuu

René van Veenhuize

**O Instituto Mazingira, com apoio de consultores da RUAF, liderou o desenvolvimento de um projeto de ferramenta de monitoramento para a Estratégia do Sistema Alimentar de Nairóbi, com contribuições do Setor Alimentar e Agrícola de Nairóbi (NFS), ligado ao governo do município (NCC).**

A ferramenta, desenvolvida no âmbito do programa *One CGIAR Resilient Cities* (ver destaque abaixo), é uma adaptação do marco de monitoramento do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, adaptado para a situação local em Nairóbi conforme os indicadores do sistema alimentar urbano-regional (City Region Food System - CRFS) (ver a contracapa).

Apoiado pelo projeto NADHALI da FAO, Nairóbi começou a desenvolver uma Estratégia do Sistema Alimentar em 2017. Em 2022, foi publicada a Estratégia Quinquenal do Sistema Alimentar de Nairóbi (Nairobi Food System - NFS) após uma longa consulta pública em 2021, com um resumo da situação atual incluindo alguns dados de base, a análise das lacunas relacionadas com os problemas classificados por ordem de prioridade, uma narrativa explicativa e as intervenções previstas.



© Mazingira Institute

O setor do governo de Nairóbi responsável pela alimentação e agricultura no município irá coordenar e monitorar a implementação da estratégia. A Seção 8.0 da NFS apresenta uma breve descrição do objetivo e desenvolvimento de um projeto de ferramenta de monitoramento para ser usada conforme a abordagem da Estratégia do Sistema Alimentar de Nairóbi.

Até o momento ainda não existe um plano de monitoramento e avaliação, mas a estratégia deixa claro o compromisso de desenvolver e implementar um plano no devido tempo: 'O monitoramento será contínuo e será relatado trimestralmente, enquanto a avaliação será feita semestralmente'.

## Criando com base em experiências anteriores com indicadores

O desenvolvimento de um projeto de ferramenta de monitoramento baseado no marco do MUFPP faz sentido, uma vez que Nairóbi está entre as cidades com maior experiência no trabalho com indicadores.

Nairóbi começou a implementar o marco de indicadores do MUFPP em 2019, num projeto coordenado pelo Centro Laurier para Sistemas Alimentares Sustentáveis, um parceiro da RUAF, executado por dois associados da RUAF, Joy Carey e Brian Cook, em colaboração com o Instituto Mazingira, que juntos forneceram o apoio técnico e estratégico às cidades-pilotos.

Este projeto foi financiado pela FAO – com pesquisas de dados e publicações (um manual *online* e um conjunto de recursos) – e contou também com o apoio do Programa de Pesquisa CGIAR sobre Água, Terra e Ecossistemas.

No âmbito do projeto-piloto de implementação do marco de monitoramento do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão (Milan Urban Food Policy Pact – MUFPP) em Nairóbi, o projeto-piloto de 2019 trabalhou com 12 indicadores selecionados do MUFPP e forneceu mais fundamentos e referências para o monitoramento em Nairóbi realizado através do programa Cidades Resilientes. O MUFPP, lançado em 2015, é um acordo não vinculativo sobre políticas alimentares urbanas sustentáveis “desenhadas pelas cidades para as cidades”.



O Marco de Ação do MUFPP estabelece várias formas práticas pelas quais as cidades podem contribuir para a transformação dos sistemas alimentares urbanos e o aumento da sustentabilidade, articuladas num conjunto de 37 ações recomendadas associadas a 44 indicadores e organizadas em torno de seis categorias de mudanças do sistema alimentar.

### Ponto de partida para um futuro plano completo de monitoramento do NFS

O projeto de ferramenta de monitoramento para o NFS recebeu contribuições de revisão do Comitê Diretor do Sistema Alimentar. Como uma adaptação local do marco de monitoramento do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, ela foi adaptada para a situação de Nairóbi com referência aos indicadores do CRFS.

A intenção é ajudar a orientar os futuros planos de monitoramento com foco nos problemas identificados como prioritários na NFS. Estas áreas prioritárias iniciais poderiam ser vistas como pontos de partida para um futuro plano mais completo de monitoramento do Sistema Alimentar de Nairóbi.

Um *workshop* de validação será organizado pelo Instituto Mazingira, em colaboração com o setor de Alimentação e Agricultura do NCC. Ele também servirá como plataforma de orientação e formação para apresentar a ferramenta de monitoramento aos extensionistas agrícolas, a quem caberá, na prática, coletar os dados no terreno.

### Criação de estruturas de governança alimentar

O NFS reforça a governança dos sistemas alimentares em Nairóbi por meio de várias estruturas:

- O Grupo Consultivo de Ligações Alimentares (Food Liaison Advisory Group – FLAG) foi formado no âmbito do projeto NADHALI e institucionalizado através do NFS, sendo composto por membros de todos os vários componentes do sistema alimentar, setor público, instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e parceiros dedicados ao desenvolvimento, e capaz de representar as vozes dos diversos atores do sistema alimentar da cidade.
- O Comitê Misto do Sistema Alimentar da Cidade de Nairóbi (Joint Committee on Nairobi City Food System) foi institucionalizado pela Lei de Relações Intergovernamentais, sendo composto por membros do poder executivo do município de Nairóbi responsáveis pelos setores de Alimentação e Agricultura, e também de outros governos dos municípios vizinhos que fornecem alimentos para a capital queniana.
- O Comitê Diretor para a Estratégia do Sistema Alimentar (Steering Committee for the Food System Strategy) é composto por diretores de todos os setores do NCC responsáveis pela implementação dos vários aspectos da Estratégia. O Secretariado deste Comitê Diretivo será assegurado pela Direção do Sistema Alimentar da Cidade de Nairóbi (localizada no setor do NCC responsável pela Alimentação e Agricultura). Reúne-se trimestralmente para coordenar a implementação dos planos de trabalho.



O NCC estabeleceu recentemente um novo setor “Nairóbi Verde”, que reúne três setores anteriormente abordados separadamente: “Água”, “Ambiente” e “Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais”. Agora todos os três são integrados como subsectores do Nairóbi Verde.

**Samuel Ikua** works for Mazingira Institute. He is the BBC Food and Farming Awards Global Youth Food Champion 2022.

**René van Veenhuizen** is Senior Programme Manager with Hivos, a member of the RUAF Global Partnership.



## “Toolkit for People”, viabilizando a mudança através de soluções multidimensionais

Bianca Minotti  
 Francesca La Rocca  
 Andrea Calori

A EStà – Economia e Sostenibilità desenvolveu o Toolkit for People (Caixa de Ferramentas para as Pessoas), uma “tecnologia-cidadã” para coleta participativa de dados, construção de cenários e facilitação de decisões. Este artigo explica como funciona o kit de ferramentas e a sua aplicação-piloto para compreender as narrativas sobre a gestão de resíduos na aldeia de Elinkine, no Senegal, e informar políticas localmente apropriadas.

### Ferramentas interligadas para uma tecnologia-cidadã

Nas narrativas climáticas globais, surgiram e criaram raízes certas ideias, declarações e pressupostos – como, por exemplo, que a descarbonização dos sistemas produtivos trará uma taxa mais elevada de emprego em vários setores diferentes; ou que as cadeias curtas de abastecimento alimentar proporcionam receitas mais elevadas aos produtores e menos impactos climáticos do que as cadeias mais longas.

Tais declarações são repetidas com tanta frequência que se tornaram “sabedoria popular”, embora não sejam apoiadas por dados sólidos a nível local. Onde existem, os dados muitas vezes não podem ser comparados pelas diferenças entre os vários contextos. Alguns dados provavelmente nunca serão recolhidos porque estão ligados a atividades informais ou porque não há capacidade, orçamento ou vontade para a sua coleta sistemática.

Porém, se continuarmos aderidos a estes pressupostos e desenvolvendo iniciativas sem dados sólidos por trás deles, não seremos capazes de compreender todos os determinantes locais da questão e, portanto, seremos incapazes de responder adequadamente às necessidades locais. Nenhuma solução local pode ser eficaz se for desenvolvida apenas seguindo narrativas globais.

Como, então, podemos preencher a lacuna entre a narrativa climática global e as condições reais nas áreas locais? Como recolher dados num território muitas vezes em contextos informais? Como fazer análise cruzada de tópicos que usam diferentes unidades de medida e parâmetros?



© ACRA Senegal

A EStà – Economia e Sostenibilità contribuiu para preencher esta lacuna ao conceber e testar o *Toolkit for People*, uma “tecnologia-cidadã” composta por três ferramentas e atividades:

- um exercício de mapeamento participativo dos recursos existente na área;
- calculadora de impactos socioambientais e econômicos conhecidos, que permite a construção de cenários dos possíveis benefícios de intervenções públicas e privadas;
- facilitação baseada em evidências entre autoridades locais e outras partes interessadas no sistema alimentar.

Este kit de ferramentas reúne inúmeras experiências de apoio a políticas públicas em questões de sustentabilidade e econômicas, e foi aplicado num projeto em Elinkine, Senegal, em parceria com a Fondazione ACRA.

Nesta primeira aplicação-piloto, o kit de ferramentas foi utilizado para recolher informações sobre a gestão do desperdício alimentar usando o mapeamento participativo num contexto onde faltam dados e documentação oficial.

No entanto, este conjunto de ferramentas pode ter muitas outras aplicações em diferentes áreas de pesquisa e em diferentes contextos, visando produzir um cenário quantitativo dos efeitos económicos, de emprego e ambientais de uma intervenção pública ou privada.

### Primeira aplicação: Elinkine, Senegal

O projeto-piloto do *Kit de Ferramentas para as Pessoas* foi realizado na aldeia rural de Elinkine, no sul do Senegal, onde foi utilizado para analisar o sistema local de gestão de resíduos alimentares e promover o aumento da recuperação dos nutrientes existentes nesses resíduos e a reciclagem de outros materiais.

Foram incluídos todos os aspectos do desperdício alimentar – não apenas os resíduos alimentares orgânicos em si, mas também as embalagens alimentares (papel, plástico, alumínio).

O objetivo era fornecer às instituições locais uma visão geral dos elementos que impactam a economia circular localmente, de modo a fornecer cenários para informar políticas baseadas nas necessidades locais.

Em Elinkine, a narrativa da economia circular local deu muito peso às questões económicas e de emprego. Assim, as soluções propostas pelo kit de ferramentas também visaram atribuir valor económico e de geração de emprego a algumas práticas da economia circular informal pré-existentes.



© ACRA Senegal

A ESTà conceituou e projetou o kit de ferramentas, facilitou as interações com as autoridades locais e analisou os dados. A Fondazione ACRA (que opera no Senegal há muitos anos) garantiu a participação do público na experiência através da escola secundária local, que recolheu dados para análise e construção de cenários, bem como das autoridades locais e importantes agentes e lideranças da comunidade.

A Fondazione ACRA também apoiou a análise do contexto e a formulação das perguntas incluídas na pesquisa.

O projeto produziu quatro resultados principais.

1. Professores e alunos da escola principal da aldeia foram formados e sensibilizados em questões relacionadas com a economia circular e sobre as implicações dos comportamentos individuais e diários de desperdício alimentar e seus efeitos socioambientais.
2. Dados quantitativos e qualitativos bastante detalhados sobre a gestão de resíduos na aldeia foram coletados de forma participativa pelos alunos. O mapeamento participativo foi implementado por meio de um aplicativo de coleta de dados de código aberto, com interface fácil para smartphone e tablet, projetado para funcionar também *offline* e de baixo custo.

3. Os cenários de impacto ambiental e socioeconômico da gestão de resíduos na aldeia foram elaborados pela ESTà com base nos dados recolhidos. A combinação de coleta participativa de dados com os algoritmos de cálculo permitiu uma projeção quantitativa clara e compreensível do potencial econômico da melhoria na gestão de resíduos, e forneceu diferentes cenários detalhados da potencial redução de CO<sub>2</sub>.
4. As evidências verificadas e as oportunidades surgidas foram transmitidas às autoridades e instituições locais em encontros facilitados pela ESTà e pela ACRA, que providenciou a tradução para a língua local. Para apoiar as discussões públicas, o kit de ferramentas forneceu dados quantitativos e mapas geográficos que permitiram que as informações fossem visualizadas e melhor compreendidas.

Os pontos fortes identificados na primeira aplicação desta tecnologia-cidadã foram:

- a **boa adaptação** das ferramentas ao contexto informal, neste caso estimulada pela falta de dados formais pré-existentes;
- a **modularidade** das ferramentas incluídas no kit (mapeador, calculadora-cenário, facilitador) permitindo que cada uma seja adaptada especificamente às necessidades locais;
- a **sinergia e a complementaridade** da parceria entre uma instituição de pesquisa e uma ONG com longa experiência e presença no contexto local.

## E agora?

A aplicação-piloto das ferramentas do kit em Elinkine proporcionou uma série de lições úteis. Em particular, confirmou a premissa de que o conjunto de ferramentas poderia ser aplicado noutros campos de pesquisa e em muitos outros contextos para além dos ambientes informais e rurais.

Baseando-se em dados recolhidos de forma participativa, o kit de ferramentas permite aos utilizadores formar uma imagem da situação existente. Através da análise cruzada de parâmetros ambientais e econômicos, podem-se formular vários cenários de mudança em conjunto com as partes interessadas locais.



© ESTà

Entre as lições aprendidas no teste-piloto, alguns elementos parecem ser cruciais:

**Análise cruzada de parâmetros:** A seleção de parâmetros e a capacidade de ler as interações e interseções entre eles é uma parte fundamental do kit de ferramentas. No caso da gestão de resíduos em Elinkine, os dados ambientais e de emprego foram analisados cruzadamente para responder à pergunta: até que ponto as práticas ambientais aumentam ou diminuem as taxas de emprego relacionadas com elas?

**Começar pelas práticas locais:** O resultado do mapeamento participativo depende dos dados que os utilizadores do kit decidem recolher. Estas decisões baseiam-se na análise do contexto local, atribuindo-se elevado valor às práticas locais. No caso de Elinkine, por exemplo, aprender sobre as práticas tradicionais de gestão de resíduos ajudou os utilizadores das ferramentas a compreender quais cadeias de geração de resíduos deveriam investigar e como.

**Combinar dados qualitativos e quantitativos:** Uma tecnologia-cidadã como este conjunto de ferramentas precisa levar em conta dados qualitativos e quantitativos, que podem ser utilizados para fundamentar uns aos outros e acrescentar mais detalhes às conclusões. A análise do contexto, por exemplo, fornece informações qualitativas que podem ser investigadas através do mapeamento participativo para obter dados quantitativos e vice-versa.

**Valorizar as parcerias locais:** O contexto de aplicação é tão fundamental que sem uma parceria *in loco* é muito difícil obter resultados eficazes. A parceria entre pesquisadores e organizações locais permite uma melhor compreensão dos aspectos culturais e tradicionais, o ajuste fino das questões de pesquisa e a eficiência na facilitação.

Os parceiros locais podem ajudar os parceiros e organizações internacionais a compreenderem a dinâmica do poder, as autoridades e instituições locais – atores que são fundamentais na fase final da facilitação e entrega à população.

Finalmente, como a aplicação do kit de ferramentas pode ter continuidade? Algumas das possibilidades são:

- ampliar o uso do kit de ferramentas para aumentar o número de beneficiários e a divulgação das soluções no contexto-alvo;
- replicar o kit de ferramentas em outro contexto com características semelhantes; e
- aprimorar o conjunto de ferramentas envolvendo outros atores em seu desenvolvimento e implementação.

No caso de Elinkine, considerados os resultados positivos, o projeto continuará disponibilizando o kit de ferramentas a toda a cadeia de abastecimento da economia circular. O kit será usado para envolver empresas ligadas à reciclagem de plástico, alumínio e resíduos orgânicos.

A área geográfica da aplicação será maior, a partir de Elinkine, passando pelo município de Mlomp, até às cadeias de abastecimento de Ziguinchor. Por último, o projeto terá o apoio de atividades de sensibilização dos beneficiários e de fornecimento de bens de capital para facilitar o trabalho de coleta, separação e transporte de resíduos.

Ao mesmo tempo, a EStà busca oportunidades para experimentar o kit de ferramentas noutros contextos e noutros tópicos relacionados com a alimentação.

***Bianca Minotti, PhD**, é pesquisadora júnior na EStà e especialista em política e governança de sistemas alimentares.*

***Francesca La Rocca** é designer e gerente de projetos júnior e gerente de comunicação na EStà.*

***Andrea Calori, PhD**, é presidente da EStà e especialista em políticas espaciais, desenvolvimento local e sistemas alimentares sustentáveis.*

A EStà – Economia e Sostenibilità – é um centro independente de pesquisa, formação e consultoria sem fins lucrativos, que funciona como ponte entre o conhecimento científico, as políticas públicas e privadas e a cidadania ativa. A EStà é membro da Parceria Global da RUAf sobre Agricultura Urbana Sustentável e Sistemas Alimentares.

### Maiores informações

- EStà website <https://assesta.it/>
- Toolkit for People <https://assesta.it/progetti/toolkit-for-people/>
- KoboToolbox, the data collection app <https://www.kobotoolbox.org/>



© ACRA Senegal



## Segurança alimentar para mulheres marginalizadas: complementando a agricultura urbana com iniciativas de proteção social

Deepa Joshi

Jess Halliday

Com base nas conclusões de um estudo recente realizado em Bangladesh, Deepa Joshi e Jess Halliday argumentam que a capacidade das pessoas marginalizadas de se beneficiarem da Agricultura Urbana (AU) depende de múltiplos fatores intersetoriais, tais como gênero, classe, estatuto migratório, idade, bem como aspectos sociais, econômicos e contextos políticos. Isto significa que não existe uma solução única e universal para melhorar a segurança alimentar e nutricional urbana. Conforme o contexto exige, a AU precisa ser acompanhada por intervenções noutros nós do sistema alimentar – bem como por mudanças estruturais nos regimes socioeconômicos que impedem que diversos grupos de pessoas possam garantir alimentos adequados e nutritivos.

Muitas experiências em todo o mundo já demonstraram que os projetos de agricultura urbana que fornecem terreno, equipamento e competências para as famílias de baixa renda poderem produzir os seus próprios alimentos nutritivos podem em muitos contextos melhorar a segurança alimentar das pessoas.

Das hortas em sacos nas favelas de Nairóbi, às microhortas em Dakar, no Senegal, e até as hortas comunitárias agroecológicas em Quito, Equador, e Rosário, Argentina, várias técnicas e abordagens têm sido adotadas para se adequarem às condições locais e às necessidades e realidades específicas das diversas comunidades.

Em Dhaka, Bangladesh, a AU tem sido praticada em áreas urbanas e periurbanas há muitos anos, em espaços como margens de rios e lagos, em telhados, quintais e até mesmo nos parapeitos das janelas. Para alguns dos pobres urbanos, a capacidade de cultivar alimentos tornou-se uma tábua de salvação, especialmente nos últimos três anos, desde que a COVID-19 afetou os sistemas alimentares tradicionais e as cadeias de valor.

Com o apoio de organizações internacionais, o governo do Bangladesh está promovendo a expansão de várias iniciativas de agricultura urbana para beneficiar as comunidades locais. A Iniciativa *One CGIAR, Cidades Resilientes*, também visa fortalecer um setor agroalimentar urbano e periurbano vibrante e em grande parte informal com o objetivo de melhorar a sustentabilidade, a equidade e o crescimento das oportunidades enquanto mitiga os riscos para a saúde humana e o meio ambiente.

Apesar destas experiências positivas, os proponentes da agricultura urbana precisam ser cautelosos ao assumir que a AU seria útil – ou mesmo viável – em todos os contextos locais. Em variadas situações, mesmo onde a insegurança alimentar e a desnutrição são graves, as comunidades urbanas e periurbanas marginalizadas são simplesmente incapazes, por várias razões, de adotar a agricultura urbana.

### Poderá a UA responder às necessidades de segurança alimentar e nutricional dos trabalhadores da indústria de roupas prontas (*Readymade Garment – RMG*) de Bangladesh?

A indústria de confecção de roupas prontas para exportação de Bangladesh é um motor-chave do crescimento econômico do país, contribuindo com cerca de 14% para o PIB do país (Bangladesh Bank 2022) (Agarwal 2002). Nas inúmeras empresas que atuam nesse setor industrial, as mulheres constituíam, em 2022, cerca de 61% dos 3,5 milhões de trabalhadores.

Diz-se que o emprego remunerado na indústria do RMG para um grande número de mulheres marginalizadas lhes deu poder (Hossain 2012) e contribuiu para que Bangladesh fosse o país com maior igualdade de gênero no Sul da Ásia, de acordo com a medida do Índice de Disparidade de Gênero do Fórum Econômico Mundial.

No entanto, estudos recentes relataram que 80% das trabalhadoras de vestuário pronto no Bangladesh sofrem os impactos na saúde de dietas inadequadas e da falta de diversidade alimentar (GAIN 2022).

Um estudo recente liderado pelo Instituto Internacional de Gestão da Água (IWMI) em Bhadam – um assentamento periurbano no distrito de Gazipur, na região metropolitana de Dhaka – pesquisou como as normas de gênero, a governança formal e informal da alimentação, da água e do ambiente se combinam para impactar negativamente a “capacidade de habitabilidade” das mulheres trabalhadoras da Readymade Garment (RMG).

A habitabilidade é aqui definida como “o subconjunto de impactos de sustentabilidade urbana que afetam as pessoas diretamente numa comunidade, tais como o desenvolvimento econômico, a acessibilidade dos alimentos e serviços básicos, a saúde pública, a equidade social (Litman 2011)” e as condições de vida seguras (Litman 2011; 1).

### Transformando as regras do jogo: Compreendendo a “habitabilidade” de gênero na periferia urbana de Dhaka

Em 2022, os pesquisadores do IWMI realizaram trabalho de campo em Bhadam, uma área suburbana da região metropolitana de Dhaka, na província de Gazipur, onde está localizado um grande número de fábricas de roupas prontas. Três pesquisadores de campo (duas mulheres e um homem) viveram entre os trabalhadores do RMG durante cinco meses para obterem um relacionamento e uma compreensão da comunidade e dos problemas que ela enfrenta por meio da observação não-participante. Esses pesquisadores foram apoiados por três pesquisadores seniores que visitavam Bhadam todas as semanas.

Durante este período, foram realizadas entrevistas com 20 mulheres trabalhadoras na indústria de RMG para compreender as suas experiências cotidianas, particularmente em relação a questões ligadas à alimentação, à água, ao ambiente e à governança em Bhadam. Os pesquisadores também conversaram extensivamente com os maridos de oito (dessas 20) trabalhadoras e entrevistaram cinco mulheres locais (não migrantes) que não trabalhavam nas fábricas de RMG.

Discussões de grupos focais e entrevistas conversacionais foram realizadas com 20 atores comunitários, incluindo proprietários, gerentes de lojas e lojistas, donos de restaurantes, faxineiros, catadores de materiais recicláveis, líderes comunitários (por exemplo, líderes religiosos e figuras sociais influentes), homens envolvidos na governança formal e informal e na política, e professores.

© Md Mahmudul Hoque



Entre outras conclusões, os pesquisadores verificaram que os trabalhadores da RMG na área sofrem de insegurança alimentar e desnutrição.

A grande maioria dos trabalhadores do RMG em Bhadam é formada por mulheres migrantes de aldeias rurais distantes. Os pesquisadores descobriram que, longe de ser uma aspiração, o trabalho no RMG é o resultado final de uma migração difícil devido a diversas razões, incluindo pobreza extrema, doença familiar, dívidas e, em alguns casos, como uma fuga às expectativas sociais para encontrar os seus próprios parceiros de casamento, ou escapar de relações conjugais abusivas.

As mulheres veem as oportunidades de trabalho na indústria de RMG como uma estratégia de sobrevivência temporária. Algumas vieram sozinhas, outras acompanhadas pelos maridos ou outros familiares.



A maioria aspira voltar para casa, mas acaba por ficar presa num sistema de exploração onde troca trabalho por salários insuficientes para proporcionar uma vida ou condições de vida dignas (alimentos adequados e nutritivos, condições de vida e salários dignos).

Como migrantes, como mulheres e como trabalhadoras do RMG, elas encontram-se numa posição social que não lhes permite qualquer participação na governança comunitária formal ou informal. Elas mal conseguem sobreviver e, em sua maioria, não conseguem economizar dinheiro para voltar para casa.

© Md Mahmudul Hoque

A indústria do RMG em Bangladesh, reconhecida por permitir o empoderamento econômico das mulheres, permite que as trabalhadoras em Bhadam ganhem entre 8.000 a 13.000 BDT (cerca de 77,5 a 125 dólares) por mês (dependendo do cargo, bônus de frequência e horas extraordinárias). Esses salários foram revisados em 2018, a partir de valores muito inferiores.

No entanto, como quase 40% dos seus salários são gastos em aluguel, e a maioria dos trabalhadores está presa em ciclos de pagamento de dívidas, elas são, na sua maioria, incapazes de comprar alimentos nutritivos ao longo do mês. Muitas comem pequenas refeições sem diversidade alimentar, reservando porções de alimentos maiores e mais nutritivas para os seus maridos e filhos. Quando o dinheiro acaba, obtêm crédito dos lojistas, pagando preços mais elevados para adiar o pagamento por alimentos de qualidade inferior, até receberem o próximo salário, quando tudo recomeça.

Vindo de áreas rurais, a maioria destas mulheres tem experiência anterior no cultivo de vegetais ou na criação de pequenos animais. No entanto, qualquer projeto para introduzir a AU em Bhadam enfrentaria múltiplos desafios.

Bhadam é em grande parte formada por assentamentos não planejados, sem **espaços públicos** que possam acomodar facilmente a produção local de alimentos. Os poucos terrenos baldios que existem, como nas margens dos rios, tendem a ser contaminados por resíduos e efluentes de fábricas e as próprias mulheres carecem tanto da **posse da terra** como de espaços físicos dentro e ao redor das suas moradias.

A maior parte dos trabalhadores do RMG vive perto das fábricas em alojamentos alugados, com telhado de zinco e apenas um quarto, dividindo um único banheiro com várias famílias. Devido ao alto custo da acomodação, muitas vezes vários familiares moram em um mesmo quarto supostamente individual.

Mesmo se os alimentos fossem cultivados utilizando-se técnicas que exijam um espaço mínimo (por exemplo, horticultura em sacos ou cultivo em telhados), seria necessário ter **autorização dos proprietários ou administradores da casa**.

Os proprietários ou os administradores são responsáveis pelos serviços básicos, como saneamento, gestão de resíduos e abastecimento de água, e se preocupam com as menores coisas, como o uso adicional de água e dos banheiros quando os trabalhadores recebem visitas.

As mulheres geralmente aceitam as más condições dos serviços básicos e os seus pedidos por melhorias são rejeitados. A hierarquia de poder de gênero entre os proprietários locais do sexo masculino e as trabalhadoras do RMG pobres e migrantes é claramente visível nas suas interações cotidianas. Em tais situações, é extremamente improvável que as trabalhadoras do RMG tomem a iniciativa de defender o direito de cultivar alimentos ou de ter a capacidade para criar animais ou exigir água adicional para uso produtivo.

Ainda que fosse possível garantir espaço viável e permissão, as trabalhadoras do RMG **carecem de tempo**, pois trabalham mais de oito horas por dia, seis dias por semana.

Além do trabalho na fábrica, são responsáveis por todo o trabalho e cuidados domésticos – incluindo a preparação de refeições para os seus maridos e outros familiares que vivam com elas. Muitas vezes levantam-se para cozinhar antes das 4 da manhã, quando há fornecimento de gás às moradias compartilhadas pelos trabalhadores da fábrica. É difícil imaginar que estas mulheres encontrem tempo para cultivar alimentos. Na verdade, dadas essas limitações de tempo, muitas das mulheres com quem falamos gostariam de poder comprar alimentos “prontos para cozinhar”, como legumes embalados já picados.

Além da escassez do tempo, as mulheres também têm muito **poucas oportunidades de interação social** com outras mulheres que possam evoluir para iniciativas coletivas como produzir alimentos. No máximo, às vezes partilham comida com os vizinhos ou conversam com colegas sobre desafios e situações enquanto caminham para a fábrica.

O trabalho remunerado das mulheres (por vezes como principal ou única renda da família) não alterou as relações sociais. Os seus salários são geridos pelos seus maridos, que tendem a restringir a mobilidade das mulheres para irem a qualquer outro lugar que não seja as fábricas.

O patriarcado está profundamente enraizado e a maioria das mulheres prefere não ir aos mercados locais e ter de comprar alimentos de lojistas do sexo masculino. As mulheres mais apreciadas na sociedade são aquelas que têm contato mínimo com outras pessoas fora do agregado familiar – especialmente com outros homens.

Para os moradores originais locais, as trabalhadoras do RMG são migrantes externos e estranhos, não importa há quanto tempo já vivam na comunidade. As próprias trabalhadoras hesitam em integrar-se na comunidade local. Além disso, como dependem inteiramente dos gestores de onde moram para os serviços básicos, têm **pouco ou nenhum contato com outros interessados envolvidos na governança formal e informal** da água, dos alimentos e dos resíduos. O seu isolamento e a privação de direitos são tão graves que é inconcebível imaginar que possam envolver-se numa iniciativa agrícola periurbana.

Considerando-se todos estes desafios, é improvável que a AU possa ser um ponto de entrada para abordar a insegurança alimentar e a desnutrição entre os trabalhadores do setor RMG em Bhadam.

### Outras intervenções para melhorar a segurança alimentar e nutricional das trabalhadoras do RMG

Embora as iniciativas de AU sejam benéficas para grandes populações de pobres urbanos, as conclusões mostram que não podem ser consideradas uma panaceia para a insegurança alimentar e a desnutrição em todo e qualquer ambiente. Muitos trabalhadores do RMG falaram da má qualidade dos alimentos frescos e do peixe vendidos nos mercados populares de Bhadam. Muitas vezes sentem saudade da comida a que tinham acesso nas aldeias, e estas memórias alimentares moldam as suas aspirações de regressar a sua origem.

A falta de regulamentação sobre a poluição dos alimentos e da água é comum nas áreas periurbanas. Em Bhadam, estes processos de má gestão dos serviços públicos são exacerbados para os trabalhadores do setor de RMG, que carecem de voz e visibilidade nos sistemas de governança formal e informal desses serviços.

No caso dos trabalhadores do RMG em Bangladesh – mulheres e homens – a mudança transformadora precisará envolver uma governança mais inclusiva, bem como o redesenho das estruturas socioeconômicas que causam a migração forçada rumo a trabalhos mal remunerados que, longe de melhorar as condições de vida, dificilmente são suficientes para garantir segurança alimentar e nutrição adequada.

As organizações que promovem a AU precisam estar cientes dos contextos socioecológicos locais, dos sistemas e processos de governança e, particularmente, do crescente trabalho econômico das mulheres em situações onde as normas desiguais de gênero são difíceis de reverter.

Em Bangladesh existem algumas intervenções de pequena escala que promovem a segurança alimentar e nutricional dos pobres urbanos. Com o apoio de ONGs locais e internacionais, um pequeno número de fábricas introduziu o fornecimento no local de refeições nutritivas para seus trabalhadores.

Estas intervenções isoladas recebem uma cobertura significativa dos meios de comunicação social, nacionais e internacionais, mas atingem apenas uma fração da população empregada no setor de RMG.



A pesquisa também mostra que os sistemas públicos móveis de distribuição de alimentos implementados pela Trading Corporation of Bangladesh (TCB), uma ala do Ministério do Comércio, ainda não chegaram a locais como Bhadam. Tais intervenções, se forem ampliadas, poderão abordar os desafios de segurança alimentar mais imediatos das trabalhadoras do RMG, como as entrevistadas em Bhadam.

Porém, as conclusões mostram que, sem maior reciprocidade sistêmica e estrutural por parte da indústria de RMG, que incluam na economia nacional de Bangladesh os seus trabalhadores marginalizados, não haverá soluções fáceis – especialmente num contexto periurbano complexo e em rápida transformação.

*Deepa Joshi dirige o setor de gênero, juventude e inclusão no International Water Management Institutes (IWMI).*

*Jess Halliday é consultora, pesquisadora e jornalista especializada em política alimentar, e é a Diretora Executiva da RUAFA, uma organização sem fins lucrativos de interesse comunitário.*

### Agricultura urbana no âmbito do projeto Dhaka Food System

O projeto do *Sistema Alimentar de Dhaka* (Dhaka Food System – DFS 2019-2023) visa tornar o sistema alimentar da cidade mais inclusivo, resiliente e sustentável. Financiado pela Holanda, ele apoia o governo de Bangladesh no desenvolvimento da Agenda Alimentar de Dhaka 2041.

O projeto adota uma abordagem de “sistemas alimentares”, e suas atividades incluem pesquisa-ação e formação de parcerias multissetoriais. Com o apoio da FAO e da Universidade de Wageningen (WUR), o projeto é implementado em todos os quatro municípios que compõem a Área Metropolitana de Dhaka: Dhaka Norte, Dhaka Sul, Gazipur e Narayanganj. A promoção da agricultura urbana enquadra-se em grande parte no pilar do projeto nacional para “promover a nutrição e a segurança alimentar”.

Os parceiros do DFS trabalham com a ONG nacional Proshika para fornecer aos residentes (na maioria mulheres) dos bairros degradados sementes, mudas e mudas, fertilizantes, ferramentas e formação em nutrição e métodos de agricultura urbana. Cerca de 1.050 moradores de favelas receberam treinamento em horticultura urbana e conscientização nutricional em um programa-piloto da FAO e WUR durante a pandemia de COVID-19 de 2019-2021.

Desde agosto de 2022, o programa foi ampliado para mais de 5.000 domicílios urbanos e periurbanos em todos os quatro municípios da área metropolitana de Dhaka. Os tipos de alimentos que os participantes produzem variam de acordo com o local e a técnica, mas geralmente incluem hortaliças folhosas, raízes, pimentões, tomates e frutas. Algumas pessoas também criam cabras e galinhas para obter carne e ovos.

Considerando a falta de espaço nas áreas urbanas densas, o projeto DFS criou 20 lotes demonstrativos de agricultura urbana nos telhados e está prevista agora a sua ampliação para mais de 1500 hortas sobre as moradias. Ele também reuniu especialistas em nutrição e segurança alimentar, funcionários do governo nacional e local, além de representantes de comunidades urbanas pobres em seminários para mostrar o papel da horticultura urbana na redução da insegurança alimentar e nutricional.

Depois de um seminário com os vereadores de Dhaka, em dezembro de 2022, a prefeitura da cidade anunciou a possibilidade de reduzir o imposto predial-territorial urbano em 10% para os residentes da cidade que pratiquem agricultura em seus telhados.

### Maiores informações

- FAO Urban Food Agenda: Improving Dhaka’s Food Systems [https:// www.fao.org/urban-food-agenda/projects-dhaka/en/](https://www.fao.org/urban-food-agenda/projects-dhaka/en/)
- FAO Bangladesh Newsletter, April 2021, issue 4 <https://www.fao.org/3/cb4499en/cb4499en.pdf> • Dhaka Tribune: Rooftop agriculture needed to ensure sustainable food production in Bangladesh <https://www.dhakatribune.com/bangladesh/2022/12/21/fao-rooftop-agriculture-needed-to-ensure-sustainable-food-production-in-bangladesh>

## Reconhecimentos

Esta pesquisa foi possível graças ao financiamento do Módulo EVIDENCE da Plataforma CGIAR GENDER. Os parceiros colaboradores incluem Nozomi Kawarazuka, do Centro Internacional de Pesquisa da Batata (CIP), James Garrett, da Aliança de Bioversidade e CIAT (ABC), Jess Halliday, da Parceria Global RUAF sobre Agricultura Urbana Sustentável e Sistemas Alimentares, a Universidade de Agricultura de Bangladesh (BAU) e a BotTala, também de Bangladesh.

Os autores gostariam de agradecer aos funcionários, estudantes e consultores do Centro Interdisciplinar para Segurança Alimentar da Universidade Agrícola de Bangladesh em Mymensingh: Sadika Haque, Md Mahmudul Hoque, Bentul Mawa, Nusrat Jahan Mishu e Mohima Akter pela coordenação e implementação do trabalho de campo em Bhadam.

Também somos gratos à BotTala por documentar visualmente esta pesquisa, e a Upandha Udalagama (IWMI) e Mansura Islam (BRAC University) pelo seu apoio na administração deste projeto.

## Isenção de responsabilidade

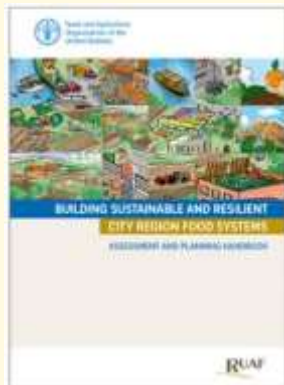
Este artigo representa as opiniões dos autores e é produto de pesquisas profissionais. Não representa a posição ou opiniões da RUAF ou IWMI, nem a posição oficial de quaisquer outros membros da equipe.



## Lançamento do novo Manual de Avaliação e Planejamento de Sistemas Alimentares Urbano-Regionais

Em maio, a RUAF e a FAO lançaram o Manual de Avaliação e Planejamento de Sistemas Alimentares Urbano-Regionais da Região da Cidade (CRFS) e o kit de ferramentas online que o acompanha. Estes novos recursos são fundamentais para ajudar as partes interessadas a compreender a sustentabilidade e a resiliência do seu sistema alimentar.

O Manual e o kit de ferramentas são resultados do programa CRFS, co-gerido pela RUAF e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) desde 2014. O programa CRFS foi financiado pelo Ministério Federal Alemão da Alimentação e Agricultura e pelo CGIAR, Instituto Internacional de Gestão da Água.



### Recursos complementares e um processo customizável

O Manual e seu conjunto de ferramentas contêm duas vertentes temáticas: a «via principal», que se relaciona com o funcionamento e o desempenho globais do CRFS, a sua resiliência e sustentabilidade; e o «multirrisco» para uma análise mais detalhada de perigos potenciais específicos, tais como choques e tensões climáticas, pandemias e seus impactos.

O processo CRFS inclui cinco módulos: Início, Definição do CRFS, Verificação Rápida, Avaliação Aprofundada e Planejamento de Ações.

Embora o Manual defina as atividades, o kit de ferramentas online contém orientações complementares, explicações, exemplos, modelos e materiais de treinamento, todos acessíveis através de links clicáveis.

Um pilar central do processo CRFS é o trabalho multilateral, que garante a representação de perspectivas diversificadas, e a equipe do projeto pode assim basear-se numa ampla base de conhecimento e experiência, e ajuda a criar impulso para uma ação a longo prazo em múltiplas frentes.

O processo CRFS foi testado num total de onze regiões urbanas: Colombo (Sri Lanka), Lusaka (Zâmbia), Kitwe (Zâmbia), Medellín (Colômbia), Utrecht (Holanda), Quito (Equador), Toronto (Canadá), Kigali (Ruanda), Antananarivo (Madagascar), Melbourne (Austrália), Tamale (Gana).

### Financiamento

Esta edição foi financiada parcialmente pelo Projeto EFUA.

Este projeto recebeu financiamento do programa de pesquisa e inovação *Horizonte 2020* da União Europeia, incluído no acordo de subvenção n.º 10100068. Além disso, o projeto 'Centros de Alimentação Saudável: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes em Lima e Quito' contribuiu para financiar a publicação. O projeto é implementado por Rikolto, Funsad (Equador) e Ecosad (Peru), com a ajuda de uma doação do Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (IDRC), Ottawa, Canadá.

As opiniões aqui expressadas não representam necessariamente as do IDRC ou de seu Conselho de Governadores.

**Contacto:** [info@ruaf.org](mailto:info@ruaf.org) / [www.ruaf.org](http://www.ruaf.org) / [@ruaf](https://twitter.com/ruaf)

O Secretariado da *RUAF Global Partnership* (Parceria Global RUAF) é hospedado pela RUAF CIC, uma empresa sem fins lucrativos de interesse comunitário com sede em Frome, Reino Unido.

RUAF usa a "Attribution-Noncommercial-Share Alike 3.0 Unported Creative Commons Licence".

Para detalhes, favor visitar: [www.creativecommons.org](http://www.creativecommons.org).

**Membros da RUAF Global Partnership:** • Centre for Sustainable Food Systems, Wilfrid Laurier University (Canada) • City of Ghent (Belgium) • CONQUITO, the Economic Promotion Agency of the Municipality of the Metropolitan District of Quito • Economia e Sostenibilità (ESTà) (Milan, Italy) • Hivos - Humanist Organization for Social Change (The Netherlands) • International Water Management Institute (IWMI) (Colombo, Sri Lanka) • Institute of Geographical Sciences and Natural Resources Research of the Chinese Academy of Sciences (IGSNRR/CAS) (Beijing, China) • Mazingira Institute (Nairobi, Kenya) • Rikolto (Belgium).

## 39

### Revista de Agricultura Urbana - *Urban Agriculture Magazine*

#### Habilitando os diversos benefícios da agricultura urbana

ISSN 1571-6244 No. 39, Setembro de 2023

A Revista de Agricultura Urbana – RAU (Urban Agriculture Magazine - UAM) é produzida pelo Secretariado da Parceria Global da RUAF para a Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis, em colaboração com parceiros estratégicos.

A RAU é um veículo para partilhar informações sobre agricultura urbana e sistemas alimentares das cidades, por meio da publicação de boas práticas e histórias de impacto.

A UA Magazine acolhe contribuições sobre novas iniciativas a nível individual, de bairro, de cidade e nacional. São importantes os aspectos técnicos, socioeconômicos, institucionais e políticos vinculados a sistemas sustentáveis de produção, comercialização, processamento e distribuição de alimentos urbanos e periurbanos. Embora artigos sobre qualquer assunto relacionado sejam bem-vindos e considerados para publicação, cada Revista UA concentra-se em um tema selecionado (para edições anteriores, visite [www.ruaf.org](http://www.ruaf.org)).

#### Editores, No. 39

Esta edição foi editada por **Henk Renting**, do Fórum Europeu de Agricultura Urbana (EFUA) e **René van Veenhuizen** e **Jess Halliday**, do Secretariado da Parceria Global da RUAF, com apoio dos parceiros e contribuintes do EFUA.

Coordenação da publicação: **Lucia Lenci**